

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

NILSO FRANCIO

**DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO EM MATO GROSSO:
UMA ABORDAGEM RELACIONAL**

São Leopoldo

2017

NILSO FRANCIO

DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO – MATO GROSSO: UMA
ABORDAGEM RELACIONAL

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Administração, pelo Programa de Pós-
Graduação em Administração da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Renato de Souza Verschoore

São Leopoldo

2017

F817d Francio, Nilso
Desenvolvimento da cultura do algodão em Mato Grosso : uma
abordagem relacional / por Nilso Francio. – 2017.
106 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-graduação em Administração, São Leopoldo,
RS, 2017.

“Orientador: Dr. Jorge Renato de Souza Verschoore.”

1. Desenvolvimento regional. 2. Economia relacional. 3. Algodão.
4. Mato Grosso. I. Título.

CDU: 338.1:633.51

NILSO FRANCIO

**DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DO ALGODÃO – MATO GROSSO: UMA
ABORDAGEM RELACIONAL**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Administração, pelo Programa de Pós-
Graduação em Administração da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 28 de junho de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Renato de Souza Verschoore

Profa. Dra. MarinêsOrlandi Taveira Chioveto

Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Junior

Prof. Dr. Douglas Wegner

Prof. Dr. Diego Antônio Bittencourt Marconatto

Profa. Dra. Claudia Cristina Bitencourt
Coordenadora PPG em Administração

DEDICATÓRIA

Dedico a tese a toda minha família em especial, pela atenção em todos os momentos percorridos nestes quatro anos.

Ao meu sobrinho que Deus levou antes da hora. Que Deus conforte o coração de nossa família e nos proteja.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas, instituições e entidades que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta tese. Entretanto gostaria de fazer agradecimentos especiais:

- Primeiramente à minha esposa Jacinta S. S. Francio, pela compreensão, dedicação e carinho nestes quatro anos do doutorado;
- Aos meus filhos Thiago Luiz Francio e Rayne Anatielli Francio, pelo carinho e apoio recebido durante este período;
- Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Verschoore, pela competência, orientação e estímulo durante a elaboração da tese;
- Aos professores que se dispuseram a fazer parte da banca de tese;
- Aos meus colegas da turma 2013 meu agradecimento a todos pelo companheirismo, amizade e apoio durante o doutorado;
- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Unisinos pelos valiosos ensinamentos e contribuições;
- À Secretaria Acadêmica do PPGA que sempre estava a nossa disposição;
- Aos diretores, gerentes executivos e técnicos da AMPA e também, as Cooperativas do Algodão pelas informações relevantes para a tese;

Muito obrigado

RESUMO

A pesquisa teve o objetivo da compreensão dos efeitos da economia relacional sobre o desenvolvimento da cultura do algodão no estado de Mato Grosso. A abordagem teórica do desenvolvimento econômico regional e a economia relacional foram a principal fonte da pesquisa. Para Scott e Storper (2003), o processo de desenvolvimento econômico regional envolve a mobilização política focada em instituições, para aperfeiçoamento do capital social contido nas relações de cooperação. Para Bathelt e Glückler (2003; 2011), a economia relacional possibilita a aprendizagem institucional, a comunicação interorganizacional e as relações sociais contidas nas atividades econômicas. Gueddes (2008) relacionou parcerias locais e regionais para desenvolvimento econômico, estimulando relações de cooperação e interorganizacionais entre as entidades, organizações e empresas. Assim, a ideia em comum observada na literatura é a de que essas relações estimulam o capital social envolvido por meio de laços de confiança entre as instituições. A metodologia de pesquisa foi exploratória/descritiva, com abordagem qualitativa, em que examinamos o contexto e refletimos sobre suas percepções, no entendimento das atividades sociais e humanas. Como técnica de pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada, com perguntas que estimulavam a descrição sobre o desenvolvimento da cultura do algodão de Mato Grosso. No procedimento de análise de dados, foi utilizada a Técnica de Incidentes Críticos (TIC), que relacionou dados e fatos sobre o desenvolvimento dessa cultura no período compreendido entre 1991 e 2016. A técnica estimulou os entrevistados a contarem acontecimentos no período estudado. Como resultado elaborou-se uma síntese da evolução histórica da produção de algodão no Mato Grosso, com cinco fases dessa evolução e com os incidentes críticos em cada período. Na análise dos dados, foram entrevistadas duas entidades e seis organizações cooperativas do setor algodoeiro do Mato Grosso. Os principais resultados da pesquisa empírica foram a contribuição abordagem da economia relacional nas relações de cooperação, interorganizacionais e capital social existentes na cultura de algodão no Mato Grosso. Bem como, as relações entre as instituições da cultura do algodão que estimularam ao longo de duas décadas as parcerias existentes até 2016. Isso também, se deve ao capital social envolvido nas relações que reforçam a confiança do produtor nas entidades e organizações existentes no estado. Os resultados trouxeram contribuições para a abordagem teórica da economia relacional e para o campo empírico da cultura do algodão no Mato Grosso.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional; Economia Relacional.

ABSTRACT

This research aimed to understand the effects of the relational economy on the development of the cotton culture in Mato Grosso state. The theoretical approach of the regional economic development and the relational economy were the main source of research. For Scott and Storper (2003), the process of regional economic development involves the political mobilization focused on institutions to enhance the social capital of the cooperation relationships. For Bathelt and Glückler (2003; 2011), the relational economy allows the institutional learning, the interorganizational communication and the social relations which are part of the economic activities. Gueddes (2008) connected local and regional partnerships for economic development, encouraging cooperation and interorganizational relationships among entities, organizations and enterprises. The research methodology was the descriptive exploration with a qualitative approach, through which we examine the context and reflect upon its perceptions, for the understanding of the social and human activities. The research technique chosen was the semi-structured interview, with questions which boosted the description of the development of cotton culture in Mato Grosso. For the data analysis, the Critical Incident Technique (CIT) was used. It related data and facts about the development of such culture from 1991 to 2016. The technique encouraged the interviewed companies to talk about events during the period studied. As a result, a synthesis of the historic evolution of cotton production in Mato Grosso was developed — with five phases of this evolution and their critical incidents. During the data analysis, two entities and six cooperative of Mato Grosso cotton industry were interviewed. The main results of the empiric research were the contribution of the relational economy approach to the cooperation, interorganizational and social capital relations existing in Mato grosso cotton industry. Also, the relationship among the cotton culture institutions encouraged, during two decades, the partnerships existing up to 2016. This also happens due to the social capital present in the relationships, which strengthens the trust the producer has in relation to the entities and organizations of the state. The results contributed to the theoretical approach of the relational economy and for the empiric field of the cotton culture of Mato Grosso.

Key words: Regional Development; Relational Economy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Autores com Citações do Livro Storper (1997).....	29
Quadro 2. Categorias de Análise: Economia Relacional	43
Quadro 3. Relação das Organizações e Entidades Entrevistadas	49
Quadro 4. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 1990/91 a 1997/98.....	56
Quadro 5. Produção de Algodão em Pluma – Safra 1990/91 a 1997/98.....	57
Quadro 6. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 1998/99 a 2002/03.....	59
Quadro 7. Produção de Algodão em Pluma – Safra 1998/99 a 2002/03.....	60
Quadro 8. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 2003/04 a 2007/2008.....	61
Quadro 9. Produção de Algodão em Pluma – Safra 2003/04 a 2007/2008.....	61
Quadro 10. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 2008/09 a 2009/2010.....	62
Quadro 11. Produção de Algodão em Pluma – Safra 2008/09 a 2009/2010.....	62
Quadro 12. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 2010/11 a 2015/2016.....	63
Quadro 13. Produção de Algodão em Pluma – Safra 2010/11 a 2015/2016.....	64
Quadro 14: Síntese da evolução histórica da produção de algodão em Mato Grosso	68
Quadro 15. Síntese das Evidências da Pesquisa Empírica	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A Framework for Analyzing Regional Development and Global Production Networks.....	24
Figura 2. Local and non-local dimensions of regional development.....	25
Figura 3. The Holy Trinity of the Heterodox Paradigm.....	27
Figura 4. Relational Conceptualization of Economic Action in Spatial Perspective.....	31
Figura 5. Recent relational frameworks in economic geography and their antecedents.....	34
Figura 6. Economia Relacional – Instrumento de Política de Desenvolvimento Regional.....	86

LISTA DE SIGLAS

ABRAPA – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
AMPA– Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão
APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja
BMF – Bolsa de Mercadorias e Futuros
COAMI – Cooperativa Mercantil Industrial dos Produtores de Sorriso
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COMDEAGRO– Cooperativa Mista de Desenvolvimento do Agronegócio
CONAB –Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERFIBRA – Cooperativa dos Cotonicultores de Campo Verde
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FACUAL – Fundo de Apoio à Cultura do Algodão
FDI –Investimentos Estrangeiros Diretos
HVI –Instrumento de Alto Volume (*High Volume Instrument*)
IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IMAmt– Instituto Mato-grossense do Algodão
IORS– Relações Interorganizacionais (*Inter-Organizational Relationships*)
IAS – Instituto Algodão Social
IBA – Instituto Brasileiro do Algodão
IMEA – Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso
MDIC –Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MI – Ministério da Integração Nacional
OMC – Organização Mundial do Comércio
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PROALMAT– Programa de Incentivo à Cultura do Algodão
PRODEIC – Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso
PSOAL – Programa Socioambiental de Produção de Algodão
SEFAZ - MT– Secretaria de Estado de Fazenda
TIC – Técnica de Incidentes Críticos
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	15
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL	20
2.2 ECONOMIA RELACIONAL	26
2.3 RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS..	37
3 METODOLOGIA	44
3.1 ETAPA EXPLORATÓRIA.....	45
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	48
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	50
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	53
4.1 PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO BRASIL.....	53
4.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO MATO GROSSO	
55	
4.2.1 Nascimento – 1991 e 1998	55
4.2.2 Primeira Crise – 1999 a 2003	58
4.2.3 Expansão – 2004 a 2008	60
4.2.4 Segunda Crise – 2009 e 2010.....	61
4.2.5 Consolidação – 2011 a 2016	63
4.2.6 Os produtores de algodão de Mato Grosso	65
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	68
4.3.1 Economia Relacional.....	68
4.3.1.1 Relações de Cooperação	69

4.3.1.2 Relações Interorganizacionais.....	73
4.3.1.3 Capital Social	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
APÊNDICE.....	98
APÊNDICEA – COOPERATIVAS DE ALGODÃO DE MATO GROSSO.....	99
APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA – Entidades e Organizações Cooperativas	100
APÊNDICE C -RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – ABRAPA	101
APÊNDICE D - ENTIDADES LIGADAS AO IBA.....	102
APÊNDICE E – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS – ABRAPA.....	103
APÊNDICE F–PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS – ABRAPA	104
ANEXO	105
ANEXO A – MAPA DAS REGIÕES DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM MT	106

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre negócios, comunidades e redes organizacionais descrevem como são formadas as parcerias, alianças estratégicas, relações interorganizacionais, coligações, acordos de cooperação ou acordos de colaboração. Alguns estudos se concentram em díades, ou seja, relações entre duas organizações. A maioria das questões se refere a temas comuns, incluindo a interação social de indivíduos que agem em nome de suas organizações, os relacionamentos, a conexão, a colaboração, a ação coletiva, a confiança e a cooperação (PROVAN; FISH; SYDOW, 2007).

Na pesquisa de Bathelt e Glückler (2011), as relações entre mudança social e tecnologia, a divisão do trabalho e o padrão de organização espacial na produção são temas de interesse e constantemente bases de projetos empíricos. Os pesquisadores refletem sobre o desenvolvimento de estruturas de mercado mundial que atendam aos diferentes sistemas institucionais da América do Norte, Europa Ocidental e do Leste/Sudeste da Ásia. No livro *The Relational Economy*, os autores procuram desenvolver uma perspectiva sobre a mudança da relação entre o território e as organizações e a evolução da ação econômica imersa em relações sociais.

Para Jones e Murphy (2011), as ações sociais estabilizadas e rotinizadas nos espaços econômicos produzem práticas socioeconômicas. Essas práticas podem fornecer informações sobre como instituições, redes e estruturas de classe contribuem para explicar os fenômenos econômicos que acontecem nas regiões de um estado ou país. É fundamental, para os pesquisadores, determinar métodos capazes de ligar os fenômenos socioeconômicos aos fatores socioespaciais, como estratégias de interação social e desempenho da indústria regional (JONES; MURPHY, 2011). A preocupação dos geógrafos econômicos relacionais é identificar, interpretar e explicar a natureza dinâmica das relações que as atividades de produção e distribuição, a transferência de conhecimento e as redes globais de produção estabelecem com as comunidades ou empresas, redes e estruturas institucionais (YEUNG, 2005; GLÜCKLER, 2007; JONES; MURPHY, 2011).

Outra perspectiva para abordar o tema são os estudos de Putnam (1996), Granovetter (1992), Tsai e Ghoshal (1998), Nahapiet e Ghoshal (1998) e Nahapiet (2008) sobre a abordagem da teoria do capital social, os quais enfatizam que as trocas econômicas são imersas em redes sociais, o que facilita a circulação de informações e assegura a confiança entre os membros do

grupo ao limitar os comportamentos oportunistas. As relações econômicas são, assim, facilitadas entre indivíduos que se conhecem diretamente.

Essas relações econômicas podem ser exemplificadas com a cultura do algodão no MT, que representa um dos setores importantes no desenvolvimento das regiões dentro desse território, além da cultura da soja e do milho e da produção de bovinocultura de corte, que são também setores de relevância nas relações econômicas de MT. A presença de instituições na coordenação do setor algodoeiro e do número de entidades ligadas a ele contribuiu para a expansão da cultura do algodão em Mato Grosso, para o desenvolvimento regional e também para as relações institucionais entre produtores e empresas que comercializam o algodão em pluma e seus derivados no Brasil e no mundo (NEVES; PINTO, 2013).

As relações institucionais na cultura do algodão podem ser justificadas pelos autores Powell, Packalen e Whittington (2009), em que um setor-âncora pode ser pensado em termos relacionais, como uma organização bem-relacionada que mobiliza algum setor específico e promove o crescimento coletivo, podendo ser uma universidade, um instituto sem fins lucrativos ou uma empresa. A âncora ocupa posições que lhe possibilitem a legitimidade de se envolver como catalisador e a facilidade na ampliação de recursos coletivos e no aumento da produtividade.

A produtividade brasileira aumentou desde a década de 1990. O Brasil é um dos principais produtores de *commodities* agroindustriais. A partir da combinação de tecnologia e pesquisa, houve aumento de produtividade no campo, com um momento de mudança de direção por causa da desvalorização do real em 1999. A partir de 2000, houve um salto de produção de grãos de 80 para 120 milhões de toneladas em 2004, chegando em 2015 a 210 milhões de toneladas. Em 2003, o Brasil detinha o quarto lugar em exportações agrícolas; já em 2004, ocupava o terceiro lugar (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2005; CONAB, 2015). Mato Grosso já no início da década de 1990 despontava como produtor da soja e no final da década com a ampliação da área de produção da cultura do algodão em 1998. Mato Grosso começa sua exportação de algodão a partir do ano 2000, quando exportava US\$ 10 milhões de algodão em pluma; já em 2003, foram US\$ 88 milhões, chegando a US\$ 767 milhões em 2015 (MDIC, 2016).

Os avanços na produção do agronegócio trouxeram o uso de novas tecnologias e ganhos de produtividade ao algodão mato-grossense. Em 2015, Mato Grosso foi responsável por 57% da produção brasileira de algodão em pluma (CONAB, 2016). A constituição da Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão (AMPA), em 1997, foi fundamental para os avanços no desenvolvimento da cultura de algodão no estado, assim como o Programa de Incentivo de

Algodão (PROALMAT) e o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (FACUAL), também criados em 1997 (SEFAZ MT, 2015).

Para maior fortalecimento do setor algodoeiro e organização da produção em outros estados por meio de associações, foi criada, em 1999, como entidade nacional, a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), atuando próximo da realidade dos produtores de algodão e promovendo a integração de todas as regiões algodoeiras do Brasil (RODRIGUES, 2015). A ABRAPA foi um importante instrumento utilizado pelos produtores na disputa do algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os Estados Unidos da América (EUA). O contencioso¹ iniciou em 2002, e somente em 2009 a OMC autorizou o Brasil a retaliar os EUA em US\$ 829 milhões (ABRAPA, 2015). Para a administração dos recursos do contencioso do algodão, foi criado, em 2010, o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), que passou a gerenciar as medidas de elaboração, planejamento e implementação de projetos de infraestrutura no desenvolvimento da cultura do algodão no Brasil, promovendo parcerias com instituições públicas e privadas em prol da pesquisa e do desenvolvimento da cultura algodoeira (ABRAPA, 2015).

O setor brasileiro do algodão via associativismo apresenta características de negócios que atendem ao mercado internacional com competitividade e busca implementar, cada vez mais, o número de certificações internacionais de sustentabilidade das propriedades produtoras de algodão, já que, em 2009, foi iniciada a certificação das propriedades com selo de qualidade (NEVES; PINTO, 2013; ABRAPA, 2015).

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Os principais conceitos considerados nesta pesquisa são a *economia relazionale* o *desenvolvimento regional*. Ressalta-se que as teorias abordam principalmente o contexto de países norte-americanos e europeus. Existem autores que discutem os contextos dos países emergentes, mas poucos estudos empíricos apresentam categorias de análise sobre o desenvolvimento econômico regional brasileiro.

¹ (LIMA, 2008). As regras multilaterais do comércio internacional são decididas pelo Sistema de Solução de Controvérsias (SSC) é uma das principais características da Organização Mundial do Comércio (OMC). O sistema funciona de forma quase-judicial, com procedimento quase automático, para solucionar contenciosos entre os membros relativos a todos os acordos da OMC. O SSC deve interpretar as regras multilaterais de comércio e verificar, a partir de informações fornecidas pelos litigantes e eventualmente por outros atores interessados, se o comportamento do membro reclamado fere àquelas regras, prejudicando o membro reclamante.

Através das discussões sobre economia relacional, observou-se os aspectos que possibilitam o desenvolvimento econômico regional. Para Yeung (2005), os ativos relacionais podem ser econômicos e não econômicos. Quanto aos fatores não econômicos, o autor aponta para as regras locais, o conhecimento, as convenções e os contextos que explicam determinadas aglomerações locais de empresas e subsequente desenvolvimento regional. Comenta também a importância das organizações regionais na estrutura cognitiva, cultural, social e política das regiões. A presença de instituições inter-relacionadas aponta para a densidade de ativos relacionais. Storper (2011) descreve a identificação de algumas estruturas de desenvolvimento regional com possibilidade de estimular os aspectos de crescimento, como o estudo em diferentes cidades, a natureza da especialização, o capital humano e as entidades, além de outros fatores de controle que poderiam apontar certos determinantes estruturais de crescimento de uma região.

Na abordagem do capital social, foram apontados os aspectos que estimulam a absorção de capital social coletivo para o desenvolvimento da cultura do algodão em Mato Grosso. A teoria de Putnam (1996) cita o nível de confiança, as normas e a cadeia de relações humanas para estímulo de capital social. Portes e Vickstrom (2012) mencionam aspectos que poderiam ser relevantes para a composição do capital social, como composição racial, riqueza econômica, desigualdade social, taxas de pobreza, crenças religiosas e outros. Dzielek (2014) indicapesquisas sobre capital social com abordagem na modernização econômica, com tópicos sobre a importância do capital social nas regiões mais bem-sucedidas e sobre a influência ou não do capital social no desenvolvimento econômico de um país ou estado. As relações em determinada localidade podem ter sido influenciadas pelo capital social existente nessas regiões.

Na perspectiva da abordagem de desenvolvimento econômico regional, o estudo tem o intuito de abordar discussões sobre desenvolvimento econômico regional e economia relacional. O problema de pesquisa a ser respondido ao longo da discussão dos estudos teóricos e empíricos é: *Como os efeitos da economia relacional influenciaram o desenvolvimento da cultura do algodão no estado de Mato Grosso?*

1.2 OBJETIVOS

Para responder a pergunta de pesquisa, apresentamos os objetivos geral e específicos e, na sequência, a justificativa.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste estudo é a compreensão dos efeitos da economia relacional sobre o desenvolvimento da cultura do algodão no estado de Mato Grosso.

1.2.2 Objetivos Específicos

São os seguintes os objetivos específicos do trabalho:

- a) Identificar as categorias de análise do ponto de vista da economia relacional;
- b) Definir as categorias da economia relacional que influenciaram o desenvolvimento da cultura do algodão no estado de Mato Grosso;
- c) Analisar os efeitos da economia relacional à luz do desenvolvimento da cultura do algodão no estado de Mato Grosso; e
- d) Apresentar instrumentos de política de desenvolvimento regional em Mato Grosso baseada na economia relacional.

1.3 JUSTIFICATIVA

O algodão foi escolhido como campo empírico para esse estudo, por ser um setor que se desenvolveu ao longo dos últimos vinte anos no estado de Mato Grosso, como mencionado anteriormente. Esse desenvolvimento se deu tanto na economia do estado quanto no número de instituições envolvidas na atividade da cultura do algodoeiro. O algodão de Mato Grosso representou 57% da produção nacional em 2015 e 65% em 2016 (CONAB, 2016).

Do ponto de vista teórico, o presente estudo se justifica pelas contribuições a respeito da abordagem da economia relacional no processo de desenvolvimento da cultura de algodão em Mato Grosso. A economia relacional tem interesse nos atores locais e regionais, sua localização, as instituições envolvidas e a coordenação dos setores envolvidos no setor algodoeiro (BATHELT; GLÜCKLER, 2011; STORPER, 2010; STORPER; MARREWIJK; OORT, 2012).

As relações interorganizacionais apontam para os processos e atributos contextuais em nível micro e macro. No nível micro, são verificados o desempenho, o desenvolvimento dinâmico, a eficácia e os resultados que explicam a probabilidade de as organizações colaborarem. Já no nível macro, são verificados os ambientes institucionais nas relações interorganizacionais, sendo analisados o ambiente jurídico, a política econômica, a questão cultural, o ambiente espacial e os contextos históricos. Também no nível macro são avaliadas as instituições de pesquisa, os sindicatos e as câmeras de comércio (CROPPER et al., 2008).

Segundo Garretsen et al. (2013), existem disparidades regionais que persistem ao longo dos anos. Há necessidade de convergência de desenvolvimento entre as regiões, com geração de trabalho e investimento em infraestrutura, promovendo, desse modo, o desenvolvimento regional nos diversos setores da economia (GARRETSEN et al., 2013).

O capital social constitui um bem público, sendo um atributo da estrutura social em que as pessoas estão inseridas (PUTNAM, 1996), por isso, segundo o autor, deve ser valorizado entre os atores envolvidos nas relações, estimulando a confiança social. Nos estudos realizados pelo autor em algumas regiões da Itália, a confiança social é um dos elementos básicos que sustentam o dinamismo econômico e o desempenho das instituições. Putnam (1996) acrescenta que, quanto mais houver confiança numa comunidade entre os atores sociais, maior será o nível de cooperação.

A contribuição da pesquisa para o Estado de Mato Grosso será uma proposta de desenvolvimento regional, segundo a abordagem da economia relacional. As relações existentes entre as instituições do Estado podem contribuir para que regiões com menores índices de desenvolvimento possam acompanhar outras regiões com indicadores de atividade econômica maiores.

A contribuição da pesquisa empírica poderá fortalecer a abordagem da economia relacional no campo teórico, em que o conhecimento das relações existentes na cultura do algodão do Estado de Mato Grosso pode fortalecer as investigações realizadas até a presente data na área. Para o pesquisador, a importância das relações de cooperação, interorganizacionais e sociais existentes no desenvolvimento da cultura do algodão de Mato Grosso está no fortalecimento de políticas públicas nas regiões de fronteiras agrícolas desse estado, possibilitando que as áreas próximas das regiões em desenvolvimento tenham índices de crescimento positivos em comparação às principais cidades consideradas produtivas do ponto de vista econômico. Além disso, por meio da revisão bibliográfica, verifica-se que há, ainda, poucos estudos no Brasil que abordam a economia relacional em suas pesquisas empíricas

(CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003). O presente estudo pretende, assim, avançar no campo de abordagem da economia relacional.

Para o pesquisador a pesquisa contribui para o aprimoramento dos conhecimentos adquiridos ao longo dos quatro anos de estudos, ampliação da capacidade de análise das lentes teóricas no campo de administração e melhorias significativas na capacidade de transmissão de conhecimento aos alunos do curso de administração da Universidade do Estado de Mato Grosso. Outra contribuição se dá com a pesquisa da cultura do algodão em Mato Grosso no contexto da produção brasileira e mundial, que irá colaborar no ensino aos alunos sobre a importância da produção das regiões, no desenvolvimento de Mato Grosso. Além disso, a experiência possibilita a visualização de projetos de extensão e pesquisa a serem elaborados a partir dos conhecimentos mobilizados nesta pesquisa.

A seguir, apresenta-se o referencial teórico, com as principais discussões dos autores sobre o desenvolvimento econômico regional e a abordagem da economia relacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico foram feitas as abordagens das teorias desenvolvimento econômico regional e da economia relacional. Essas abordagens segundo autores da geografia econômica.

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

A dinâmica do desenvolvimento regional reflete a alocação geográfica de recursos de capital, de trabalho, de empresas, de indivíduos e de suas famílias. Essa dinâmica contribui para a trajetória de crescimento econômico e para o desenvolvimento social e tecnológico de determinados locais ou regiões. Algumas regiões possuem infraestrutura industrial mais disponível para uso de novas tecnologias no ambiente de empreendedorismo e na presença de instituições ligadas ao conhecimento. Essas regiões podem ter um setor privado mais fortalecido que o setor público, aumentando a competitividade regional. Sendo assim, o setor público necessita avaliar e comparar seus programas sistemáticos, a fim de melhorar as políticas locais e regionais de crescimento econômico, conforme apontam McCann e Ortega-Argilés (2013). A política de crescimento regional pode promover oportunidades às pessoas e às empresas localizadas nas regiões periféricas, que possuem baixas taxas de crescimento econômico, permitindo-lhes acesso aos centros econômicos, de modo a fortalecer essas regiões, onde os rendimentos *per capita* são menores.

Na abordagem de Putnam (1996), os cidadãos de comunidades cívicas demandam um governo atuante, exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns. Portes (2000) pergunta por que algumas regiões são mais bem-governadas e mais ricas que outras. Uma possível explicação é que os sistemas urbanos refletem o crescimento da população, o número de empresas, a renda *per capita* e a produção de determinado local ou região. A dinâmica desse sistema contribui para o crescimento econômico, social e tecnológico (STORPER; MARREWIK; OORT, 2012). Algumas regiões são sistematicamente mais dispostas para novas tecnologias do que outras. As razões desse fato estão relacionadas: a) à estrutura industrial local; b) ao papel das externalidades de aglomerações; c) à presença de instituições ligadas ao conhecimento; d) ao ambiente de empreendedorismo; e) ao conhecimento das mudanças dos custos de transação (McCANN; ORTEGA-ARGILÉS, 2013).

Em todas as regiões, as empresas são capazes de gerar novos potenciais tecnológicos. Porém, os modos de geração de novas tecnologias tendem a variar de acordo com a estrutura de uma região, sua história econômica, seu perfil tecnológico, os arranjos institucionais e o grau periférico da região geográfica (OECD, 2011).

O governo pode promover um debatesobre as capacidades existentes da região, aproveitando os conhecimentos e o potencial da economia local (McCANN; ORTEGA-ARGILÉS, 2013). Para McCann e Ortega-Argilés (2013), em países com uma baixa capacidade para a adoção de tecnologias, em um ambiente institucional forte, a prioridade deve ser a criação de conhecimento local a partir do ensino superior e da atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (FDI). Se o ambiente institucional é fraco, para melhorá-lo, o foco deve ser em nichos e promoção de exportação, enquanto que, se o ambiente institucional é mais fraco, a prioridade deve ser a modernização da infraestrutura institucional básica. As instituições precisam ser fortalecidas para aprofundar o conhecimento e o potencial das regiões.

Nas diversas regiões, as ações políticas devem ter a colaboração como foco, promovendo intercâmbio de conhecimento, envolvendo Pequenas e Médias Empresas (PMEs), locais em redes, e reforçando as relações existentes com universidades locais e centros de pesquisa (McCANN; ORTEGA-ARGILÉS, 2013). A distribuição espacial desigual ou o crescimento podem ser observados em várias escalas geográficas, mas essa observação é mais relevante quando compara regiões dentro de um país. Na maioria dos países em desenvolvimento, com números díspares de renda e emprego, há dificuldades de convergência de crescimento entre as regiões. As disparidades regionais existem e persistem. As políticas de geração de trabalho devem procurar se mover para as regiões de mão de obra escassa, e o capital deve fluir para regiões de capital escasso (GARRETSEN et al., 2013).

Os investimentos em economia, educação ou infraestrutura geralmente beneficiam as regiões centrais, pois é onde a atividade econômica já está mais concentrada. As políticas baseadas em pessoas podem acabar aumentando ainda mais as disparidades regionais de renda. A promoção de maior crescimento nas principais regiões eleva a média nacional desse indicador, gerando um *trade-off* com as políticas regionais, que procuram difundir o crescimento de uma forma mais equilibrada entre as regiões de risco, o que reduz o índice nacional (GARRETSEN et al., 2013). Por isso, a escolha entre uma política de crescimento nacional e um crescimento equilibrado é um desafio para as políticas regionais.

Em regiões onde o foco está no setor de serviços e no setor público, a política de crescimento regional poderia se alinhar às instituições locais e às nacionais no desenvolvimento de estratégias para exploração dos potenciais do local (McCANN; ORTEGA-ARGILÉS, 2013).

O desenvolvimento local pode abranger uma microrregião, não somente uma localidade, e possuir dimensões políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais. Dessa forma, necessitamos entender os diversos fatores econômicos que interferem no desenvolvimento de determinadas localidades. Examinar as desigualdades inter-regionais é uma questão importante para verificação do potencial de produção em certas regiões do Brasil (PHILERENO, 2014).

Os recursos produtivos existentes em determinada região são importantes para o seu processo de desenvolvimento. A capacidade de produção que essa região possui pode influenciar positivamente o conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais capazes de gerar crescimento e, assim, possibilitar o desenvolvimento local ou regional (NUNES, 2014). Para Lacerda (2013), os termos *desenvolvimento* e *crescimento* geralmente são utilizados como sinônimos. No entanto, o crescimento é indispensável ao processo de desenvolvimento, embora não possa ser utilizado como condição suficiente deste, uma vez que o crescimento se refere aos aspectos quantitativos, enquanto o desenvolvimento possui uma abrangência maior no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais.

Determinadas regiões desempenham um papel fundamental aos padrões emergentes de crescimento de um país; todavia, a questão é como distribuir as atividades econômicas por meio de vários sistemas urbanos de modo a gerar distribuição de renda nas regiões periféricas. Garantir às pessoas igualdade de acesso às oportunidades, independentemente do local onde elas vivem, pode gerar a melhoria de vida da população (BARÇA; McCANN; RODRÍGUES-POSE, 2012). O papel fundamental das instituições regionais é de promover o potencial de crescimento local e regional na formação de negócios em rede. Isso possibilita a capacidade das empresas de acessar e desenvolver conhecimento e novos produtos. Os potenciais de cada região necessitam ser ordenados para os investimentos futuros em infraestrutura (PARKER; EKELUND, 2011).

Países em desenvolvimento geralmente têm grandes territórios, como o Brasil, por exemplo, mas suas instituições não estão suficientemente adiantadas para suportar a expansão urbana e a promoção do crescimento e do desenvolvimento de forma igualitária em suas diversas regiões. O fortalecimento de infraestrutura das capitais e dos centros regionais se torna um processo de barganha político das forças locais, desfavorecendo as regiões periféricas (BARÇA; McCANN; RODRÍGUES-POSE, 2012). As instituições públicas devem ter a capacidade de promover um crescimento uniforme nas diversas localidades, com alocação de recursos, possibilitando reverterem-se as diferenças regionais.

Os investimentos em infraestrutura e recursos humanos aumentam o estoque de capital humano, físico e tecnológico das regiões. Os investimentos em infraestrutura e tecnologias

aumentam a produtividade total dos fatores, enquanto o investimento em recursos humanos majora a produtividade do trabalho (GÁKOVÁ; GRIGONYTÉ; MONFORT, 2009). A política de financiamento do setor público, em determinadas regiões, ajuda a aumentar a capacidade produtiva das economias beneficiadas, assim como o investimento privado auxilia setores produtivos de serviços de fabricação e impulsiona os investimentos setoriais no mercado.

O ponto de partida para uma política de crescimento é a ideia de explorar o potencial de uma determinada região, organizando as instituições e os investimentos disponíveis em poder do Estado, envolvendo as empresas e os agentes locais em um processo participativo e deliberativo. Os atores locais e externos devem ter a capacidade de gerar consenso e confiança para resolverem os conflitos e mobilizarem recursos para as diferentes regiões (BARÇA; McCANN; RODRÍGUES-POSE, 2012).

Para Storper e Scott (2009), na dinâmica de crescimento de determinada região, devem ser verificados os padrões espaciais de capital humano existentes; os atributos qualitativos das regiões sobre as facilidades que elas oferecem; e se os trabalhadores migram para as cidades onde são oferecidas comodidades relevantes para as pessoas, o que responde ao crescimento urbano.

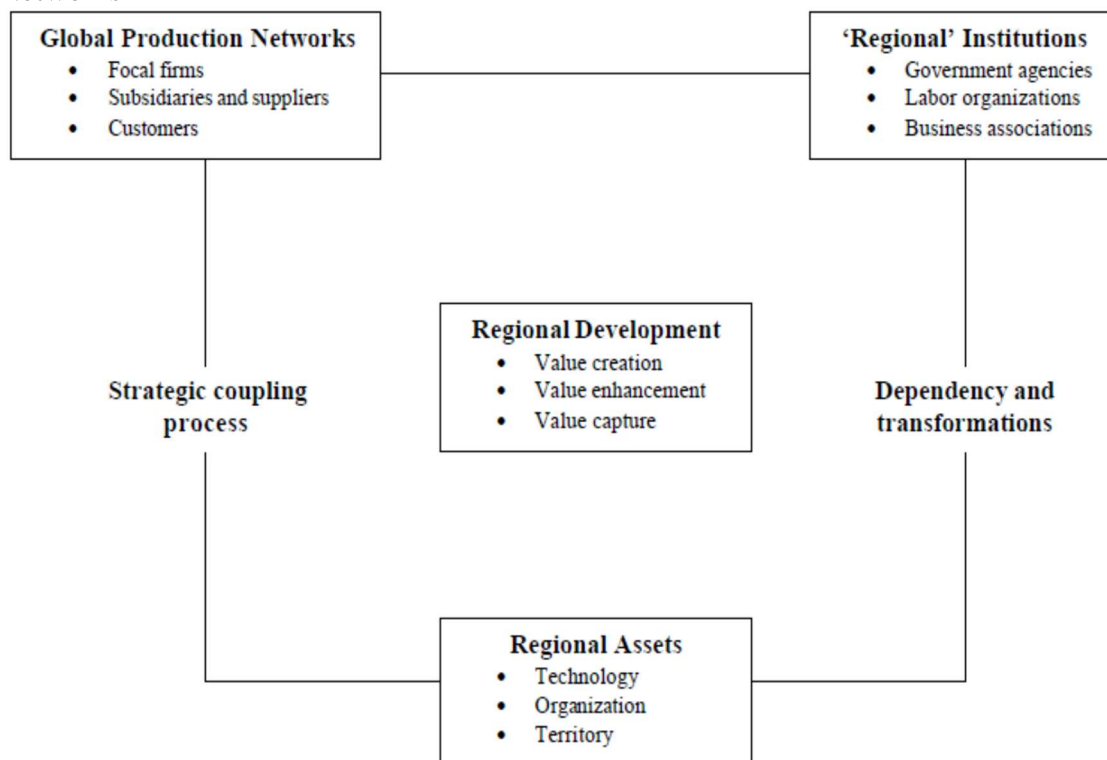
Para os autores Coe et al. (2004), duas vertentes abordam vínculos entre a dinâmica da globalização e as noções de desenvolvimento regional. Uma vertente com ênfase nas estruturas institucionais endógenas e na sua capacidade de manter redes globais (conforme revisões de Storper, 1997, e Scott, 1998). A outra vertente, focada em redes interfirmas e cadeias de valor/commodities globais (global commodity – GCCs/valuechains – GVCs), considera as estruturas organizacionais dos sistemas de produção das empresas globais e explora como as regiões em particular dividem essas redes com impactos variados na atualização industrial.

Os autores Coe et al. (2004) desenvolveram uma ampla estrutura conceitual para a compreensão do desenvolvimento regional, com ênfase nos fatores de crescimento endógeno em regiões específicas quanto às necessidades estratégicas dos atores translocais que coordenam redes de produção globais (SCOTT; STORPER, 2003). O desenvolvimento regional é conceituado como um resultado dinâmico da complexa interação entre redes relacionais territorializadas e redes de produção globais (COE et al., 2004).

O desenvolvimento regional requer a presença necessária de três conjuntos inter-relacionados de condições: a existência de economias de escala e escopo em regiões específicas; a possibilidade de economias de localização nas redes globais de produção; e as configurações das instituições regionais para manter as redes globais de produção e desencadear o potencial regional (COE et al., 2004).

O autores Coe et al. (2004) desenvolveram um *framework* para análise de desenvolvimento regional e redes globais de produção, conforme Figura 1.

Figura 1. A Framework for Analyzing Regional Development and Global Production Networks



Fonte: Adaptado de Coe et al. (2004, p. 470)

A Figura 1 começa com a premissa de que fatores endógenos são necessários, mas insuficientes, para gerar crescimento regional em uma época na qual a concorrência é cada vez mais global (COE et al., 2004). Os autores utilizam o termo ‘ativos regionais’ para descrever esta pré-condição necessária para o desenvolvimento regional (STORPER, 1997). Esses ativos podem produzir dois tipos de economias. Primeiro, as economias de escala podem alcançar certas regiões através de concentrações localizadas de conhecimento, habilidades e conhecimentos específicos. Segundo, podem existir economias de alcance aproveitando os benefícios intangíveis da aprendizagem e a cooperação embutida nas aglomerações.

Os autores Coe et al. (2004) enfatizaram que o espaço local e o regional se tornam escalas geográficas importantes através dos quais o trabalho interage com as necessidades estratégicas dos atores das redes de produção globais. Seus efeitos interativos tendem a favorecer os atores translocais incorporados nessas redes globais de produção. Da mesma forma, o estado e suas agências de desenvolvimento são instituições implantadas localmente em regiões específicas. Em regiões com mercados de trabalho flexíveis, as economias de escopo

podem ser alcançadas através de diferentes indústrias que colhem os benefícios de interdependências não negociadas (STORPER, 1997). O papel das instituições do Estado é importante para regulamentação do trabalho e suas organizações.

Os pesquisadores Coe et al. (2004) desenvolveram as dimensões de desenvolvimento regional nos níveis local e não local, conforme Figura 2.

Figura 2. Local and non-local dimensions of regional development

<i>Dimensions</i>	<i>Local manifestations</i>	<i>Non-local forms</i>
Firms	Indigenous SMEs Industrial clusters Intra-regional markets Venture capitalists	Global corporations Entrepreneurial subsidiaries Distant global markets Decentralized business and financial networks Global production networks
Labour	Skilled and unskilled workers Permanent migrants	Skilled experts and technologists Transient migrants Transnational business elites
Technology	Spillover effects Tacit knowledge Infrastructure and assets	Global standards and practices Intra-firm R&D activities Technological licensing Strategic alliances
Institutions	Conventions and norms Growth coalitions Local authorities Development agencies	Labour and trade unions Business associations National agencies and authorities Inter-institutional alliances Supranational and international organizations

Fonte: Coe et al. (2004, p. 471)

Nossa ênfase se concentra no estudo de Storper (1997) sobre as dimensões locais e regionais no processo de desenvolvimento regional; sobre a importância das instituições e organizações no fortalecimento das normas e convenções estabelecidas no nível regional.

A economia de uma região pode apresentar categorias para caracterizar sua estrutura econômica, como o nível de Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita*. Outras categorias também podem ser consideradas para identificar a estrutura econômica dessas localidades, como o emprego total, o emprego industrial, o emprego no setor de serviços e a densidade populacional por região (BECKER; EGGER; VON EHRLICH, 2012). Para Becker, Egger e von Ehrlich (2012), as regiões diferem nas suas características de tal forma que algumas são mais ou menos suscetíveis de receber elevada intensidade de tratamento ou de recursos do que as outras. Uma das abordagens que se propõe a explicar tais diferenças é a economia relacional, que será discutida na próxima seção.

2.2 ECONOMIA RELACIONAL

Nesta seção, apresentam-se as discussões dos principais autores sobre a economia relacional: Storper (1997; 2010) e Bathelt e Glückler (2011). Ao final, o Quadro 2 sintetiza informações relacionadas a essas discussões.

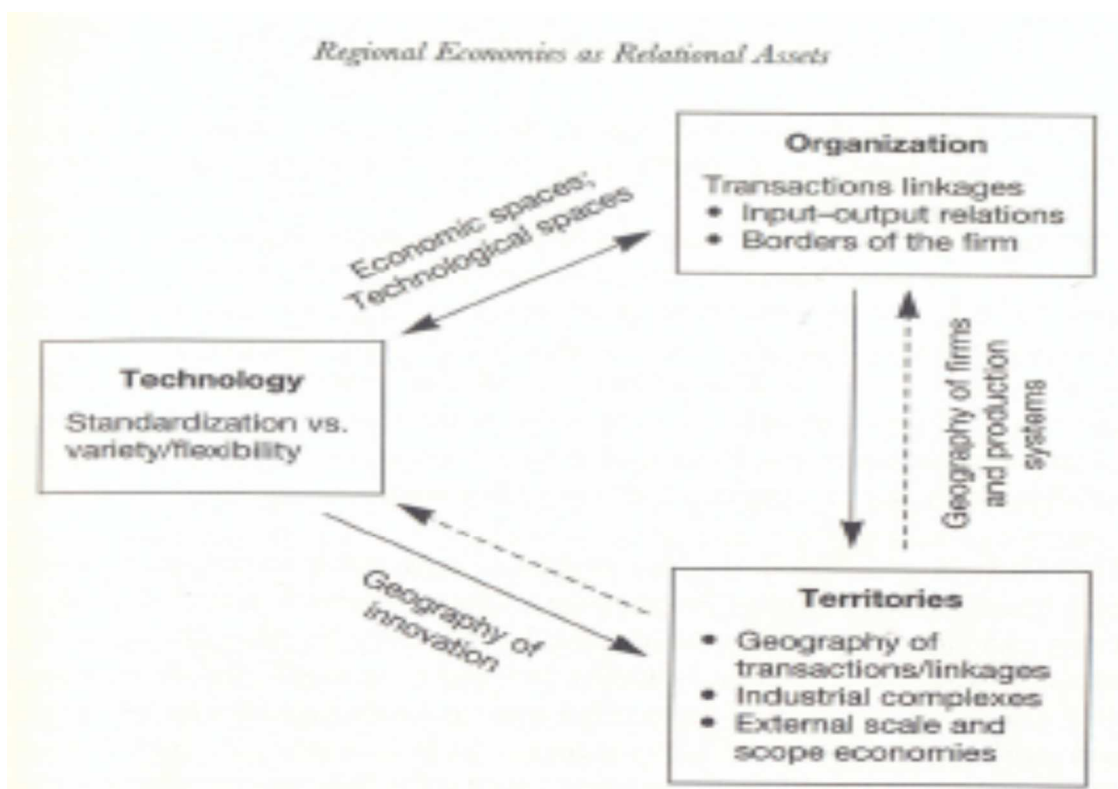
A geografia econômica possui uma longa tradição de analisar as relações espaciais das empresas. Nas décadas de 1950 e 1960, a geografia econômica estava preocupada com os padrões locacionais e comportamentais de empresas no espaço. Nos anos 1970 e 1980, passou por uma abordagem radical marxista com reorientação teórica e empírica na pesquisa da geografia econômica industrial. A década de 1980 dá início ao foco nas relações interorganizacionais (Inter-Organizational Relationships – IORs) entre as empresas, com o surgimento de análise de redes de relações interfirmas (YEUNG, 2008). Na década de 1990, surgem novas literaturas sobre redes relacionais para explicar o desenvolvimento local e regional (STORPER, 1995; 1997; SCOTT; STORPER, 2003; BATHELT; GLÜCKER, 2003; YEUNG, 2005). Dessa forma, os estudos teóricos empíricos apresentados apontaram a importância da economia relacional para o desenvolvimento de determinada cultura, no caso desse estudo, a cultura do algodão no Mato Grosso, que levam em conta perspectivas local e regional.

O debate sobre a regionalização no capitalismo contemporâneo teve seu início na década de 1980, quando os cientistas sociais começam a discutir temas como o desenvolvimento tecnológico e organizacional e a vantagem competitiva na economia mundial (STORPER, 1997). Storper (1997) argumenta que o papel da região é como o *locus* que os economistas chamam de *interdependências não tratadas*, isto é, formas de convenções, hábitos, regras que coordenam os agentes econômicos em momentos de incerteza, o que, sendo localizado em diferentes regiões de produção, constitui um ativo específico nas relações interpessoais e nas relações interfirmas. O resultado das relações são os níveis de crescimento das regiões, de investimento de capital e aumento populacional.

A abordagem de Storper (1997) identifica a tecnologia, a organização e o território como pilares constituintes da geografia econômica, conforme Figura 3. Eles formam os processos econômicos e sociais, cujas interações e relações podem ser analisadas. O autor enfatiza também o papel das instituições nos processos de organização, aprendizagem e criação de conhecimento na análise da geografia econômica. Os autores Dicken et al. (2001) argumentaram que algumas redes são relativamente mais localizadas, porque são dependentes das interdependências negociadas e não negociadas da aglomeração geográfica, alcançada

através do *embeddedness* territorial, com destaque para a revisão valiosa de Storper (1997) da literatura sobre aglomeração espacial.

Figura3. The Holy Trinity of the Heterodox Paradigm



Fonte: Adaptado de Storper (1997, p. 27)

Para Storper (1997), a tecnologia e a mudança tecnológica são reconhecidas como um dos principais motores da mudança dos padrões de desenvolvimento econômico de territórios. A produção ocorre nos territórios, e a mudança no uso de novas tecnologias depende da capacidade das organizações na utilização de tipos específicos de inovação. Para o autor, as organizações, sobretudo grupo de empresas ou redes de empresas, estão ligadas a sistemas de produção dependentes não apenas do contexto territorial de insumos físicos e intangíveis, mas pelas relações de proximidade entre si. Os territórios constituem interações entre as organizações e tecnologias.

Para Storper (1997), as condições de proximidade contribuem para processos evolutivos no desenvolvimento de novas tecnologias (produtos e processos), porque se beneficiam de *feedbacks* positivos de dimensões de setores – como tecnologias, organização de empresas e redes de produção – definindo a indústria ou setor produtivo em uma trajetória de desenvolvimento cumulativo de uma determinada região. As interdependências entre atores

regionais em condições de proximidade contribuem para a elaboração de trajetórias tecnológicas, como no caso de uma aglomeração núcleo de uma indústria, que serve para geração de tecnologia e conhecimento para o setor. Complementa ainda o autor que, quando essa aglomeração núcleo é multissetorial, envolve as principais tecnologias que, por causa da semelhança ou complementaridade de insumos tecnológicos, servem vários setores *out-put* finais diferentes.

Por isso, na aglomeração regional, estabelece-se uma indústria como um núcleo, ou seja, o lugar onde o conhecimento recebe uma posição produtiva. As forças de trabalho da indústria vêm de pessoas cujas experiências são de setores estabelecidos, prontas para serem aplicadas fora do setor de origem. Como a indústria pode crescer, inicialmente desenvolve-se uma estrutura organizacional com ativos específicos de cada região sob a forma de relações, regras e convenções (STORPER, 1997). Para Yeung (2005), os ativos relacionais oferecem uma variedade de fatores não econômicos, como as regras locais, o conhecimento reflexivo, convenções e contextos que explicam a aglomeração de empresas locais e o subsequente desenvolvimento econômico local e regional.

A região é um nível organizacional (entre outros) onde os processos de desenvolvimento de informação e de trabalho criam variedade tecnológica e novas técnicas. Pode também ser um lugar onde a proximidade facilita o conhecimento, auxiliando tanto na imitação quanto na evolução de determinada região (STORPER, 1997). Storper complementa ainda que, no nível inter-regional, a concorrência entre produtos e tecnologias também abre espaço para nova variedade de produtos e serviços. Segundo o autor, há, portanto, contribuições geográficas para a evolução dinâmica no desenvolvimento do capitalismo.

No Quadro 1 apresentamos os principais artigos utilizados na elaboração do referencial teórico que fizeram citações da obra de Storper (1997), representando uma revisão importante da geografia econômica, com uma abordagem da economia relacional. O livro de Storper (1997) representou, até o ano de 2016, um total de 4564 citações em artigos de revistas acadêmicas e livros.

Quadro 1. Autores com Citações do Livro de Storper (1997)

Título: *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*

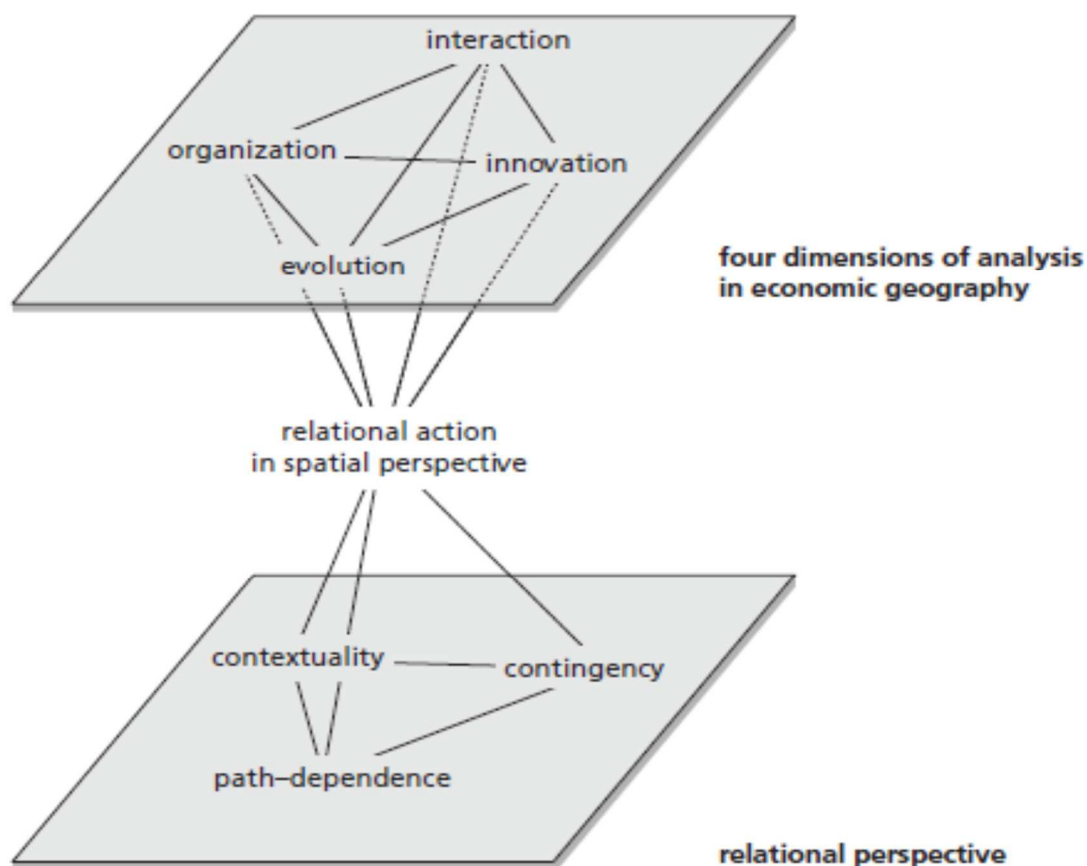
Autores	Ano	Citações	Título
Storper; Vanebles	2004	2258	Buzz: face-to-face contact and the urban economy
Martin; Sunley	2006	1445	Path dependence and regional economic evolution
Dicken et al.	2001	1153	Chains and networks, territories and scales: towards a relational framework for analysing the global economy
Scott; Storper	2003	1116	Regions, Globalization, Development
Coe et al.	2004	1104	'Globalizing' regional development: a global production networks perspective
Leamer; Storper	2014	951	The economic geography of the internet age
Boschma; Frenken	2006	902	Why is economic geography not an evolutionary science? Towards an evolutionary economic geography
Bathelt; Glückler	2003	636	Toward a relational economic geography
Yeung	2005	543	Rethinking relational economic geography
Barça; McCann; Rodríguez-Pose	2012	511	The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches
Scott	2001	412	Globalization and the rise of city-regions
Rodríguez-Pose	2013	372	Do institutions matter for regional development in the EU?
Sunley	2008	245	Relational Economic Geography: A partial understanding or a new paradigm?
Cassiolato; Szariso	2003	604	Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas
Verschoore Filho	2006	65	Redes de cooperação interorganizacionais: a identificação de atributos e benefícios para um modelo de gestão

Fonte: Elaborado pelo Autor (2017).

Para Storper (1997), as convenções reduzem as incertezas sentidas pelos agentes econômicos em momentos de dificuldades, por isso podem ser criadas possibilidades específicas, mobilizando formas qualitativas distantes de recursos físicos e intangíveis que entram em determinados produtos (como a mobilização de determinado trabalho ou atividade empresarial). O autor complementa com as principais convenções que suportam o dinamismo tecnológico, que são as seguintes: (1) padrões de mobilização de recursos; (2) formas de trabalho coletivo nas relações entre empresas e mercados; (3) as definições da qualidade do produto; (4) as relações entre os grupos que procuram novas tecnologias e outros grupos no sistema de produção; (5) a coordenação local e regional das estruturas de negócios; e (6) as ideologias e culturas específicas dos agentes econômicos locais. Storper (1997) complementa ainda que o mundo é composto de práticas, instituições e objetos materiais/ferramentas, mas também pode ter um universo de ações que incorpora formas específicas de cognição, teorias, doutrinas, instituições e regras.

Já Bathelt e Gückler (2003), em vez de usarem o conceito de território como pilar da geografia econômica, conceituam o espaço como perspectiva. Tem-se essa perspectiva como uma lente geográfica que orienta a análise dos processos econômicos e sociais da geografia econômica. Os autores, com base na conceituação de Storper (1997), fazem uma nova proposta conceitual em torno de organização, evolução, inovação e interação, sendo esses, então, os quatro íons de uma geografia econômica relacional, conforme Figura 4. Bathelt e Gückler (2003) desenvolvem uma visão relacional da ação econômica em que os atores econômicos estão situados em contextos de relações sociais e institucionais, eem que os processos econômicos são dependentes da trajetória (*path-dependent*), na medida em que a ação futura depende de decisões, estruturas e processos do passado, e, ao mesmo tempo, contingentes e abertos, na medida em que os agentes fazem escolhas que podem desviar-se dos caminhos de desenvolvimento existentes. Essa abordagem também é reforçada na obra de 2011 dos autores.

Figura 4. Relational Conceptualization of Economic Action in Spatial Perspective



Fonte: Bathelt e Glückler (2003, p. 132; 2011, p. 37)

Para os autores Bathelt e Glückler (2003, 2011), a estrutura organizacional de uma empresa e seu desenvolvimento estão relacionados com as instituições formais e autoridades que criam normas e leis sociais. Portanto, essa organização espacial da produção é resultado de complexas negociações e acordos entre as empresas e as instituições formais. No campo da geografia econômica, novos espaços industriais e processos de industrialização tendem a adotar uma perspectiva evolutiva (STORPER, 1997). As novas empresas ou aquelas que se deslocam poderiam ser localizadas em regiões de expansão de novo setor produtivo.

Argumentam ainda Bathelt e Glückler (2003, 2011) que os sistemas nacionais de inovação são caracterizados por diferentes culturas, estruturas organizacionais, graus de integração vertical e centralização, trajetórias e capacidades tecnológicas que estabelecem rotinas e hábitos que permitem ajustes regionais para recursos localizados. As instituições e as especificidades de produção de determinada região podem, portanto, resultar em novos caminhos de desenvolvimento. Os autores acrescentam ainda que o processo de aprendizagem por interação tornou-se um foco analítico na economia, sociologia e geografia econômica, sendo que a aprendizagem por interação refere-se aos processos pelos quais a

comunicação entre produtores e usuários resulta em melhorias incrementais em tecnologias de produtos e processos, bem como nas rotinas organizacionais.

Os autores argumentaram ainda que a transição entre a ciência regional, no sentido de uma abordagem relacional, terá consequências para análise da geografia econômica, do ponto de vista da contextualidade, dependência trajetória e da contingência. A contextualidade aponta que os agentes econômicos estão situados em contextos de relações sociais e institucionais (GRANOVETTER, 1985), uma vez que esta concepção vê a ação como incorporada no contexto, não podendo ser explicada através da aplicação das leis espaciais universais. As relações sociais e institucionais explicam as ações econômicas.

A definição de Nelson e Winter (2005), a partir de uma perspectiva dinâmica, apresenta dependência da trajetória do desenvolvimento e por que as decisões econômicas passadas, ações e interações permitem e restringem ações atuais. Já os autores Bathelt e Glückler (2003, 2011) argumentaram que os processos econômicos são contingente no sentido de que as estratégias e ações dos agentes podem desviar-se dos caminhos de desenvolvimento existentes. A ação econômica em sistemas abertos não é totalmente determinada e não pode ser prevista por meio de leis universais, podendo estar sujeita a alterações imprevisíveis. A geografia econômica relacional permite uma compreensão complexa da ação econômica e suas consequências localizadas. Como tal, ela se concentra nas pessoas, empresas e organizações envolvidas na tomada de decisões econômicas, bem como sobre os indivíduos e ambientes que estão sujeitos às consequências da ação econômica (STORPER, 1997; BATHELT; GLÜCKLER, 2011).

A abordagem da economia relacional usa estruturas e forças regionais existentes como ponto de partida para desencadear uma ação coletiva. Uma visão relacional não pode ser sobreposta aos agentes regionais. As iniciativas devem ser de baixo para cima, e os elaboradores de políticas devem ser mediadores na política de crescimento de uma região (STORPER, 1997; BATHELT; GLÜCKLER, 2011). Nessa abordagem, observa-se que a economia estabelece fluxos interorganizacionais, conectividade e suas relações como um ponto da política regional. As políticas regionais não podem ser estáticas, as regiões devem procurar estabelecer seu próprio futuro com o esforço de suas ações internas. As forças de coesão local são importantes para que se estabeleçam relações com o global, as políticas de crescimento regional devem incluir negociações e discussões políticas que vão além de seu território.

Os mercados são construções sociais que influenciam a dinâmica de fluxos de conhecimento e de redes industriais, e esse conhecimento é compartilhado entre agentes locais e regionais, mesmo que as empresas concorram em seus segmentos. As instituições moldam as relações entre agentes locais, regionais, nacionais e globais para seu fortalecimento, sem

interferir de cima para baixo nas decisões (STORPER, 1997; BATHELT; GLÜCKLER, 2003: 2011).

A abordagem da geografia econômica relacional, segundo Yeung (2005), precisa estar situada em seu contexto para evitar armadilhas do determinismo estrutural e, ainda, ampliar o pensamento relacional. O autor comparou e contrastou as três voltas temáticas sobre a visão relacional do desenvolvimento local e regional, a organização da rede de empresas e a geografia de escala, conforme Figura 5.

Figura 5. Recent relational frameworks in economic geography and their antecedents

<i>Relational frameworks</i>	<i>Thematic concepts</i>	<i>Major authors</i>	<i>Spatial manifestations</i>	<i>Antecedents</i>
Relational assets in local and regional development	<ul style="list-style-type: none"> • Institutional thickness • Traded and untraded interdependencies • Agglomeration tendencies • Atmosphere and milieu • Social capital 	<ul style="list-style-type: none"> • Ash Amin • Phil Cooke • Anders Malmberg • Ron Martin • Peter Maskell • Kevin Morgan • Allen Scott • Michael Storper • Nigel Thrift 	<ul style="list-style-type: none"> • New industrial spaces • Industrial districts • Clusters • Learning regions • Marshallian nodes in global cities 	<ul style="list-style-type: none"> • Evolutionary and institutional economics • New economic sociology • Organizational analysis • Urban studies • Political studies of democracy and social movements
Relational embeddedness in networks: social actors, firms and organizations	<ul style="list-style-type: none"> • Inter-organizational networks • Actor networks • (Global) production chains • Hybrid and gender relations 	<ul style="list-style-type: none"> • Ash Amin • Peter Dicken • Meric Gertler • J.K. Gibson-Graham • Gernot Grabher • Roger Lee • Linda McDowell • Jonathan Murdoch • Nigel Thrift • Sarah Whatmore 	<ul style="list-style-type: none"> • Global-local tensions • Differentiated production of organizational space • Path dependency • Hybrid geographies and multiple trajectories 	<ul style="list-style-type: none"> • New economic sociology • Organizational analysis and management studies • Poststructuralism and feminist studies • Science and technology studies
Relational scales	<ul style="list-style-type: none"> • Geographical scales as relational constructions • Social relations as scalar constructs • Rescaling and reterritorialization 	<ul style="list-style-type: none"> • Neil Brenner • Kevin Cox • Bob Jessop • Jamie Peck • Neil Smith • Erik Swyngedouw • Peter Taylor 	<ul style="list-style-type: none"> • Scalar geographies • Politics of globalization • Urban and regional governance • Social regulation of local labour markets 	<ul style="list-style-type: none"> • Geography • Sociology • Institutional analysis

Fonte: Adaptado de Yeung (2005, p. 40)

Na Figura 5, a abordagem da virada relacional refere-se à análise de ativos relacionais no desenvolvimento local e regional. Segundo Yeung (2005), a virada relacional se afasta de modelos neoclássicos de desenvolvimento local e regional que se concentram principalmente em modelos econômicos de produção. Em vez disso, a abordagem de ativos relacionais tenta explicar o desenvolvimento local e regional, como resultado espacial do ressurgimento das economias regionais destacadas por Storper (1997) como tecnologia, organizações e territórios. Na abordagem de Bathelt e Glückler (2003) e em seu livro de 2011, acrescentam quatro íons na abordagem de Storper (1997): organização, evolução, inovação e interação. A análise do desenvolvimento territorial é caracterizada pelos ativos relacionais e pela proximidade espacial, especialmente nas escalas locais e regionais, ligadas por interdependências específicas da econômica do local ou região, como regras, contextos e convenções (YEUNG, 2005).

Segundo Yeung (2005), embora os ativos relacionais tenham contribuído para a virada relacional desde o início da década de 1990, surgem novas abordagens sobre a imersão relacional, com novos agentes econômicos – indivíduos, empresas e organizações – envolvidos nas relações. Os autores Granovetter (1985) e Dicken et al. (2001) enfatizam as redes interorganizacionais a fim de compreender a industrialização, a produção e o desenvolvimento territorial. As organizações com relações de poder de mercado em desvantagem competitiva tendem a entrar em relações de cooperação (por exemplo, alianças tecnológicas e redes de produção), a fim de fortalecer sua imersão relacional.

A contribuição de Yeung (2005) para a abordagem relacional no processo de desenvolvimento regional não é somente sobre a presença de ativos relacionais ou imersão relacional para explicar por que algumas regiões prosperam e outras não. A contribuição do autor traz também a análise do poder do retorno ao pensamento relacional, em que devemos descompactar geografias relacionais imbuídas de poder causal, capaz de produzir mudança espacial. O autor defende uma reformulação teórica reflexiva e, portanto, abre espaços para outros debates teóricos.

O presente estudo procurou manter os debates nos trabalhos de Storper (1997) e Bathelt e Glückler (2003; 2011), nos quais os relacionamentos socializados e institucionalizados facilitam a ação econômica e podem promover o desenvolvimento tecnológico e o crescimento regional. Jones e Murphy (2011) chamam isso de práticas localizadas ou específicas da rede interfirmas, que podem incorporar práticas sociais legitimadas, nas quais há conhecimento por meio de imersão. Além disso, no processo de conexão local e global, as dinâmicas das estruturas

não são produzidas de forma idêntica nas diversas regiões. O acesso às cadeias globais de produção depende de infraestrutura local e regional instaladas. Assim, algumas regiões terão dinâmicas diferentes de promoção de estratégias e formas de interação econômica pela sua infraestrutura de acesso aos mercados.

Essa dinâmica das regiões pode influenciar na força das cidades segundo os pesquisadores Storper e Venables (2002). As cidades passam a ser centros de aglomeração a partir da produção e da comunicação de ideias, de conhecimento e de troca de informações. A interação da atividade econômica no espaço geográfico da aglomeração promove a mudança tecnológica.

Na argumentação de Storper e Scott (1995), as regiões são bases essenciais na organização industrial da economia global emergente, sendo necessária a construção coletiva das ações regionais e a determinação de instituições na escolha das regiões que poderão ser incentivadas, tendo impactos positivos nas economias nacionais. Complexos regionais, por exemplo, constituem aspectos importantes da atividade econômica, pois o seu contexto sociocultural ajuda a sustentar essa atividade, oferecendo várias formas de coordenação e de relações.

Outros autores apontam processos de mudanças no desenvolvimento regional através da dinâmica dos sistemas urbanos. Kemeny e Storper (2012) e Graaff, Oort e Florax (2012) examinam a dinâmica de médio prazo da população, dos empregos e da renda; Fingleton, Garretsen e Martin (2012) refletem sobre a dinâmica de curto prazo e sobre possíveis impactos de longo prazo na adaptação de oscilações de mercado; Brakman et al. (2012) fazem um estudo das consequências da integração da União Européia para as populações de fronteira; Barça, McCann e Rodriguez-Pose (2012) analisam como o horizonte de tempo da política deve ter compromisso com o desenvolvimento territorial, em vez de pensar nas atividades de curto prazo.

No âmbito da economia relacional, os autores Bathelt e Glückler (2011) trazem uma abordagem em perspectiva micro para entender as estruturas e processos econômicos, com foco nos agentes individuais e coletivos envolvidos no processo de governança da ação econômica. Nesse sentido, há uma governança da organização econômica e a mudança tecnológica no nível da empresa ou organização; a gestão interorganizacional em projetos e redes; e a gestão do território dos sistemas industriais e cadeias de valor globais, situação que pode ser verificada em contextos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Bathelt e Glückler (2011) ainda salientam que a ação econômica tem características que se modificam no espaço. As empresas estão integradas em diferentes cadeias globais de valor,

e isso ocorre porque os contextos de negócios são diversos de um lugar para outro, assim como os desafios de empresas em rede, as condições institucionais e os padrões de especialização.

A visão relacional da geografia econômica é baseada na relação entre economia e espaço. O espaço não pode ser empregado como um fator explicativo na análise da ação econômica, nem pode ser tratado separadamente como um objetivo da pesquisa, isolado a partir de estruturas e relações econômicas e sociais. Ele é utilizado como ponto de partida para o estudo de determinadas questões acerca de fenômenos econômicos localizados, porém, não é, em si, o principal objeto do conhecimento. De fato, a ação econômica e a interação devem ocorrer em algum local, seja dentro de determinados lugares, regiões, nações ou blocos comerciais, seja entre eles (STORPER, 2010). É nessa sobreposição espacial de processos econômicos e sociais diferentes que a lente geográfica faz sua análise (BATHELT; GLÜCKLER, 2011).

A argumentação de Storper (2010) é a de que as aglomerações são estabelecidas pela geografia da mudança tecnológica, formando padrões de ligações intermediárias entre as empresas, que esperam efeitos na repartição dos mercados de consumo. Como dinâmica secundária, existe o crescimento da população local e regional devido à implementação de ações de novas tecnologias no espaço geográfico. As populações se deslocam por intermédio de migração inter-regional, entre o rural e urbano, e, também, por meio da migração de longa distância. A abordagem de aglomerados geográficos sugere que a aproximação geográfica regional aumenta o número de empresas e, além disso, promove a criação de subsidiárias e desloca empresas de uma região para outra (GLÜCKLER, 2007).

A abordagem da economia relacional se propõe a especificar como as relações interorganizacionais e de cooperação contribuem para o campo teórico desta abordagem, que será discutida na próxima seção.

2.3 RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS

Os pesquisadores Powell, Packalen e Whittington (2009) argumentam que as capacidades tecnológicas surgem do esforço regional, com padrões de aglomerações similares,

tornando-se comunidades produtivas. As comunidades que não estabelecem uma relação que permite a aproximação geográfica podem não se transformar em produtivas.

Na formação de um grupo de empresas localizadas em determinadas regiões, se houver fluxo de informação entre as empresas concorrentes, podem ser criados incentivos para a diferenciação do produto, o que se torna uma questão para aprendizagem tecnológica, que pode ser proporcionada pela relação 'fluxos de conhecimento local' *versus* 'fluxos de conhecimento global'. Um ponto a ser observado são as relações horizontais dentro de uma região, quando empresas se beneficiam da proximidade espacial, cultural e da afinidade entre si: mesmo cientes de seus concorrentes, elas entendem suas ações porque operam sob as mesmas regras e condições (STORPER; VENABLES, 2002; BATHELT; GLÜCKLER, 2011).

A localização dentro de uma região de diversas empresas ajuda cada organização a entender os fluxos de conhecimento local de uma forma significativa, pois impulsiona o desenvolvimento de uma estrutura institucional particular que é compartilhada pelos participantes (STORPER; VENABLES, 2002). Os fluxos de informações que circulam nas regiões podem estimular o desenvolvimento de conhecimento local, estabelecer IORs globais e gerar um processo de desenvolvimento regional. Nesse processo, as novas tecnologias abrem espaço para novas oportunidades locais ou regionais, pois as possibilidades de aprendizagem ocorrem nos processos interorganizacionais e no desenvolvimento de produtos ou serviços (STORPER, 2010). Além disso, sabe-se que, com o desenvolvimento tecnológico da região, ocorre a movimentação de pessoas em busca de emprego, criando fluxo de migrações com os novos produtos tecnológicos. Para os autores Cropper et al. (2008), a abordagem teórica das IORs se concentra nas propriedades e padrões de relações globais entre as organizações que têm interesse mútuo e que, ao mesmo tempo, permanecem independentes e autônomas, assim como naquelas que possuem interesses distintos. Para tais pesquisadores, o objetivo é compreender as formas, os processos de gestão e os resultados das relações interorganizacionais.

O estudo de Geddes (2008) sobre IORs em parcerias no desenvolvimento local ou regional relacionou as seguintes formas de parcerias: a) em escala regional, focadas no desenvolvimento econômico e na competitividade, sendo impulsionadas por políticas nacionais, com parceiros que ocupam posições de liderança; b) em escala urbana, que buscam estratégias de desenvolvimento de uma cidade como forma de liderança regional; e c) locais, realizadas em áreas carentes, com enfoque em diversos setores da economia local, formando uma comunidade de parceiros. O autor complementa que essas parcerias, em países europeus e

nos Estados Unidos, resultaram em desenvolvimento econômico e emprego, em desenvolvimento social e em atribuições das questões ambientais em diversas regiões.

Os estudos das relações interorganizacionais apresentam interligação com os estudos de capital social, pois ambos mostram que a rede de parcerias gera *networking*, ou seja, indivíduos ou organizações que já estão ativos em alguma forma de rede são mais propensos a se envolver em outras. Em contrapartida, os parceiros são selecionados na medida em que as empresas estabelecem relações com organizações com as quais já têm uma conexão (AHUJA, 2000). Isso pode gerar vários fatores, incluindo o aumento da confiança e a abertura, que vem com a experiência (GULATI, 1995; UZZI, 1996, 1997), – e, nesse ponto, os laços anteriores parecem ser particularmente importantes em condições de incerteza, por exemplo (GULATI, 1995). Ahuja (2000) constata que os diferentes tipos de capital desempenham diferentes papéis na formação de IORs. Ambos os capitais, técnicos e comerciais, são influências importantes na capacidade de atração de potenciais parceiros. Igualmente, os relacionamentos evoluem dentro de um padrão de relações interfirmas, e sua dinâmica, ao longo do tempo, tem consequências importantes não só para as próprias empresas, mas também para a evolução dos seus setores e para o padrão de colaboração e competição entre eles.

Existem relações entre o grau e a força dos laços de rede e desempenho em IORs (UZZI, 1997). Laços fortes aparecem para que o desempenho, em indústrias relativamente estáveis, cresça, enquanto laços fracos aumentam o desempenho em indústrias relativamente dinâmicas (ROWLEY; BEHRENS; KRACKHARDT, 2000). Ambos os furos estruturais e de fecho são importantes; porém, em diferentes pontos no tempo, o tipo de imersão influencia a seleção do parceiro competitivo e os tipos de alianças formadas.

Autores como Storper, Marrewijk e Oort (2012) apontam que o desenvolvimento de sistemas urbanos refletem diferentes taxas de crescimento da população, da renda e da produção, por intermédio da turbulência de determinadas cidades ou regiões com o surgimento de novas dinâmicas tecnológicas nas atividades econômicas. Essas atividades contribuem para o desenvolvimento econômico, social, tecnológico e para outras dinâmicas socioeconômicas em nível local e regional.

A formação de um grupo de empresas possibilita a troca de conhecimentos e gera expectativas comuns por meio das relações compartilhadas por uma determinada região; logo, decisões de investir recursos e construir uma comunidade técnica envolvem práticas comuns, que irão fortalecer as relações entre os parceiros e a formação de normas locais para nortear as interações. O desenvolvimento de comunidades tecnológicas regionais oferece oportunidade

para transformar as localidades em comunidades de informação e de conhecimento (POWELL; PACKALEN; WHITTINGTON, 2009).

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de sistemas setoriais ou tecnológicos tem apontado para a necessidade de entender os sistemas técnicos. As políticas distintas, sejam elas nacionais ou de aglomeração regional, podem ser mais adequadas para análise dos sistemas tecnológicos (HUGHES, 2012). As políticas de Estado devem procurar incentivar as relações universidade-indústria e estabelecer projetos de organização intermediária sobre os limites dessas relações.

Para Hughes (2012), o desenvolvimento de potenciais trajetórias futuras de conhecimentos técnicos e científicos do estado ou região pode ser observado ao longo do processo da análise das implicações sociais, além dos retornos econômicos e financeiros. A análise do risco com apoio público, em caso de falha ou fracasso da tecnologia em desenvolvimento, afeta o retorno da empresa. As relações no desenvolvimento de organizações intermediárias, no processo de integração entre indústria e universidade, também podem restringir alguns investimentos da indústria.

No processo de mudança e de desenvolvimento das economias emergentes, as questões estão mais ligadas à urbanização primária e à industrialização; porém, para Storper, Marrewijk e Oort (2012), em todas as economias há uma dinâmica movendo-se para as regiões. Os formuladores de políticas, cidadãos e empresários podem criar novos processos de relações em diferentes escalas de espaço e tempo.

Os estudos de Ahuja, Soda e Zaheer (2012), sobre dinâmica de redes organizacionais, identificaram dimensões que impulsionam os processos de mudança na estrutura e nos resultados das redes interorganizacionais. São mudanças: a) na distribuição do grau de nós da rede, refletindo a frequência com que ocorrem os laços entre os nós ou como são distribuídos os laços da rede; b) na conectividade da rede, representada, em uma rede organizacional, como a rapidez no repasse das informações para todos, promovendo resultados para os membros; c) no padrão de agrupamento da rede, referindo-se ao grau de interligações no nível interorganizational, ao número de grupos de empresas que concorrem entre si, mas que podem formar alianças; d) na densidade da rede, referindo-se à proporção de laços que são realizados (uma maior densidade pode estar associada ao desenvolvimento de normas dentro da rede); e e) no seu grau de assertividade, referindo-se ao grau em que os nós semelhantes se conectam uns com os outros. Segundo os autores a dinâmica das redes pode influenciar o desenvolvimento tecnológico em determinadas regiões.

Estudos realizados por Brunozi Júnior et al. (2016) em uma rede de 13 empresas, da área de educação no Rio Grande do Sul pesquisaram vários aspectos das relações da rede, sendo que um dos aspectos da pesquisa foi sobre as relações: a) formais: legislação formal e interação com funcionamento e resultados; b) informais: condutas, costumes, cultura, contatos e interações com resultados. Segundo os autores o resultado para essa amostra de empresas apontou que as “relações formais e informais são importantes, pois os contextos das ações e decisões são variáveis e a aplicação das melhores práticas para os relacionamentos são substanciais para o desenvolvimento da rede” (BRUNOZI JÚNIOR et al., 2016, p. 111). Eles acrescentaram ainda que, nas relações formais e informais a cooperação obteve resultados importantes para o desenvolvimento das atividades da rede, nesse período de existência da entidade. Além disso, enfatizaram a importância de atender às regras e normas da instituição que conduzem a um contexto de cooperação entre os membros da rede. Para a presente pesquisa o estudo tem sua relevância para o contexto das relações de cooperação e institucionais na cultura do algodão de Mato Grosso.

Para Powell, Packalen e Whittington (2009), a diversidade organizacional presente em determinada região estimula as práticas, as estratégias e as regras que surgem nos ambientes regionais. Por intermédio da formação de laços interfirmas, são determinados os tipos de categorias de relacionamentos com concorrentes, instituições locais ou regionais e empresas parceiras. Outro fator importante descrito pelos autores é a presença de uma âncora que auxilie as conexões existentes em determinada região. Essa âncora, em termos relacionais, pode ser uma universidade, um instituto sem fins lucrativos, uma empresa que mobilize as organizações e promova o crescimento coletivo. A interação das organizações irá possibilitar recursos e habilidades diferentes para desencadear uma multiplicidade de redes em benefício do desenvolvimento econômico regional.

A interação entre as instituições pode envolver os atores sociais possibilitando a absorção de capital social envolvida entre os indivíduos e suas redes interpessoais. Podendo também, ser facilmente estendida para as organizações e suas redes interorganizacionais. Os benefícios de capital social são revertidos para as empresas a partir do acesso à informação e do potencial de benefícios de controle. Essa informação pode ser um poderoso catalisador, fornecendo às empresas novas oportunidades produtivas para utilizar o capital financeiro e humano de que são dotadas (GULATI, 1998).

A abordagem de Gulati (1998) explicita que a imersão das empresas em redes sociais tanto pode restringir como habilitá-las a entrarem em alianças. Na medida em que as empresas

têm acesso às informações sobre potenciais parceiros, as redes sociais podem alterar o conjunto das empresas que percebem oportunidade para as alianças. Da mesma forma, as redes podem restringir seu conjunto de opções de alianças. A dimensão estrutural do capital social, a partir de suas variáveis, possibilita a sua interligação com a economia relacional.

Tratando capital social a partir da perspectiva de Putnam (1996), sobre a ação coletiva dos atores sociais na sociedade, o autor aponta para a capacidade das instituições representativas em colaborar visando a interesses comuns, favorecidos pela infraestrutura social existente nas comunidades. Uma característica específica do capital social são a confiança, as normas e as cadeias de relações sociais, que constituem um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. Assim como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados.

Para Bandeira (2007), a existência de uma rede de organizações em um determinado território poderia indicar a presença de capital social. Os processos de interação entre as organizações poderiam ser considerados importantes fontes de capital social. Assim, as diferenças entre as regiões seriam uma consequência do capital social. Segundo o autor, a pesquisa levou em consideração os indicadores de capital social do Rio Grande do Sul em 2001, que teve o território dividido em quatro macrorregiões: Nordeste 1 (Região Metropolitana); Nordeste 2 (Serra e Litoral); Norte; e Sul, com base na agregação dos 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento existentes.

Uma das questões discutidas na pesquisa foi sobre a participação em associações voluntárias, em que os respondentes eram maiores de 18 anos. Os resultados sobre a diferenças regionais mostraram que: a participação pelo menos uma vez por mês em reunião, por faixas etárias e regiões, foi estatisticamente significativa entre 33 a 41 anos. No extrato em cinco faixas etárias os primeiros lugares couberam ao Nordeste 2 e ao Norte, e somente nas faixas entre pessoas de 33 e 41 anos o Sul ficou em segundo lugar. Os resultados apontaram que as duas regiões que ocuparam os primeiros lugares, são locais marcados por raízes culturais da colonização europeia, onde a presença de tal cultura foi observada em algumas zonas da agricultura familiar. Com isso, o autor afirma que os resultados sugeriram que existem diferenças substanciais entre as regiões gaúchas, no que se refere aos indicadores de capital social (BANDEIRA, 2007).

O Quadro 2 sintetiza e ilustra as categorias de análise das relações que apontam as ações das forças locais e regionais na economia relacional.

Quadro 2: Categorias de Análise: economia relacional

Categorias	Definições	Elementos	Autores
Relações Interorganizacionais	As relações interorganizacionais estão inseridas em projetos, redes locais e regionais.	Relações de parcerias	Bathelt e Glückler (2003) Glückler (2007) Geddes (2008)
		Conectividade das redes	Cropper et al.(2008) Bathelt e Glückler (2011) Ahuja, Soda e Zaheer (2012)
Relações de Cooperação	A ação econômica e a interação são moldadas por relações sociais e institucionais.	Formas de cooperação	Storper e Scott (1995) Bathelt e Glückler (2003)
		Coordenação das instituições	Storper (1997; 2010) Bathelt e Glückler (2011)
Capital Social	Características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a ação e a cooperação com vistas a um benefício mútuo	Confiança Normas Reciprocidade	Putnam (1996) Gulati (1998)

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

A área de conhecimento da economia relacional apresentou as categorias de análise que contribuem para o desenvolvimento econômico regional. O referencial teórico apresentou os principais temas a serem discutidos na análise dos resultados da pesquisa empírica, a economia relacional e o desenvolvimento regional. A seguir, apresenta-se o processo metodológico utilizado na pesquisa empírica realizada com entidades ligadas ao setor algodoeiro do Estado de Mato Grosso.

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, este estudo adotou a abordagem exploratória/descritiva sobre o problema de pesquisa, em que o pesquisador procura examinar o contexto estudado e refletir sobre suas percepções a fim de obter um entendimento das atividades sociais e humanas com processo metodológico qualitativo (COLLIS; HUSSEY, 2006). Nesse método de pesquisa, o pesquisador usa um raciocínio geralmente dedutivo, voltado para as atividades de coleta, análise e comunicação dos dados (CRESWELL, 2007). Como forma de investigação associada à pesquisa qualitativa, a estratégia utilizada é a descritiva, na qual o pesquisador estuda o cotidiano das pessoas e pede que estas lhes descrevem histórias sobre seu cotidiano, no caso do estudo a cultura do algodão em Mato Grosso (CRESWELL, 2007). Nesta pesquisa, as organizações contaram em uma das questões, histórias sobre a produção do algodão no estado de Mato Grosso no período de 1991 a 2016 e sobre suas perspectivas para o futuro.

Pela característica da pesquisa, na perspectiva das relações existentes no desenvolvimento da cultura do algodão em Mato Grosso, foram entrevistadas seis organizações cooperativas e duas entidades que coordenam o setor nas seis regiões estratégicas da cultura algodoeira de MT (entidades do setor e organizações cooperativas). As informações coletadas versam sobre a produção de algodão no período compreendido entre a safra de 1991/92 e a de 2015/2016.

A unidade de análise da pesquisa correspondeu às organizações e entidades que coordenam a produção de algodão no Estado de Mato Grosso, nos seis núcleos regionais, sendo três entidades que coordenam o setor, 22 cooperativas de algodão, 117 indústrias de beneficiamento de algodão, duas indústrias de processamento de fios de algodão e 411 produtores (AMPA, 2015). De acordo com a AMPA (2016), as cooperativas foram reestruturadas, conforme o setor de atuação, constituindo-se de 16 cooperativas atualmente. Como a pesquisa investigou as relações existentes, foram entrevistadas as organizações e entidades ligadas ao setor (informações que constam no Apêndice A - Cooperativas de Algodão ligadas à AMPA). De acordo com a utilização da Técnica de Incidentes Críticos (TIC) na pesquisa empírica, realizaram-se visitas *in loco* para conhecimento do objeto a ser estudado. A seguir relatamos a etapa exploratória inicial.

3.1 ETAPA EXPLORATÓRIA

Como processo inicial metodológico para verificação do objeto de pesquisa, entre os meses de outubro e novembro de 2015 foram realizadas visitas técnicas, entrevistas não estruturadas com o presidente da AMPA – MT, técnicos do Instituto Mato-grossense do Algodão (IMAmt) de Sorriso, Sapezal, Campo Novo do Parecis e Campo Verde e visitas às indústrias de fios de algodão de Rondonópolis e Campo Verde.

O primeiro passo foi agendar a entrevista com o presidente da AMPA, a fim de obter conhecimento prévio da instituição e autorização para coleta de dados nas seis regiões produtoras de algodão do estado de Mato Grosso. Foram feitos vários contatos sem êxito até a confirmação da entrevista. Somente após a inauguração do Centro de Treinamento e Pesquisa do IMAmt na região de Sorriso, em outubro de 2015, foi possível agendar 30 minutos de entrevista com o presidente da instituição.

Na entrevista com o presidente da AMPA, apresentou-se o objetivo da pesquisa, direcionando para os dados da instituição na qual o pesquisador atua no estado de Mato Grosso. A estrutura atual da instituição está ligada diretamente ao IMAmt e ao IAS, atuando em conjunto com a AMPA. Além disso, comentaram-se os dados da produção de algodão nos seis Núcleos Regionais do IMAmt e a atuação do IAS na capacitação da comunidade em todo o estado de Mato Grosso. A sede da AMPA fica localizada em Cuiabá e possui estrutura própria, construída em conjunto com Associação dos Produtores de Soja – APROSOJA. Atua em apoio a 22 cooperativas de produtores de algodão e 117 indústrias de beneficiamento do algodão em pluma (AMPA, 2015). Atualmente são 16 cooperativas ligas à entidade (AMPA, 2016). Além disso, opera na estruturação da indústria de fios de Mato Grosso e na infraestrutura de apoio logístico do algodão. Nos últimos anos, com o uso de novas tecnologias, toda a produção de resíduos do algodão é vendida. O caroço do algodão é vendido para indústria de ração animal, além de ser usado na fabricação de óleo de algodão, biocombustível, e na produção de sementes para os associados da COMDEAGRO, além do linter do algodão para o mercado externo. Os resíduos finais do algodão são destinados à produção de sacarias de estopa.

Segundo o Presidente da AMPA (2016), 80% da produção de algodão de Mato Grosso possui qualidade de acordo com os padrões internacionais de classificação. A boa qualidade da fibra é um dos principais trabalhos desenvolvidos no estado. No entanto, há perdas na colheita, no armazenamento do algodão em caroço e do algodão em pluma. São circunstâncias de

prejuízos que constantemente são abordados em palestras para produtores e indústrias de processamento de algodão no estado.

Durante a entrevista, o presidente da AMPA disponibilizou os técnicos das seis regiões do estado para que fornecessem os dados necessários a esta pesquisa. Após a entrevista com o presidente da instituição, consultou-se o técnico do IMAmt de Sorriso, que apresentou os dados da sua região geográfica, que abrange os municípios da região Norte e região Médio Norte de Mato Grosso. O profissional informou que trabalha na região há mais de 10 anos, coletando dados dos produtores e fornecendo a eles orientações técnicas. Ele também atua no apoio a 90 produtores de algodão da região, atendendo a uma área de 109 mil hectares de plantio, com 90% da área como segunda safra, após a colheita da soja.

Na inauguração da unidade do IMAmt na região de Sorriso – MT, realizou-se o contato com técnicos da Cooperativa Mista de Desenvolvimento do Agronegócio (COMDEAGRO), que trabalham no apoio aos produtores, na implantação de novas tecnologias na cultura do algodão e na comercialização de sementes fiscalizadas. Além dos técnicos, foram contatados os coordenadores dos projetos sociais – Instituto Algodão Social (IAS) – que capacitaram, em 10 anos, 3.300 pessoas no estado de Mato Grosso, atingindo 21 municípios. Também foi realizado contato com técnicos do IMAmt de Campo Verde, Sapezal e Campo Novo do Parecis, que forneceram informações sobre a área plantada, os produtores atendidos e as principais atividades executadas na região.

Os técnicos do IMAmt possuem cadastro completo da propriedade de todos os associados, com croqui da área plantada, infraestrutura dos produtores, apoio no controle de doenças e pragas do algodão e, principalmente, na eliminação da soqueira do algodão após a colheita, a fim de evitar a praga do bicudo nas lavouras.

Em entrevista com o diretor executivo da Cooperativa Mercantil Industrial dos Produtores de Sorriso – COOAMI –, verificou-se a atuação dessa cooperativa na região. A COOAMI atende a 48 produtores associados do município de Sorriso, fazendo a classificação visual do algodão, juntamente com técnicos credenciados no Ministério da Agricultura. O diretor, que trabalhou durante cinco anos como técnico e exerce a função de diretor executivo há outros 5 anos, atua com o fornecimento de informações de mercado aos associados e com fechamento de negócios no mercado interno e externo. As exportações da COOAMI são realizadas desde o ano de 2004, proporcionando abertura de negócios na Bolsa de Chicago e relacionamento com empresas exportadoras no mercado mundial.

Também foi realizada uma visita às fábricas de fios de algodão em Rondonópolis e Campo Verde. Em Rondonópolis, realizou-se uma conversa com o diretor administrativo da

Têxtil Bezerra, empresa existente há 35 anos no mercado brasileiro, com matriz na região nordeste do país, que atua na cidade desde 2010 no processamento diário de 20 toneladas de algodão em pluma para produção de fios. A indústria trabalha com quatro turnos diários (em que se dividem 300 funcionários diretos) e comercializa fios no mercado interno e externo.

A recepção na cidade de Campo Verde foi feita pelo contador da Cooperativa dos Cotonicultores de Campo Verde – COOPERFIBRA –, que relatou a evolução da cooperativa nos últimos anos. A COOPERFIBRA atende a 90 produtores de algodão de Campo Verde, com indústria de beneficiamento da matéria-prima e fabricação de fios de algodão a partir da pluma. A fabricação começou em 2011, com investimentos iniciais de R\$ 40 milhões. A produção atual é de 800 toneladas ao mês. A cooperativa conta com 150 funcionários diretos na fabricação de fios e 165 funcionários que atuam nos escritórios, armazenamento de grãos de soja e beneficiamento do algodão.

A COOPERFIBRA atua no mercado interno e no mercado externo com a comercialização de seus produtos e possui a classificação visual e o sistema Instrumento de Alto Volume (*High Volume Instrument* – HVI – que é classificação padrão da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BMF – em Primavera do Leste e Sorriso). Segundo o contador da cooperativa, os incentivos do estado de Mato Grosso são importantes para a sobrevivência do setor algodoeiro. O PROALMAT tem uma redução de 8,9% no ICMS na comercialização do algodão em pluma no mercado interno brasileiro. Com a tributação da venda do algodão em pluma no mercado interno de 12%, a cooperativa tem um crédito de ICMS, possibilitando repassar ao associado maior valor na comercialização.

Na fabricação de fios de algodão, a COOPERFIBRA conta com benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC), com redução de 80% do ICMS na venda para a indústria brasileira, no mercado interno. Na exportação de fios de algodão e algodão em pluma, a cooperativa se beneficia com o PIS/COFINS, com crédito tributário de 100% do valor a ser pago.

Esse foi o primeiro passo para conhecimento do processo de desenvolvimento da cultura do algodão no Mato Grosso. A seguir, foram relatados os procedimentos de coleta de dados secundários em sites, sobre as entidades que atuam no setor algodoeiro no Brasil, com suas publicações em livros e revistas, e também dissertações e teses na área de estudos desta pesquisa.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como técnicas de coleta de dados, foram realizadas entrevistas centradas no problema. Esse tipo de entrevista inclui algumas sugestões sobre como formular perguntas e como aprofundar a investigação durante a própria entrevista. Por meio da utilização de um roteiro de entrevista que incorpora questões e estímulos descritivos foi possível coletar dados com relação ao problema da pesquisa (FLICK, 2009). As entrevistas foram realizadas com presidentes de associações, cooperativa e entidades do setor algodoeiro do Estado de Mato Grosso. Os entrevistados forneceram informações históricas sobre a produção de algodão e as relações interorganizacionais existentes no estado. Como técnica complementar às entrevistas, foi utilizada a observação direta com algumas entidades do setor algodoeiro.

A entrevista descritiva tem a finalidade de estimular o entrevistado a discorrer sobre temas relevantes para a pesquisa. Essa ferramenta de pesquisa inicia com uma pergunta que gera uma descrição; em seguida, podem ser completados os fragmentos que não foram detalhados na entrevista. Por último, acontece a fase do equilíbrio, na qual é possível fazer perguntas ao entrevistado que visem especificamente aos relatos teóricos do estudo (FLICK, 2009).

Como procedimento inicial, foi realizado um levantamento de dados secundários sobre a história do algodão de Mato Grosso. Pesquisou-se sobre o histórico das cooperativas de algodão do estado, os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Ministério da Integração Nacional (MI) e do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA). Foram consultadas teses, dissertações e publicações no banco de dados de instituições no Brasil, sendo localizados quatro estudos sobre a cultura do algodão no País, dois estudos sobre o desenvolvimento do algodão em Mato Grosso, outros estudos sobre a evolução do setor algodoeiro em Mato Grosso e o uso de novas tecnologias na produção brasileira.

A produção de algodão no estado de Mato Grosso se concentra em seis regiões estratégicas, sendo elas: 1) Região Centro, Núcleo Campo Verde; 2) Região Médio Norte, Núcleo Campo Novo do Parecis; 3) Região Noroeste, Núcleo Sapezal; 4) Região Sul, Núcleo Rondonópolis; 5) Região Centro Leste, Núcleo Primavera do Leste; e 6) Região Centro Norte, Núcleo Sorriso. Todas contam com a sede da AMPA, em Cuiabá, e com cooperativas ligadas ao setor algodoeiro (para mais informações, veja-se Anexo A – Mapa das regiões produtoras de algodão em MT).

O Quadro 3 relaciona as organizações e representantes de entidades que foram entrevistadas na pesquisa empírica realizada nas regiões estratégicas de MT. Os respondentes foram identificados pela letra “E” seguida do número da entrevista. Os principais respondentes foram os diretores que atuam nas organizações entre 10 a 20 anos e os diretores das entidades. Os representantes das entidades foram selecionados entre as 16 cooperativas, sendo entrevistadas seis, e visita em outras cinco cooperativas, sendo que essas sem a elaboração de entrevista semiestruturada. As quatro primeiras entrevistas gravadas e a entrevista sete abordaram principalmente os aspectos históricos da pesquisa, as outras entrevistas gravadas foram complementares e os entrevistados foram mais pontuais. Foram percorridas todas as regiões estratégicas de produção de algodão durante a pesquisa empírica. No Apêndice B – Roteiro da Entrevista – Entidades e Organizações Cooperativas.

Quadro 3. Relação das Organizações e Entidades Entrevistadas

Cooperativa/ Entidade	Associados	Início Atividades	Respondente	Duração Minutos
E1	92	2002	Diretor Executivo	32
E2	76	1998	Diretor Executivo	47
E3	411	2007	Diretor Técnico	25
E4	150	2009	Diretor Executivo	36
E5	22	2007	Diretor Financeiro	10
E6	32	2002	Gerente Comercial	16
E7	110	2001	Conselho Administração	53
E8	411	1997	Presidente	20

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

A pesquisa qualitativa buscou envolver os participantes na coleta de dados e tenta estabelecer harmonia e credibilidade com as pessoas envolvidas no estudo (CRESWELL, 2007). As entrevistas semiestruturadas realizadas foram gravadas e transcritas, para apoio na seleção das categorias de análise, já estabelecidas: relações de cooperação, relações interorganizacionais e capital social. A formação das categorias de análise possibilita a relação com a base teórica, a fim de que se interpretem os dados da pesquisa.

Foram identificados os incidentes críticos ocorridos no período de 1991 a 2016. Para Flanagan (1973), os incidentes classificam-se numa relação com o quadro de referência selecionado, sendo que podem ser redefinidas novas categorias de análise. Após a análise das

entrevistas, mantiveram-se as categorias previamente definidas. Os incidentes foram identificados inicialmente na evolução histórica da cultura do algodão no estado de Mato Grosso e posteriormente confirmados durante as entrevistas.

Para complementar a análise dos resultados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que é, por definição, um conjunto de técnicas de análise dos conteúdos (BARDIN, 1979). Segundo a autora, são tirados os elementos principais do conteúdo das entrevistas e formadas categorias de análise. Por meio da transcrição dos conteúdos das entrevistas, foram separadas as discussões conforme as categorias preestabelecidas no referencial teórico.

A seguir, discorre-se sobre os procedimentos de análise de dados que foram seguidos na análise das entrevistas com os dirigentes e diretores das entidades e organizações.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise das entrevistas se deu por meio da Técnica de Incidentes Críticos (TIC), que consiste em um conjunto de observações diretas do comportamento humano, de modo a facilitar sua potencial utilização na solução de problemas práticos e no desenvolvimento de procedimentos sistematicamente definidos (FLANAGAN, 1973). A TIC é frequentemente usada durante entrevistas em profundidade para gerar dados qualitativos. O pesquisador deve se concentrar em uma atividade observável e o efeito é lógico, por isso diz-se que o incidente é crítico (COLLIS; HUSSEY, 2006). Utilizando-se da TIC, Flanagan (1954) apresenta cinco passos para um roteiro de pesquisa, que são elencados a seguir.

1) Formular o objetivo geral da pesquisa, que deve ser expresso em uma afirmação breve, obtida a partir dos estudos realizados por especialistas;

2) Planejar e desenvolver as especificações na formulação da descrição funcional da atividade. Devem ser utilizadas as observações das pessoas dentro de padrões que serão usados na avaliação e na classificação das respostas obtidas. O incidente crítico faz uma contribuição positiva ou negativa para o objetivo geral da atividade.

3) Coletar os dados. A finalidade dessa fase é a avaliação, classificação e registro dos dados coletados. Há quatro formas diferenciadas de obtenção das informações a serem tratadas: entrevistas individuais, entrevistas em grupo, aplicação de questionários ou gravações. Os instrumentos para registrar os incidentes críticos podem ser utilizados tanto na observação indireta e ocasional quanto como base de elaboração de instrumentos de observação direta e

sistemática. A técnica do incidente crítico é frequentemente utilizada para recolher dados sobre observações anteriores que são relatadas a partir da memória.

4) Analisar os dados. A finalidade dessa fase é resumir e descrever os achados de forma eficiente para que possam ser efetivamente usados na prática. A partir dos dados do formulário de incidentes, a tarefa é a formulação de categorias de análise. Geralmente, classifica-se uma amostra de incidentes em uma relação com o quadro de referência selecionado. Durante esse processo, toma-se nota da necessidade de redefinição e desenvolvimento de novas categorias. As categorias de maior abrangência são subdivididas em grupos, e os incidentes que descrevem o mesmo tipo de resultado são colocados juntos.

5) Interpretar e reportar os resultados. Nessa fase, o observador procura os possíveis vieses e implicações das decisões dos dados anotados em cada uma das quatro fases anteriores, devendo apontar as limitações do estudo e os resultados finais obtidos.

Os incidentes devem ser estudados à luz de princípios relevantes do comportamento humano e dos fatos conhecidos relacionados aos fatores e condições de origens que operam na situação específica (FLANAGAN, 1973). Essa técnica surgiu de estudos levados a cabo no Programa de Sociologia da Aviação da Força Aérea na II Guerra Mundial. O êxito do método na análise de tais atividades, como liderança de combate e desorientação dos pilotos, resultou na sua extensão e seu posterior desenvolvimento depois da guerra pelo Instituto Americano para Pesquisa na Universidade de Pittsburgh (FLANAGAN, 1973).

A técnica de incidente crítico pode ser aplicada na reunião de dados concretos relacionados a ações específicas, envolvendo decisões e escolhas (FLANAGAN, 1973). Essa técnica é muito flexível, e os seus princípios fundamentais têm muitos tipos de aplicações. Seus dois princípios básicos são: a) relato dos dados relacionados ao comportamento na coleta de interpretações, avaliações e opiniões, baseado em impressões gerais; e b) relatos limitados àqueles comportamentos que, de acordo com os observadores competentes, fazem contribuição significativa para a atividade de pesquisa (FLANAGAN, 1973).

Nas situações de entrevistas, os incidentes críticos devem ser tratados de formas diferentes, caso se queira recordar incidentes críticos positivos ou negativos. Deve-se observar que os incidentes críticos são armazenados na memória de acordo com um padrão de mobilização e minimização, portanto, o tempo afeta os incidentes de forma diferente. A recuperação da história dos acontecimentos é importante para situações de julgamento (EDVARDSSON; ROOS, 2001). A técnica de incidente crítico é essencialmente um procedimento para reunir certos fatos importantes relacionados com o comportamento em situações definidas. Essa técnica não consiste em um conjunto rígido de normas na coleta de

dados; ao contrário, deve-se, preferencialmente, considerar um conjunto flexível de princípios, os quais necessitam ser modificados e adaptados de acordo com cada situação (FLANAGAN, 1973).

Após o relato da produção de algodão no período de 1991 a 2016 pelos entrevistados, foram identificados e confirmados os principais incidentes críticos no Quadro 14, constante na seção de análise dos resultados. O conteúdo das entrevistas foi separado segundo suas categorias e analisado conforme a abordagem da economia relacional. A seguir, procedemos à análise e discussão dos resultados da pesquisa, conforme as categorias definidas no referencial teórico e confirmadas após a análise das entrevistas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na análise dos resultados foi feita a evolução histórica da produção de algodão no Brasil e no Mato Grosso, com a elaboração de uma síntese dos incidentes críticos ocorridos no período de 1991 a 2016. Na discussão dos resultados foram relacionados as evidências empíricas na pesquisa realizada com representantes de entidades e organizações da cultura de algodão de Mato Grosso.

4.1 PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO BRASIL

Na série histórica da CONAB (2015), a produção brasileira de algodão entre 1977 e 1996 foi em torno de 400 a 600 mil toneladas de algodão em pluma, considerando algumas oscilações ao longo dos anos, com clima mais favorável nos estados de São Paulo e do Paraná. Nesse período, esses estados foram os maiores produtores de algodão do país.

No período de 1985 a 1990, com elevação dos custos, a região Sudeste perdeu competitividade e reduziu sua produção (REZENDE; NONNENBERG; MARQUES, 1997). Nessa mesma fase, a região Sul manteve sua produção. Somente a partir de 1991, com elevação dos custos de produção, o Paraná perdeu sua competitividade e começou a reduzir sua produção, que caiu de 185 mil para 31 mil toneladas de algodão em pluma em 2001 (COSTA; BUENO, 2004; CONAB, 2015).

No ano de 1993, o Brasil deixou de ser um dos maiores produtores e passou a ser um dos maiores importadores de fibra de algodão, com importação de 60% do algodão consumido internamente (COSTA; BUENO, 2004). Com o Plano Real, em 1994, o setor algodoeiro retoma o processo de crescimento e estabilidade, com perspectivas de cenários mais otimistas em função da redução do processo inflacionário, embora, no momento inicial do plano, este tenha penalizado as exportações. No ano seguinte, em 1995, quando foi instituída a Tarifa Externa Comum entre os países do Mercosul com a finalidade de inibir as importações, o algodão volta novamente a ser penalizado pelas regras institucionais que o colocavam na lista dos produtos com exceções tarifárias (SCHIMANSKI, 2006; BUAINAIN; BATALHA, 2007).

Concomitante aos altos e baixos na escala de produção da cultura do algodão, no período de 1985 a 1994, ocorreu uma redução da produção de algodão em pluma, com a eliminação de 800 mil postos de trabalho nas regiões Sul e Sudeste. O agronegócio do algodão, que empregava cerca de 1,2 milhão de trabalhadores em 1985, passa a empregar apenas 385 mil em 1994. A redução dos postos de empregos, influenciada principalmente pela crise na cotonicultura,

promoveu imenso êxodo rural, deslocando o eixo de produção para os cerrados do Centro-Oeste, com destaque para o estado de Mato Grosso. Dentre os fatores que conduziam o fluxo migratório para Mato Grosso, destacam-se ainda o clima, a topografia da região e as terras de baixo valor (COSTA; BUENO, 2004; BUAINAIN; BATALHA, 2007).

Além das condições climáticas favoráveis e da topografia da região, houve avanços tecnológicos e melhoramentos genéticos que possibilitaram maior produtividade e resistência do algodoeiro ao ataque de pragas e às alterações climáticas. Dentre os avanços tecnológicos ocorridos no período, destacam-se os primeiros experimentos científicos realizados com a finalidade de proporcionar melhor adaptabilidade do algodoeiro ao cerrado, que viabilizaram a criação da semente CNPA ITA 90. Esse fato propiciou a obtenção de maior produtividade de fibras com qualidade equivalente ao produto importado, iniciando um processo de expansão da cotonicultura no cerrado em todo o Centro-Oeste (COSTA; BUENO, 2004; NEVES; PINTO, 2013).

O cultivo da CNPA ITA 90, lançada na safra 1992/93, mostrou alta resistência a pragas e doenças, com maior produtividade e rendimento de pluma (NEVES; PINTO, 2011). Assim, a ITA 90 logo se espalhou por Mato Grosso e demais áreas do cerrado do Centro-Oeste (NEVES; PINTO, 2013). Em 1997, ainda com o período de estabilidade econômica devido ao Plano Real, o Brasil torna-se o terceiro maior importador mundial de fibra de algodão, com importação de 438,5 mil toneladas. Até o ano de 1997, o Brasil era considerado importador de algodão. A produção brasileira começa a recuperar-se a partir de 1998, com a entrada no cenário brasileiro da produção do Centro-Oeste, principalmente do Estado de Mato Grosso (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

Seguindo essa trajetória de recuperação da produção até 1999, o país sofre uma nova crise de instabilidade econômica, com desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar, gerando uma diminuição na produção de pluma no país de forma gradativa (SILVA, 2009). Na safra 1999/2000, o Brasil teve uma produção de 700,3 mil toneladas de algodão. No ano seguinte, foram 938,8 mil toneladas, na safra 2001/02, a produção foi de 766,2 mil toneladas e, na safra 2002/03, 847,5 mil (CONAB, 2015). Foi um período de incertezas no mercado, já que o Brasil tentava equilibrar suas finanças, e os produtores deparavam-se com dificuldades na produção de algodão, devido aos preços baixos no mercado internacional, aos subsídios americanos aos produtores de algodão e à entrada dos produtores brasileiros na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os EUA nas políticas *antidumping* (BUAINAIN; BATALHA, 2007; NEVES; PINTO, 2011).

Na safra 2003/04, novamente o Brasil apresentou crescimento na sua produção, com incremento de 60%, produzindo 1.309,4 mil toneladas de algodão, com destaque para o estado da Bahia, que desponta como o segundo maior produtor de algodão no país, com aumento de 140% em sua produção, comparado à safra 2002/03 (CONAB, 2015).

O Brasil desenvolveu crescimento na produção e produtividade até a safra 2007/08, com produção de 1.602,2 mil toneladas. Com a crise financeira dos EUA, em 2008, gerando expectativas negativas na economia internacional, o Brasil diminui sua produção em 25% nas safras 2008/9 e 2009/10, com produção em torno de 1.200 mil toneladas (NEVES; PINTO, 2011; CONAB, 2015). Na safra 2010/11, os preços internacionais retornam a valores históricos e, com a diminuição da produção no mercado internacional de fibras de algodão, o Brasil retoma sua produção com incremento de 60%, com 1.959,8 mil toneladas, mantendo os valores também na safra 2011/12 (CONAB, 2015).

Na safra 2012/13 houve novamente oscilações nos preços internacionais e aumento dos insumos no mercado internacional, gerando uma queda de 25% na produção, que ficou em 1.310,3 mil toneladas. A safra 2013/14 retoma novamente a produção de 1.734,0 mil toneladas, e a safra 2014/15 apresenta uma diminuição da produção para 1.532,8 mil toneladas, mantendo-se a queda de produção na Bahia principalmente em 40% da sua produção de algodão em pluma, para a safra 2015/16, com a produção brasileira de 1.289,2 mil toneladas (NEVES; PINTO, 2013; CONAB, 2017).

Na próxima seção, foram descritas a evolução histórica da cultura do algodão no MT e identificados os incidentes críticos ocorridos no processo de desenvolvimento dessa cultura. Esses incidentes foram identificados no levantamento de dados secundários sobre a cultura do algodão e confirmados pelos entrevistados durante a aplicação das entrevistas.

4. 2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO MATO GROSSO

4.2.1 Nascimento – 1991 e 1998

A década de 1990 foi o marco da migração da cultura do algodão de áreas tradicionalmente produtoras para o cerrado brasileiro, inicialmente por ser uma opção de rotação de cultura com a soja e por apresentar condições climáticas favoráveis e terras planas, permitindo assim mecanização total da lavoura (BUAINAIN; BATALHA, 2007; NEVES; PINTO, 2011). Ao longo do tempo, por apresentar alta produtividade e ótima adaptação aos

solos do cerrado, o algodão passa a ganhar expressiva atenção econômica no mercado nacional e, principalmente, no mercado internacional, abrindo as portas para grandes oportunidades de negócios. Com isso, o Brasil passa de maior importador mundial de algodão, em 1996, para o quarto maior exportador mundial em 2014 (PEREIRA, 2012; MDIC, 2015; ABRAPA, 2015).

A produção de algodão em pluma no estado de Mato Grosso começa a aparecer no cenário brasileiro em 1991, com produção de 39,3 mil toneladas. Em 1997, a produção era de 34,8 mil toneladas. A partir desse período, o estado começa a despontar como maior produtor nacional de algodão em pluma (CONAB, 2015). A cotonicultura mato-grossense amplia sua produção na safra 1997/98, influenciada, principalmente, pelo Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (PROALMAT), criado pela Lei Estadual nº 6.883, de 02/06/1997, destacando-se como importante instrumento institucional promotor da expansão do algodão no estado de Mato Grosso (SEFAZ – MT, 2015). Com a implementação dessa lei, a produção de 34,8 mil toneladas na safra 1996/97 passou para 94,2 mil toneladas na safra 1997/98, seguindo uma trajetória de crescimento desde então, conforme os Quadros 4 e 5, sobre área e produção de MT (CONAB, 2017).

Quadro 4. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 1990/91 a 1997/98.
(em mil hectares)

REGIÃO/UF	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
CENTRO-OESTE	170,9	181,7	134,7	165,1	204,2	198,2	164,7	339,5
MT	71,0	57,0	60,0	72,6	72,6	58,1	55,2	109,9
MS	48,0	69,7	36,2	39,8	65,7	63,7	25,5	49,0
GO	51,9	55,0	38,5	52,7	65,9	76,4	84,0	180,6
Mato Grosso (%)	3,66%	2,89%	4,70%	5,87%	5,91%	6,10%	8,40%	12,49%
Centro-Oeste (%)	8,81%	9,22%	10,55%	13,34%	16,62%	20,81%	25,05%	38,58%
BRASIL	1.938,8	1.971,2	1.277,1	1.237,8	1.228,5	952,5	657,5	879,9

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Quadro 5. Produção de Algodão em Pluma – Safra 1990/91 a 1997/98.

(em mil toneladas)

REGIÃO/UF	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
CENTRO-OESTE	101,3	92,3	80,8	105,1	135,6	127,6	123,8	213,4
MT	39,3	29,9	33,6	41,5	38,9	33,1	34,8	94,2
MS	27,5	32,9	20,2	28,1	44,8	35,7	19,6	32,6
GO	34,5	29,5	27,0	35,5	51,9	58,8	69,4	86,6
Mato Grosso (%)	5,48%	4,48%	7,99%	8,58%	7,24%	8,07%	11,38%	22,92%
Centro-Oeste (%)	14,13%	13,84%	19,22%	21,72%	25,25%	31,12%	40,48%	51,92%
BRASIL	716,8	667,1	420,3	483,9	537,1	410,0	305,8	411,0

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Os produtores de Mato Grosso, visando ao fortalecimento da atividade e maior estruturação do setor, passaram a se organizar por meio de instituições como a Associação dos Produtores de Algodão (AMPA), criada pelos produtores em setembro de 1997 e, em nível nacional, a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), criada em abril de 1999. A organização institucional do setor tornou mais próxima a relação dos produtores com todos os elos da cadeia produtiva do algodão em pluma no Brasil e no exterior e promoveu a redução de riscos associados à expansão da produção pela eliminação de intermediários, pela industrialização, nas próprias fazendas, de processos como o descaroçamento, prensagem das plumas e pela mecanização total das lavouras (COSTA; BUENO, 2004; NEVES; PINTO, 2013).

O PROALMAT tem por finalidade contemplar o setor de produção da pluma, no que diz respeito aos processos de cultivo e beneficiamento (descaroçamento), com redução de 75% do ICMS para comercialização realizada dentro do país. O programa prevê ainda incentivo fiscal do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, incidente sobre o valor de comercialização do algodão, para os produtores que atenderem aos requisitos básicos da lei. O PROALMAT se destina aos produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, concedendo-lhes os incentivos previstos (SEFAZ – MT, 2015). O programa também tem como objetivo apoiar práticas conservacionistas e fitossanitárias e possuía vigência até 31 de dezembro de 2016, pela Lei Estadual nº 8.621/06, mas alterada pela Lei nº 10.489, de 29 de dezembro de 2016, para 31 de dezembro de 2025 (IMAmt, 2015; SEFAZ – MT, 2015; SEFAZ – MT, 2016).

A adesão do produtor ao programa e o usufruto dos benefícios previstos pela lei são condicionados por um conjunto de exigências, como a utilização de sementes de qualidades compatíveis e de acordo com as variedades recomendadas para o estado. Ainda nesse ambiente institucional, fica o produtor obrigado a comprovar a utilização de assistência técnica para controle de doenças e pragas que possam vir a atingir a lavoura, além de dispor do sistema de

destinação e disposição final correta das embalagens de agrotóxicos, adotar práticas de redução de resíduos, controlar a poluição e contaminação do meio ambiente, entre outros quesitos de ordem fiscal (IMAmt, 2015; SEFAZ – MT, 2015).

Nesse cenário institucional de incentivos fiscais destinados à cotonicultura, destaca-se a lei Kandir. Sancionada em 13 de setembro de 1996, a lei Kandir visa, entre outras possibilidades, a desonerar o ICMS dos produtos primários ou semi-industrializados destinados à exportação, com 100% de redução desse imposto sobre as exportações de bens primários. Essa lei é um instrumento de renúncia fiscal e tem sido vista como um grande incentivo à competitividade (NEVES; PINTO, 2011). Esses instrumentos de incentivos fiscais contribuíram para o aumento da representatividade da cotonicultura no cenário nacional e internacional, garantindo competitividade aos produtos e subprodutos do algodão (ABRAPA, 2015).

4.2.2 Primeira Crise – 1999 a 2003

Em 1998 houve um aumento da produção norte-americana na ordem de 20%, enquanto os preços caíram no mercado internacional ao valor de US\$ 0,29 (centavos de dólar) por libra-peso, abaixo da média histórica de US\$ 0,72 por libra-peso. Porém, com o apoio governamental dos EUA, os produtores norte-americanos conseguiram subsídios para manterem suas exportações (COSTA; BUENO, 2004). Os autores acrescentam que na safra 1998/99, o Brasil continuou ampliando sua área de plantio do algodão, mesmo com a crise russa de 1998, com diminuição do crédito internacional para países emergentes. Com isso, o governo brasileiro, em janeiro de 1999, efetuou a desvalorização do real em relação ao dólar. Nesse ano, houve vários problemas com produtores brasileiros de algodão, principalmente pelos preços internacionais abaixo da média histórica e pelo endividamento de agricultores (NEVES; PINTO, 2011). Entratanto, se destaca a importância das parcerias existentes em 1999, nas quais os produtores organizados em cooperativas conseguiram fazer *pool* de compras, para continuidade na produção (AMPA, 2015).

Na safra 2000/01, Mato Grosso continuou aumentando sua área de produção, mas novamente os preços internacionais ficam abaixo da média histórica de US\$ 0,72 libra-peso, dificultando as margens de lucro. Novamente, por intermédio da AMPA houve fortalecimento dos produtores com a criação de cooperativas, estes conseguiram continuar com a produção de algodão. As cooperativas, através do PROALMAT, possuem redução de 75% no ICMS, na

venda do algodão em pluma no mercado interno, e, na venda no mercado externo, possuem crédito tributário do PIS/COFINS.

Na safra 1998/99, houve produção de 226,4 mil toneladas de algodão em pluma (CONAB, 2015). Na safra 1999/00, Mato Grosso obteve uma produção de 335,8 mil toneladas, ampliando esse número, na safra 2000/01, para 533,9 mil toneladas. Em 2001/02 e 2002/03, a produção foi de 391,3 e 412,6 mil toneladas, respectivamente, conforme Quadros 6 e 7 sobre área e produção de MT (CONAB, 2017). Nesse período, houve uma crise na economia brasileira, iniciada em janeiro de 1999 com a desvalorização do real frente ao dólar, a queda do preço no mercado internacional com o aumento da produção mundial da China e da Índia e as perdas na exportação devido aos subsídios americanos à exportação de fibras de algodão. Em 2002, a ABRAPA entrou com processo na OMC contra os EUA devido à política de *dumping* praticado na venda externa de algodão em fibra (COSTA; BUENO, 2004; BUAINAIN; BATALHA, 2007; PEREIRA, 2012; CONAB 2015).

Quadro 6. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 1998/99 a 2002/03.
(em mil hectares)

REGIÃO/UF	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
CENTRO-OESTE	361,2	406,2	541,5	451,5	441,3
MT	203,3	268,4	392,0	312,8	300,3
MS	47,7	46,7	50,4	45,4	43,6
GO	110,2	90,4	97,6	91,7	95,4
Mato Grosso (%)	29,30%	32,58%	45,14%	41,83%	40,85%
Centro-Oeste (%)	52,05%	49,31%	62,36%	60,39%	60,03%
BRASIL	693,9	823,8	868,4	747,7	735,1

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Quadro 7. Produção de Algodão em Pluma – Safra 1998/99 a 2002/03.

(em mil toneladas)

REGIÃO/UF	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
CENTRO-OESTE	361,9	470,2	713,7	557,3	592,2
MT	226,4	335,8	533,9	391,3	412,6
MS	42,9	43,8	66,5	62,4	62,4
GO	92,6	89,8	111,3	101,4	114,2
Mato Grosso (%)	43,53%	47,95%	56,87%	51,07%	48,68%
Centro-Oeste (%)	69,58%	67,14%	76,02%	72,74%	69,88%
BRASIL	520,1	700,3	938,8	766,2	847,5

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Em março de 2003, o comitê de arbitragem da OMC atendeu ao pleito do Brasil contra os subsídios norte-americanos ao algodão. Após várias discussões na OMC, somente em 2004 deu-se parecer preliminar favorável à ação do Brasil. Os subsídios americanos contribuíram para que os preços do algodão ficassem a níveis de US\$ 0,29 por libra-peso, o mais baixo em 20 anos, abaixo, inclusive, da média histórica de US\$ 0,72 por libra-peso nos anos de 1999, 2001 e 2002 (COSTA; BUENO, 2004).

4.2.3 Expansão – 2004 a 2008

Os EUA contestaram as alegações brasileiras, mas o Brasil manteve sua defesa e o processo passou por várias etapas jurídicas na OMC, até o seu julgamento em 2005. Os EUA entraram novamente com apelação e, somente a partir de 2009, iniciaram um acordo para finalizar o processo (NEVES; PINTO, 2011). Em 2010, segundo o Presidente da AMPA, os EUA assinaram um acordo para terminar o processo e indenizaram o Brasil pelas perdas e danos. O acordo destinou R\$ 120 milhões para a AMPA, que foram investidos em infraestrutura nas seis regiões produtoras de Mato Grosso (AMPA, 2015).

Na safra 2003/04, houve recuperação dos preços no mercado internacional, quando o estado de Mato Grosso produziu 613,3 mil toneladas de algodão em pluma. A produção se manteve crescente até a safra 2007/08, com 830,4 mil toneladas de algodão em pluma, conforme Quadros 8 e 9 sobre área e produção de MT (CONAB, 2017). Nesse período, houve saídas de produtores da cultura do algodão, mesmo sendo que a partir de 2006, os preços começaram a se equilibrar no mercado internacional, retornando a US\$ 0,75 por libra-peso. A expansão da cultura volta a acontecer nos anos de 2007 e 2008, sendo que, com a retração do

mercado mundial em função da crise imobiliária norte-americana ao final de 2008, os preços novamente recuam no mercado mundial.

Quadro 8. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 2003/04 a 2007/2008.
(em mil hectares)

REGIÃO/UF	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
CENTRO-OESTE	632,1	658,4	465,6	665,9	658,4
MT	438,4	451,6	366,0	542,0	541,8
MS	54,5	58,9	30,0	45,6	44,1
GO	135,6	143,7	66,7	76,7	72,5
Mato Grosso (%)	39,85%	38,29%	42,75%	49,42%	50,29%
Centro-Oeste (%)	57,46%	55,82%	54,38%	60,71%	61,11%
BRASIL	1.100,0	1.179,4	856,2	1.096,8	1.077,4

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Quadro 9. Produção de Algodão em Pluma – Safra 2003/04 a 2007/2008.
(em mil toneladas)

REGIÃO/UF	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
CENTRO-OESTE	860,2	816,3	620,4	960,2	1.005,0
MT	613,3	582,3	503,3	783,2	830,4
MS	74,0	68,8	41,0	69,0	68,6
GO	169,2	159,7	72,7	105,9	106,0
Mato Grosso (%)	46,84%	44,84%	48,50%	51,39%	51,83%
Centro-Oeste (%)	65,69%	62,86%	59,77%	63,01%	62,73%
BRASIL	1.309,4	1.298,7	1.037,9	1.524,0	1.602,2

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Neste período de expansão foi criado em 2005, o Instituto Algodão Social (IAS), entidade ligada à AMPA, com a finalidade de orientar os produtores de algodão quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e a implantação de normas de segurança do trabalho. Em 2007, foi criado o Instituto Mato-grossense do Algodão (IMAmt), com objetivo de atender às demandas técnicas e científicas da cotonicultura de Mato Grosso (AMPA, 2015).

4.2.4 Segunda Crise – 2009 e 2010

Ao final de 2008, com a crise financeira dos EUA, novamente a demanda mundial de algodão diminui e o Mato Grosso reduz sua produção na safra 2008/09 e 2009/10, totalizando 614,2 e 583,5 mil toneladas, respectivamente, conforme Quadros 10 e 11 sobre área e produção

de MT (CONAB, 2017). A crise americana desacelerou a economia mundial, gerando diminuição das exportações brasileiras de *commodities* agropecuárias e uma expectativa negativa entre os produtores de algodão no Brasil, o que reduziu a área plantada (NEVES; PINTO, 2013; CONAB, 2015).

Quadro 10. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 2008/09 a 2009/2010.
(em mil hectares)

REGIÃO/UF	2008/09	2009/10
CENTRO-OESTE	481,6	523,4
MT	387,4	428,1
MS	36,9	38,6
GO	57,3	56,7
Mato Grosso (%)	45,94%	51,23%
Centro-Oeste (%)	57,12%	62,63%
BRASIL	843,2	835,7

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Quadro 11. Produção de Algodão em Pluma – Safra 2008/09 a 2009/2010.
(em mil toneladas)

REGIÃO/UF	2008/09	2009/10
CENTRO-OESTE	766,4	726,7
MT	614,20	583,50
MS	57,2	55,8
GO	95,0	87,4
Mato Grosso (%)	50,61%	48,87%
Centro-Oeste (%)	63,15%	60,86%
BRASIL	1.213,7	1.194,1

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Contudo, a crise norte-americana não trouxe somente problemas para Mato Grosso, mas também o Estado do Pará. Tais estados foram citados como contendo áreas com trabalho escravo. Porém, a partir daí, os produtores de algodão de Mato Grosso, em conjunto com AMPA, estabeleceram parcerias com Ministério do Trabalho, sindicatos rurais, cooperativas e produtores, buscando a regularização do trabalho nas fazendas. Foram seis anos de trabalho em parceria, onde em 2005 foi criado o Instituto Algodão Social, para minimizar os problemas que vinham ocorrendo na produção de algodão (AMPA, 2015). Em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o IAS iniciou o processo de certificação das fazendas com o selo de “Algodão Socialmente Correto”. Foram comercializados, no período de 2005 a 2009, mais de 15 milhões de fardos de algodão com esse selo.

Em 2009, a ABRAPA criou o Programa Socioambiental de Produção de Algodão (Psoal). Esse programatem o objetivo de implantar práticas de cultivo de algodão socialmente corretas, com observação da legislação ambiental e, em especial, a proibição do trabalho infantil e do trabalho forçado (ABRAPA, 2015). Em Mato Grosso, o programa foi implantado em parceria com o IAS contribuindo para a regularização das práticas socioambientais.

4.2.5 Consolidação – 2011 a 2016

Os preços internacionais retornam a valores históricos na safra 2010/11, com produção de 934,8 mil toneladas de algodão em pluma (BUAINAIN; BATALHA, 2007; CONAB 2015). A safra 2011/12 alcança sua produção histórica, com 1.046,50 mil toneladas (NEVES; PINTO, 2013; CONAB, 2015). Com boa produtividade nas lavouras de Mato Grosso, os produtores atingem seu maior nível de produção nesse período.

Na safra 2012/13, houve aumento dos insumos e oscilações de preços no mercado internacional, afetando também a produção de Mato Grosso, que fechou em 731,3 mil toneladas (NEVES; PINTO, 2013). Os produtores retomam a produção na safra 2013/14, com 1.005,9 mil de toneladas, e voltam a retroceder o volume de produção na safra 2014/15, com 921,7 mil toneladas e safra 2015/16 de 880,5 mil toneladas, conforme Quadros 12 e 13 sobre área e produção de MT (CONAB, 2017).

Quadro 12. Área de Algodão Centro-Oeste, MT e Brasil – Safra 2010/11 a 2015/2016.
(em mil hectares)

REGIÃO/UF	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
CENTRO-OESTE	893,5	877,3	560,9	734,2	627,6	660,4
MT	723,5	725,7	475,3	643,1	562,7	600,8
MS	61,0	62,0	39,5	37,5	31,1	29,9
GO	108,3	89,6	46,1	53,6	33,8	29,7
Mato Grosso (%)	51,67%	52,08%	53,15%	57,34%	57,64%	62,90%
Centro-Oeste (%)	63,81%	62,96%	62,72%	65,46%	64,29%	69,14%
BRASIL	1.400,3	1.393,4	894,3	1.121,6	976,2	955,2

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Quadro 13. Produção de Algodão em Pluma – Safra 2010/11 a 2015/2016.
(em mil toneladas)

REGIÃO/UF	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/2016
CENTRO-OESTE	1.187,2	1.259,8	869,7	1.152,2	1.029,2	963,9
MT	934,80	1.046,50	731,30	1.005,90	921,70	880,5
MS	89,2	84,6	68,1	63,3	55,3	48,3
GO	162,5	128,7	70,3	83,0	52,2	35,1
Mato Grosso (%)	47,70%	55,74%	55,81%	58,01%	58,98%	68,30%
Centro-Oeste (%)	60,58%	67,11%	66,37%	66,45%	65,86%	74,77%
BRASIL	1.959,8	1.877,3	1.310,3	1.734,0	1.562,8	1.289,2

Fonte: Adaptado de Conab (2017)

Para garantir a sustentabilidade do setor algodoeiro de Mato Grosso, as instituições buscaram práticas que valorizam a questão social, ambiental e econômica. Uma iniciativa internacional é o programa Better Cotton Initiative – BCI (iniciativa para um algodão melhor). No Brasil, havia 11 grandes produtores licenciados na safra 2010/11, número que subiu para 60 na safra 2011/12; já o número de pequenos produtores licenciados subiu de 38, em 2010/11, para 47 em 2011/12. Uma das principais preocupações da certificação de sustentabilidade é a redução dos impactos ambientais na produção de algodão (NEVES; PINTO, 2013; ABRAPA, 2015). Complementando a questão social e ambiental em 2012, a ABRAPA lançou o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR), representando a unificação da iniciativa do IAS e do Psoal, para atender à demanda dos estados produtores de algodão. Em Mato Grosso, na safra 2013/14, foram 189 produtores certificados com o selo ABR.

Para Neves e Pinto (2013, p. 64), “os novos desafios enfrentados pelos produtores de algodão demandam dos fornecedores de máquinas, equipamentos e insumos não apenas a oferta de produtos e tecnologia, mas a construção de parcerias para o fortalecimento da competitividade da cotonicultura brasileira”. Os fornecedores procuram dimensionar os principais desafios do produtor, colaborando para a eficiência dos recursos utilizados na produção.

Os produtores de Mato Grosso fazem uso intensivo de novas tecnologias, organizando-se em associações e cooperativas para escoamento da produção oriunda do plantio de 600,8 mil hectares na safra 2015/16 (NEVES; PINTO, 2013; CONAB, 2017). São 117 indústrias de beneficiamento de algodão e 22 cooperativas distribuídas nas seis regiões. A sede própria da AMPA fica localizada na capital do estado, próxima à Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso – FAMATO (AMPA, 2015). Segundo a AMPA (2016), dessas 22 cooperativas,

estão relacionadas 16 ligadas à entidade, sendo que as outras seis encerraram suas atividades ou, segundo o presidente, foi realizado um novo cadastramento das cooperativas de algodão.

4.2.6 Os produtores de algodão de Mato Grosso

Os processos de plantio, colheita, armazenagem e beneficiamento são intensivos em fatores tecnológicos, caracterizando a existência de alta especificidade de ativos no setor. Nesse sentido, os investimentos em tecnologia e expansão da área cultivada são estratégicos. Por sua vez, o mercado consumidor de plumas tem evoluído seu padrão de exigência, passando da comercialização do algodão em caroço para a comercialização da fibra beneficiada do algodão, com padrões de qualidade bem definidos acerca do comprimento, resistência e textura da fibra, por exemplo. Nessa perspectiva, o processo de beneficiamento mato-grossense possui padrões internacionais de qualidade, investindo em máquinas e equipamentos com novas tecnologias (NEVES; PINTO, 2013).

No Mato Grosso, 85% da produção de algodão envolve áreas de segunda safra. No período de entressafra do algodão, na maioria dos casos observados, realiza-se rotação de cultura com a soja, o milho ou o milheto. Essa rotação, além de permitir ganhos financeiros com outros cultivos, ajuda a diminuir o risco de doenças, compacta e prepara o solo para outra safra, além de deixar um bom volume de palha para aumentar o nível de matéria orgânica na área para a próxima lavoura do algodão (IMAmt, 2015). Nesse cenário, devido à alta complexidade que envolve os negócios da cotonicultura, como existência de riscos e incertezas e a alta especificidade de ativos, os produtores têm buscado arranjos institucionais associativos que minimizem os riscos, promovam maior segurança aos negócios “antes e pós-porteira” e maximizem seus lucros (BUAINAIN; BATALHA, 2007)

Esses arranjos institucionais no estado de Mato Grosso são coordenados pela AMPA, que administra as atividades produtivas em todas as regiões. Através das entidades ligadas a essa associação, os pequenos e médios produtores buscam fortalecer suas atividades produtivas, com possibilidade de formação de escala de produção, contratos de longo prazo e aporte de recursos via apoio das instituições (AMPA, 2015).

Em 2010, o algodão estava entre os dez produtos de maior representatividade econômica da pauta de exportação da balança do agronegócio (PEREIRA, 2012). Em 2015, ainda continuava entre seus dez principais produtos (MDIC, 2016). No conjunto dos produtos e subprodutos exportados oriundos do algodão, destacam-se o algodão em pluma, vestuário de

algodão, tecidos de algodão, caroço de algodão, fios de algodão, óleos de algodão, artefatos, farelo de algodão, sacaria, algodão cardado e resíduos de algodão (ABRAPA, 2015).

A organização dos agentes pode variar em horizontal, vertical, mercado ou um *mix* entre essas formas. Por oportuno, os arranjos institucionais que se estabelecem na cotonicultura mato-grossense têm evoluído ao longo do tempo, passando de uma simples relação de mercado para uma complexa relação contratual que assegure maior eficiência ao negócio agrícola. Dessa maneira, as transações comerciais dos agentes do agronegócio, principalmente os relacionados à cultura do algodão em Mato Grosso, têm deixado de ocorrer estritamente via mercado, passando a serem organizadas por outras estruturas de coordenação, como o associativismo, o cooperativismo, a integração vertical e os contratos de longo prazo, assegurando assim maior eficiência econômica ao agronegócio (BUAINAIN; BATALHA, 2007; NEVES; PINTO, 2013).

Há que se notar que o processo de beneficiamento do algodão promovido pelas descaroçadoras particulares é, tipicamente, uma atividade de grandes cotonicultores, altamente capitalizados. Isso ocorre, primeiramente, porque esses produtores precisam atingir escala de produção, requerendo, nesse caso, ampliação da área cultivada; em segundo lugar, porque é necessária a aquisição de tecnologia para o processo de beneficiamento, e esses fatores envolvem grande aporte de capital (PEREIRA, 2012). Os produtores que conseguem alcançar uma escala de produção de aproximadamente 1.000 hectares têm a opção de eliminar as etapas de terceirização do descaroçamento da fibra, absorvendo para si essa etapa e promovendo particularmente o processo de descaroçamento, no qual a fibra do algodão é separada da semente (BUAINAIN; BATALHA, 2007).

Dessa forma, devido aos altos custos tecnológicos para se implantar uma beneficiadora de algodão, caso não haja escala de produção para diluí-los, tornam-se inviáveis os investimentos em capital variável e fixo, como máquinas e equipamentos destinados ao processo de separação da fibra da semente. Por conseguinte, os fatores de escala de produção e aporte de recursos possuem estreita relação com a possibilidade de integração vertical (PEREIRA, 2012).

A cotonicultura, por ser uma atividade intensiva em fatores de produção, tem requerido altos níveis de investimentos voltados ao processo produtivo, como aquisição de tecnologia específica (NEVES; PINTO, 2013). Devido ao complexo mundo dos negócios, os processos administrativos são dirigidos por agentes com conhecimento técnico, além de outros conhecimentos especializados (PEREIRA, 2012; IMAmt, 2015).

Para Neves e Pinto (2013), a cotonicultura de Mato Grosso possui instituições fortes de empresas privadas, associação de produtores e, principalmente, cooperativas que representam os seus associados. Através da AMPA, todos os produtores têm acesso às diversas parcerias estabelecidas na produção de sementes e insumos, na produção “dentro da porteira”, no armazenamento, na distribuição e na comercialização dos produtos e subprodutos do algodão.

A seguir, apresenta-se o Quadro 14 com uma síntese da evolução histórica do algodão no estado de Mato Grosso, sendo identificado cinco fases ocorridas na cultura do algodão no período de 1991 a 2016. Os aspectos observados foram confirmados pelos entrevistados, como forma de referência. Além disso, segundo eles, há que se salientar que, com o apoio das organizações existentes no estado, conseguiram superar as dificuldades e a cultura se consolidou no Mato Grosso.

Quadro 14: Síntese da evolução histórica da produção de algodão em Mato Grosso

FASES	Incidentes Críticos
Nascimento – 1991 e 1998	Implantação da cultura do algodão em Mato Grosso. Criação da Associação dos Produtores de Algodão – AMPA (1997).
Primeira Crise – 1999 a 2003	Desvalorização do real frente ao dólar; subsídios norte-americanos à cultura do algodão; preços mundiais abaixo da média histórica; discussão na OMC contra os subsídios norte-americanos. Criação da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – ABRAPA (1999).
Expansão – 2004 a 2008	Recuperação dos preços no mercado internacional. Criação do Instituto Social do Algodão – ISA (2005) e do Instituto Mato-grossense do Algodão – IMAmt (2007).
Segunda Crise – 2009 e 2010	Crise financeira dos EUA em 2008, afetando o mercado de <i>commodities</i> . Criação da Cooperativa Mista de Desenvolvimento do Agronegócio (Comdeagro), em 2009, e do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), em 2010.
Consolidação – 2011 a 2016	Retorno dos preços a valores históricos. Aumento de área e melhor produtividade da cultura do algodão. Períodos de retração e estabilização de preços. Informações de mercado, possibilitando tomadas de decisões mais equilibradas aos produtores.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Esses foram os principais incidentes críticos, como definição, é a relação de dados concretos relacionadas a ações sobre o desenvolvimento da cultura do algodão no MT, envolvendo decisões e escolhas. Passa-se então, a seguir, à discussão dos resultados da pesquisa empírica realizada com organizações e entidades da cultura de algodão do MT.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.3.1 Economia Relacional

O papel das convenções na coordenação das atividades econômicas possibilita às instituições de determinadas regiões tornarem-se mais competitivas. Para que isso possa acontecer, as relações existentes nessas regiões sejam de cooperação e/ou interorganizacionais,

podem influenciar um conjunto de operações convencionais e relacionais (STORPER, 1997). A seguir, discutem-se os resultados das relações na pesquisa empírica.

4.3.1.1 Relações de Cooperação

Na argumentação de Storper (2010), as empresas procuram terras mais baratas porque procuram aumento da escala de produção. Posteriormente, a população se desloca através da migração intrarregional, do rural para o urbano, e, em seguida, através de migração interregional de longa distância. Sob esta perspectiva a cultura do algodão foi sendo implantada em todos os polos de produção da soja durante a década de 1990.

A população de Mato Grosso teve seu crescimento na década de 1970, com deslocamento da população da região sul, nordeste e sudeste do país para colonização do estado. Inicialmente, as terras foram ocupadas por projetos de colonização da reforma agrária, principalmente nas regiões sudeste, oeste, médio norte e norte de Mato Grosso. Na época, alguns projetos obtiveram avanços na colonização das regiões e outros fracassaram em função de problemas de estradas, doenças tropicais, distâncias dos grandes centros urbanos, etc. Uma das colonizações com aspectos iniciais de cooperação que deu certo foi a colonização da região norte do estado, onde a maioria dos produtores permaneceram nas propriedades e criaram, em 1987, a Cooperativa Agropecuária Mista Terranova Ltda (SANTOS, 1993). (COOPERNOVA), que foi um desmembramento da Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda. Atualmente, a COOPERNOVA conta com a pecuária leiteira, fruticultura e fábrica de ração, com aproximadamente 2100 associados.

Na década de 1980, com o deslocamento da produção da soja da região sul do país para as fronteiras do Mato Grosso do Sul e, em seguida, para o Mato Grosso, houve um avanço na colonização das terras por produtores que estavam em busca de novas fronteiras agrícolas. Inicialmente, a soja foi plantada na região sul do Mato Grosso, depois se deslocando para as regiões centro, centro leste e médio norte e finalmente alcançando as regiões noroeste e norte (NEVES; PINTO, 2011). A soja surgiu como produção de primeira safra (plantio entre outubro e novembro) e o milho, se posiciona como alternativa para melhoria das condições técnicas do solo e rotação de cultura como segunda safra (plantio entre janeiro e fevereiro).

Ao final da década de 1980, surgiram os primeiros experimentos com o cultivo do algodão no sistema mecanizado no Mato Grosso, na região noroeste, como uma alternativa ao plantio da soja e do milho. No início da década de 1990, três produtores iniciam o plantio de algodão na região sul do estado. Em 1997, os produtores se reuniram e criaram a AMPA, para

fortalecimento da cultura no estado, e também solicitaram ao governo estadual a criação do PROALMAT e do FACUAL, neste mesmo ano. Neste intento, o governo de Mato Grosso criou os incentivos para beneficiamento do algodão em caroço para o algodão em pluma, com redução de tributos. Isso possibilitou a implantação de indústrias de beneficiamento de algodão em todas as regiões (AMPA, 2016).

As parcerias realizadas no período de 1997 foram importantes instrumentos para consolidação da cultura do algodão no estado de Mato Grosso, mas também foram importantes para defesa dos interesses dos associados durante a crise do período de 1999 a 2001 (AMPA, 2016). Além disso, as parcerias entre AMPA e governo do estado e a criação de parcerias técnicas com institutos de pesquisa e EMBRAPA foram fortalecendo-se no início de 2000 até os dias atuais. O apoio da AMPA na criação de cooperativas nas seis regiões geográficas da cultura do algodão é um instrumento que fortalece a cooperação entre as entidades do estado e entre os produtores.

A criação da entidade nacional em 1999, a ABRAPA, foi outra ação importante para consolidação da cultura de algodão no Brasil e em Mato Grosso. Através da AMPA, foram convocadas as entidades de outros estados, que atenderam ao pedido e constituíram a entidade em apoio aos interesses das associações estaduais e ao produtor. A ABRAPA foi um importante instrumento na negociação da disputa do algodão – o Brasil solicita consulta na OMC para contestar subsídios dados pelo governo dos Estados Unidos aos produtores norte-americanos, em 2002. Assim, em 2010, os EUA fecham um acordo com o Brasil com o pagamento de US\$ 147 milhões anuais do montante, em parcelas mensais de US\$ 12,25 milhões (ABRAPA, 2015). Uma relação das associações ligadas à ABRAPA encontra-se no Apêndice C.

Nesse acordo, o Brasil deveria constituir uma entidade para gerir o recurso e aplicá-lo na cotonicultura brasileira, e assim foi criado, em 2010, pelas entidades ligadas a ABRAPA, o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Os recursos do acordo foram repassados ao instituto no período de junho de 2010 a abril de 2013, quando os EUA suspenderam o pagamento do acordo. As negociações voltaram novamente a serem feitas com os EUA e o acordo final foi assinado em outubro de 2014, como pagamento de US\$ 300 milhões aos produtores brasileiros. No Apêndice D, encontra-se a relação de entidades vinculadas ao IBA, a quem deveriam receber os recursos do Instituto.

Os recursos foram aplicados em todas as entidades vinculadas ao IBA, por meio de projetos específicos. A AMPA obteve recursos para investimentos nos laboratórios de classificação de algodão com padrão internacional; na pesquisa para controle de pragas do

algodoeiro; na construção da sede da entidade; e nos cinco centros de treinamento e difusão tecnológica.

Durante as entrevistas, foram observadas evidências de relações de cooperação no desenvolvimento da cultura de algodão no Mato Grosso. Segundo a AMPA (2016), no período de preços baixos – 2009 e 2010, as dificuldades puderam ser enfrentadas pelos produtores através do apoio da AMPA e do apoio das cooperativas, ideia que foi reforçada por um dos entrevistados (E7).

O estudo de Storper (1997) descreveu que na análise das empresas e sistema de produção existem três componentes principais: as interdependências não tratadas; as qualidades convencionais e relacionais; e as formas pelas quais as convenções e relações se organizam. Os produtores, por meio das organizações e entidades, tiveram suporte para continuidade da produção. A confiança e cooperação são fontes de capital social que reduzem os custos de transação e podem ser usados como recursos nos processos econômicos (BATHELT; GLÜCKLER, 2011). Na pesquisa empírica, constatamos que as afirmações dos autores Storper (1997) e Bathelt e Glückler (2011) aplicam-se sobre as formas de convenções, hábitos e regras existentes nas regiões geográficas de Mato Grosso na cultura do algodão. As relações entre as instituições e as relações interorganizacionais foram importantes no desenvolvimento econômico das seis regiões produtoras de algodão. Conforme relato, “*A AMPA foi uma peça fundamental para a continuidade da cultura do algodão no MT*” (E7). Houve investimentos de capital financeiro no período considerado de 1991 a 2016 em todas as regiões de produção agropecuária em MT.

Certos desafios foram enfrentados na safra 2005/06, na qual alguns produtores não ligados a organizações tiveram problemas com algumas fábricas que compravam algodão em pluma. “*2005/06 o produtor entregou algodão e não recebeu, então, naquele período muitos produtores de algodão já ficaram no caminho*” (E1). Contudo, “*A partir de 2006 os produtores começaram a ter melhores condições financeiras nas propriedades*” (E7). Houve mais investimentos em qualidade, avanços nas exportações e nas negociações do produto no mercado interno. A cultura do algodão tem sua própria identidade e é diferente da soja, que não se sabe quem produziu. “*O algodão tem identidade, o nome do produtor, tem rastreabilidade, tem código, tem tudo e sabe de onde saiu*” (E7).

Por meio da AMPA, as empresas compradoras de algodão vêm visitar os produtores, os polos produtores e as cooperativas. “*Eles procuram saber do comprometimento que os produtores têm com as cooperativas, com os fornecedores*” (E7). A COOPERFIBRA recebe anualmente em torno de 12 a 15 comitivas de produtores internacionais e de empresas

compradoras que querem entender como é o processo, do preparo do solo até a produção, o beneficiamento do algodão bruto, os equipamentos de classificação e a qualidade do algodão em pluma. A estrutura de ligações entre as empresas e organizações através de uma rede facilita a interação regional (BATHELT; GLÜCKLER, 2011). Os autores argumentam que o desenvolvimento de redes internacionais de fornecedores e compradores irá proporcionar novas oportunidades para o desenvolvimento regional no futuro. Essas evidências reforçam os estudos dos autores no sentido de que as entidades e organizações no MT, nos últimos 10 anos, participaram de seminários, fóruns, exposições e feiras internacionais, proporcionando desenvolvimento econômico para a cultura do algodão e conseqüentemente para o estado. Segundo o entrevistado E8, nos últimos dez anos, as entidades de Mato Grosso construíram, juntamente com ABRAPA, relações de cooperação com universidades, com centros de pesquisa e com compradores de algodão de outros países, principalmente dos Estados Unidos, Índia e China. No Apêndice E e F consta a participação em eventos internacionais e nacionais pela ABRAPA. Nos eventos nacionais, as diretorias das entidades estaduais eram convocadas para participação. Nos eventos internacionais, a ABRAPA convidava duas a três entidades estaduais para participação, complementou relato entrevistado E8.

As relações de cooperação também foram realizadas para cumprimento da legislação trabalhista e das normas de segurança no trabalho dos produtores, que, juntamente com a AMPA, criaram o IAS em 2005. Além disso, através do ajuste às normas da ABNT, os produtores obtiveram em algumas propriedades o selo “Algodão Socialmente Correto” (AMPA, 2015). No período, houve *“uma diminuição considerável de acidentes de trabalho, com ações práticas, simples, mas efetivas”* (E2).

As parcerias no financiamento do controle de pragas e doenças através do FACUAL foram mantidas pelo estado no período de 1997 a 2007. A partir desse período, os produtores se reuniram e resolveram criar o IMAmt em 2007. *“Porque a gente financiava, mas não tinha pesquisa, daí surgiu a necessidade de criar um grupo para extensão, então atuamos forte na parte de extensão, com Engenheiro Agrônomo em cada região e um técnico”* (E3). O IMAmt atua nas seis regiões geográficas do algodão em MT, com técnicos capacitados para orientações aos produtores e apoio nas pesquisas realizadas com a EMBRAPA.

4.3.1.2 Relações Interorganizacionais

A parceria triangular entre estado, mercado e sociedade civil é uma das características que distingue as novas parcerias urbanas e regionais com relação à colaboração. A criação de entidades e cooperativas ao final da década de 1990 foi importante para expansão da cultura do algodão: *“os produtores de MT foram corajosos, fortaleceram a entidade de classe e em conjunto com governo do estado, fortaleceram o setor agro”* (E7). Essas parcerias podem fortalecer as relações interorganizacionais existentes em determinada região geográfica. Nesse início de século XXI, as parcerias estão se tornando uma norma global para o desenvolvimento local e regional (GUEDES, 2008). Conforme salienta o mesmo entrevistado, *“A AMPA foi importante, e continua sendo fundamental para continuidade da cultura do algodão em MT”* (E7). As organizações envolvidas abrem oportunidades para um conjunto de padrões econômicos e tomada de decisão baseadas em convenções e regras estabelecidas em determinadas regiões (BATHELT; GLÜCKLER, 2011). No MT, a AMPA realiza as atividades de organização dos produtores e representação da produção de algodão em outros países: *“A AMPA faz o trabalho de levar a divulgação da qualidade do algodão, no Brasil e também faz isso no exterior para facilitar a exportação”* (E7). As evidências corroboram com as proposições de Gueddes (2008) a respeito de que as relações interorganizacionais com parcerias no mercado interno e externo geraram desenvolvimento econômico regional para MT, nas seis áreas geográficas da cultura do algodão.

As instituições têm um impacto sobre as oportunidades de crescimento regional e sobre a direção de uma trajetória. A criação de instituições dentro de uma determinada região pode moldar a natureza das decisões econômicas favorecendo o seu desenvolvimento (BATHELT; GLÜCKLER, 2011). As organizações cooperativas foram formalizadas em todas as seis regiões estratégicas da cultura do algodão em MT. As relações interorganizacionais podem melhorar as práticas dentro de uma região, com novas formas de rotinas organizacionais, incentivos para fornecedores especializados, crescimento do mercado de trabalho especializado, realocação de estruturas organizacionais regionais (BATHELT; GLÜCKLER, 2011). As evidências também fortalecem estudos dos autores de que o desenvolvimento da cultura de algodão no MT trouxe novas formas organizacionais às regiões. Além disso, por meio do deslocamento de fornecedores especializados para as diversas regiões do estado e dos programas estaduais criados em 1997 (PROALMAT e FACUAL), novas estruturas organizacionais foram implementadas, principalmente as 81 agroindústrias de processamento do algodão em pluma ativas em dezembro/2016 (em 2015, eram 117 agroindústrias – AMPA, 2016).

Para possibilitar novas oportunidades de negócios e enfrentamento da crise mundial, em 2009 foi criada a COMDEAGRO, pelos associados da AMPA, com uma das finalidades de disseminação de tecnologias desenvolvidas pelo IMAmt e formação de relações de parceiras à disposição dos agricultores com mais agilidade e menor custo (AMPA, 2015). Em 2010, houve importação de 450 carregadeiras via COMDEAGRO. *“Como estava vindo diversas máquinas da China com diferentes marcas, a cooperativa buscou identificar um fornecedor confiável para atender os seus associados”* (E4). De acordo com Storper (1997), os agentes econômicos regionais têm convenções e relações que permitem que as atividades centradas entre as organizações e as tecnologias desenvolvidas possam fazer emergir mundos tecnológicos e organizacionais. Isso acontece em Mato Grosso quando as organizações buscam parcerias para permanecer na produção do algodão e novas tecnologias para o desenvolvimento da cultura em MT. As organizações cumprem seu papel de contribuir com os produtores buscando alternativas na compra de equipamentos e na comercialização dos produtos. Segundo relato, *“Foram feitas importação de colheitadeiras usadas dos EUA, o produtor tinha recursos dentro do sistema então, identificamos máquinas com poucas horas de trabalho nos EUA, e conseguimos trazer máquinas de US\$ 600 mil por US\$ 350 a 400 mil”* (E4). As entidades identificaram as demandas e atenderam às expectativas dos associados. Essas evidências confirmam as proposições de Storper (1997), fato de que as convenções e relações existentes em MT terem sido fundamentais para o seu desenvolvimento econômico, principalmente na cultura do algodão.

A COMDEAGRO foi, e ainda permanece, uma importante organização para o desenvolvimento da cultura do algodão no estado de Mato Grosso. Através das suas ações de apoio ao produtor houve redução nos custos de investimentos na cultura, com importações de equipamentos a preços menores que o mercado interno brasileiro. Atualmente, a entidade atua no atendimento da demanda dos produtores e também na comercialização e produção de sementes dos próprios produtores ou na revenda de sementes certificadas, produzidas por parceiros da cooperativa. A cultura do algodão possibilitou a geração de empregos e trouxe equipamentos para MT, conforme um dos entrevistados relata: *“várias importações de máquinas em um momento muito bom, momento estratégico, o câmbio estava baixo. As máquinas importadas chegaram a um preço bem acessível aqui no Brasil”* (E7).

As parcerias de investimentos do IBA à AMPA foram realizadas em 2011 no valor de R\$ 10,6 milhões para modernização de laboratórios de classificação do algodão e aquisição de máquinas HVI e também para a construção da sede administrativa da associação. A ampliação do laboratório de classificação de algodão da UNICOTTON foi construída com apoio do IBA, *“o laboratório de classificação de algodão foi construído com apoio do IMAmt e recurso do*

IBA” (E2), bem como outros investimentos, realizados a partir de 2012 na entidade de MT (ABRAPA, 2016).

Outra questão na abordagem teórica foi a conectividade da rede. Os autores Ahuja, Soda e Zaheer (2012) identificaram dimensões que impulsionam mudanças nas redes interorganizacionais. No desenvolvimento da cultura do algodão de Mato Grosso, observamos como as informações são repassadas aos produtores. As organizações e entidades coordenam as atividades de informação de mercado e repassam aos produtores para a tomada de decisão. Algumas informações são repassadas via sistema de informações online, para produtores com uso de tecnologias modernas, como sistemas compartilhados com as instituições, aplicativos online e outros sistemas que geram tomada de decisões rapidamente.

Os resultados da pesquisa reforçam evidências que convergem com os textos teóricos utilizados nesse estudo sobre a conectividade da rede, em que se considera que as informações promovem resultados para os membros dos grupos. Os outros aspectos, como distribuição dos nós, padrão de agrupamento da rede e grau de assertividade, não foram dimensionados nesta pesquisa.

4.3.1.3 Capital Social

As organizações sociais constituídas em determinadas regiões possibilitam o desenvolvimento econômico regional. As atividades desenvolvidas em ações de interesse coletivo facilitam a cooperação em benefício mútuo. A confiança, as normas e a reciprocidade existentes em determinadas regiões fortalecem a ação coletiva e as relações sociais.

Quanto mais elevado o nível de confiança de uma comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação (PUTNAN, 1996). A cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar confiança: a confiança dos produtores nas organizações fortalece o capital social existente na região. De acordo com Balestrin e Verschoore (2016, p. 103), “laços de relacionamento tendem a proporcionar um amplo estoque de capital social, tornando um grupo de agentes mais produtivo e eficiente nas atividades que desempenha”. As entidades e organizações da cultura do algodão possuem fortes laços de relacionamento, possibilitando a observação de capital social nas diversas regiões de MT. Na pesquisa empírica, todos os entrevistados mencionaram a confiança dos produtores nas organizações existentes no Mato Grosso. Dessa forma, a ideia de que as organizações na cultura do algodão transmitem e

disseminam confiança na sua cadeia de relações sociais (PUTNAM, 1996), fortalecendo os elementos que suportam a análise da pesquisa empírica.

Houve períodos de oportunismo na safra 2010/11, quando MT ampliou sua área de algodão em 60%. Entre “2011 e 2012 houve um aumento nos preços internacionais e no mercado interno também” (E1). Com o preço entre US\$ 1,00 e 1,10 por libra-peso, muitos produtores aproveitaram a oportunidade com o plantio da cultura do algodão. Nisto, esses produtores são “chamamos de pára-quedistas, produtor que aproveita a maré” (E1). Além disso, no período, houve a implantação do algodão adensado, com espaçamento reduzido. Com o plantio adensado, houve “perda de qualidade, o beneficiamento era feito, mas com muita impureza, muito caule e a indústria (as tradings) não comprou, então esses produtores que vieram para aproveitar o preço acabaram saindo do mercado” (E1). As evidências reforçam achados de Campbell (2011), de que as atitudes do grupo constituem uma disposição para a confiança. Da mesma forma, atitudes oportunistas não permitem confiança no grupo. Isso aconteceu com produtores na cultura do algodão de Mato Grosso: em períodos de aumento de preços, houve investimentos consideráveis na cultura, mas, com a queda nos valores, deixaram de produzir.

A construção de confiança e capacidade colaborativa nas relações interorganizacionais requer o desenvolvimento de uma visão compartilhada e uma base comum de conhecimento, a vontade de reconhecer que todos os parceiros são tratados de forma igual e a mudança cultural, tanto no nível individual quanto organizacional (GUEDES, 2008). As entidades de Mato Grosso foram construindo relações de confiança com os produtores ao longo dos últimos 20 anos. Segundo os entrevistados, os produtores têm confiança nas instituições existentes e colaboram no desenvolvimento das diversas parcerias desenvolvidas pelas organizações. Todavia, nas observações do pesquisador, existe a confiança e a capacidade colaborativa nas relações interorganizacionais no desenvolvimento da cultura do algodão em Mato Grosso, mas, para que tais características sejam contínuas, os níveis de confiança existentes precisam ser fortalecidos constantemente.

Como a cultura do algodão é uma opção do produtor para plantar como segunda safra após a colheita da soja em 80% das propriedades de MT, nos períodos de oscilações, tanto de mercado quanto de preço, bem como de qualidade, alguns produtores deixam de plantar o algodão e retornam ao plantio do milho safrinha. São produtores que buscam oportunidades, com investimentos menores, e que podem sair da produção de um ano para o outro. Muitos produtores também podem ampliar ou diminuir sua área de plantio, dependendo de como está

o comportamento de preços no mercado interno e externo, principalmente na produção da China e da Índia, que são grandes produtores e consumidores mundiais de algodão em pluma.

Segundo relato dos entrevistados, *“com o passar dos anos percebeu-se que quem ficou no algodão deverá se manter na produção, mas tendência é que os produtores tradicionais na cultura do algodão continuem produzindo algodão em Mato Grosso”* (E6). Outros identificam o potencial das regiões: *“em Sorriso, são cinco grupos de produtores de algodão, eram 20 produtores. Mas, o município tem potencial de segunda safra, e acreditamos que o algodão volte a crescer em área no nosso município”* (E1). Alguns identificam os desafios a serem discutidos com as organizações da região: *“diria que o grande desafio está sendo agora, vamos pensar na cooperativa, até pensando em 2016, em termos de preços e custo, preços em US\$ 73 cents libra-peso, como a cotonicultura demanda investimento os preços de 2011 seriam ideal”* (E2). Novamente, retornamos a Campbell (2011), que salienta que a relação de confiança no grupo permite a regularidade, a ordem e a estabilidade no mundo cotidiano. Na pesquisa empírica, identificamos que os produtores tradicionais continuaram produzindo mesmo nas dificuldades, e que as instituições envolvidas na cultura do algodão têm confiança de seus produtores.

Em 2013, os valores retornaram aos preços médios de US\$ 0,75 por libra-peso; a partir disso, a produção de algodão em MT na safra 2012/13 diminuiu 29% em relação às duas safras anteriores. Produtores observaram o mercado e recuaram na produção. Os produtores chamados de “paraquedistas” deixam de plantar em suas áreas e aqueles tradicionais na cultura do algodão continuam plantando. A partir da safra 2012/13, a produção de MT estabiliza em torno de 550 a 650 mil ha anuais. Há que se salientar que a produção do algodão em MT é constituída de produtores tradicionais na cultura, que passa de geração em geração, dentro de grupos familiares. Os entrevistados descrevem: *“O nosso produtor é bem tradicional, ele dificilmente sairá da cultura, 2016 ano de muita cautela, estou aqui há 15 anos e este ano procuramos aumentar os controles de custos e despesas da cooperativa”* (E2). Os investimentos realizados nos últimos anos não permitiram a paralisação da atividade: *“O produtor fez investimento, construiu algodoeira, comprou novos equipamentos e máquinas, então continua plantando, pode ser que reduza área, mas quem é cotonicultor tradicional, dificilmente deixará de plantar a cultura”* (E1). As relações interorganizacionais e a confiança nas organizações existentes na cultura de algodão de Mato Grosso possibilitam aos produtores a sua permanência na atividade, conforme o seguinte relato: *“os produtores deverão se manter na produção, percebemos que quem ficou no algodão deverá continuar com a atividade produtiva”* (E6).

As relações de cooperação na cultura do algodão possibilitaram através de convênios realizados com o IBA e AMPA em 2012, a construção de cinco centros de treinamento, com auditórios, salas de capacitação dos técnicos, produtores e trabalhadores do setor do algodão de MT. Os investimentos foram de R\$ 38,8 milhões (IBA, 2016). Esses recursos foram importantes para a melhoria da qualidade da fibra do algodão e ampliação da capacitação dos produtores e trabalhadores que atuaram diretamente no plantio e dos técnicos de laboratórios na sua classificação, para utilização de técnicas dentro do padrão internacional de comercialização.

Segundo Putnam (1996) as normas fortalecem a confiança social, porque uma ação coletiva na sociedade facilita a cooperação. Os resultados da pesquisa empírica realizada revelaram que as organizações e entidades da cultura de algodão estabelecem normas e regras com seus associados; já sobre a confiança do produtor nas instituições, os entrevistados E1, E2 e E7, argumentaram que esta contribuiu para a realização de ações com os agentes econômicos. Por sua vez, a cooperação entre as cooperativas possibilitou a formação de parcerias na classificação do algodão. A qualidade da classificação da cooperativa Unicotton permitiu parcerias com outras cooperativas de Mato Grosso e Goiás (E2).

Na argumentação de Storper (1997) sistemas de produção localizados desempenham um papel importante na economia, como redução de custos e aumento da capacidade de aprendizagem organizacional e tecnológica em aglomerações de atividades econômicas inter-relacionadas. Para o autor as interdependências não tratadas como normas, regras e práticas aceitas nas relações entre organizações e agentes econômicos são incorporadas e tornando-se ativos específicos em dada região. Para a cultura do algodão em Mato Grosso foram criados os Centros de Difusão Tecnológica nas seis regiões produtoras, tendo sido inaugurados quatro ao final de 2016. Os centros instalados facilitaram a implantação de novas tecnologias e, a capacitação dos produtores e operadores de máquinas e equipamentos (E5). As práticas existentes nas relações entre as cooperativas são incorporadas pelos diretores e gerentes administrativos das entidades. As parcerias são realizadas na classificação do algodão e na troca de informações de mercado (E1). Essas evidências corroboram com proposições de Storper (1997) de que as relações se tornaram ativos específicos das regiões.

As regiões podem ter um conjunto de competências e produtos que possibilitam a sua competitividade regional, buscando alternativas de mercado, podendo ser chamadas de capacidades localizadas, o que incluem recursos especializados locais, competências, bem como a confiança compartilhada, normas, rotinas e outras estruturas institucionais regionais (BATHOLT; GLÜCKLER, 2011). Nas rotinas cooperativas, o produtor *“dá autonomia para trabalhar, sempre informando do que está acontecendo, mas ele dá autonomia para trabalhar”*

(E1). Na busca por alternativas de redução de custos de produção, os produtores “*se uniram para construir armazém, posteriormente em conjunto na compra de insumos e venda do algodão em pluma*” (E6). As atitudes democráticas das organizações e dos produtores fortalecem as relações existentes na cultura do algodão no Mato Grosso. Isso confirma o que os autores Pilecek, Chromý e Jancák (2013) descreveram, sobre o fato de que as atitudes democráticas e a reciprocidade fortalecem as normas existentes na sociedade.

Outra norma importante para o desenvolvimento da cultura do algodão em Mato Grosso foi a criação do PROALMAT e o FACUAL em 1997. O FACUAL teve suas atividades até o ano de 2007, quando o Estado finalizou as atividades de controle do Fundo. Nesse ano a AMPA reuniu os produtores e criaram o IMAmt, com a perspectiva de continuarem com o desenvolvimento da pesquisa, assistência técnica e controle de pragas do algodão em Mato Grosso. Os autores Pilecek, Chromý e Jancák (2013) enfatizaram que a criação de políticas de desenvolvimento econômico por meio de políticas públicas, poderiam melhorar o desenvolvimento local, estimulando o capital social existente. Na pesquisa empírica todos os entrevistados relataram a importância das políticas públicas criadas pelo Mato Grosso na produção de algodão em pluma. O PROALMAT tinha a validade até dezembro de 2016 e foi renovado por uma nova Lei até dezembro de 2025. Segundo o entrevistado E7, além do PROALMAT, a cooperativa possui o PRODEIC, importante instrumento de política pública na redução de impostos e na transformação do algodão em pluma em fios de algodão, com geração de 150 empregos diretos.

De acordo com as normas internacionais de classificação do algodão, Mato Grosso possui 80% de sua produção atendendo às regras de qualidade. Em entrevista realizada com E7 e E8, foi enfatizada a questão pela qualidade do algodão no estado.

Um dos entrevistados relata que foram realizados dois seminários com produtores nos últimos anos para mostrar a importância das normas de produção na garantia da qualidade do produto. Segundo o relato “*Os investimentos em qualidade, com o trabalho que tínhamos feito anteriormente, fez com que pudéssemos avançar nas exportações e fazer uma intermediação com resultados*” (E7). A qualidade do algodão poderia ser seguida pelos produtores, sem caráter de imposição, com manejo da cultura, mas influenciaria no resultado final da colheita.

Para Bathelt e Glückler (2011), a criação de instituições em determinada região ajuda a estabilizar as relações produtor-usuário e também a moldar a natureza das decisões econômicas, influenciando na trajetória de crescimento local e regional. Mesmo que o comportamento seja baseado em leis codificadas, regras e regulamentos, a confiança e a reciprocidade facilitam o fluxo de informações entre as organizações e os agentes econômicos. Durante o

desenvolvimento da pesquisa empírica, identificamos o fato de que as cooperativas de algodão estão ligadas a sistemas de comunicação externos que geraram resultados econômicos favoráveis ao desenvolvimento do setor. Segundo relato, *“trabalhamos junto com a AMPA, para saber quais os países que estão buscando quantidade de produto para exportação. Direcionamos a exportação para que esteja na paridade de preço com mercado interno e efetuamos as negociações”* (E7). Outro entrevistado relata que *“tem produtor que deixa a safra com a cooperativa e nós comercializamos. O importante é o produtor acompanhar, mas ele confia no nosso trabalho”* (E1). Essas evidências empíricas reforçam os estudos de Bathelt e Glückler (2011) de que as instituições influenciaram no desenvolvimento da cultura do algodão em Mato Grosso.

As empresas podem estabelecer estreitas relações de longo prazo com importantes fornecedores e clientes principais, baseadas na confiança e na reciprocidade (BATHELT; GLÜCKLER, 2011). Nas entrevistas de E7 e E8, o argumento foi de que as instituições do Mato Grosso possuem relações de longo prazo com instituições internacionais, fornecedores no mercado interno e externo e compradores no mercado interno e externo baseadas em contratos, mas que as relações de confiança entre as instituições são importantes instrumentos que apontam reciprocidade e confiança não contratuais. A comunicação entre as instituições facilita o fluxo de informações existentes na cultura do algodão do Mato Grosso e melhora a confiabilidade dos indivíduos. Os estudos de Gulati (1995) revelam como a estrutura social afeta os padrões de formação de alianças interfirmas. A rede social facilita novas alianças, fornecendo informações para as cooperativas sobre as capacidades e confiança de potenciais parceiros na compra e venda de algodão em pluma.

Novos estudos longitudinais poderão ser realizados sobre as organizações da cultura do algodão no Mato Grosso.

No Quadro 15, sintetiza-se as evidências empíricas da economia relacional na pesquisa realizada com organizações e entidades do setor algodoeiro do Mato Grosso. De acordo com a pesquisa, a cultura do algodão de Mato Grosso aponta evidências das relações e do capital social presente no estudo, apontando para confirmação da abordagem teórica da economia relacional.

Quadro 15. Síntese das Evidências da Pesquisa Empírica

Categorias	Definições	Evidências Empíricas
Relações de Cooperação	A ação econômica e a interação moldadas por relações sociais e institucionais.	<p><i>“As cooperativas no MT, principalmente nos últimos ... 10 anos, elas surgiram com base sólida para ficar” (E6).</i></p> <p><i>“Nós fazemos uma grande intercooperação no estado entre as cooperativas, e temos um fórum das cooperativas do agro, principalmente do algodão e soja, que se reúnem duas vezes no ano” (E1).</i></p> <p><i>“A importância da AMPA, com a união de todos os produtores do Estado de Mato Grosso” (E2).</i></p> <p><i>“Estamos desde a criação da AMPA, estamos com esta parceria e até hoje” (E6).</i></p> <p><i>“Se o setor estiver organizado, as instituições de classe bem organizada, conseguimos chegar nos objetivos. Enquanto você está no campo trabalhando, tem pessoas trabalhando nas informações para levar ao produtor rural” (E7).</i></p>
Relações Interorganizacionais	As relações interorganizacionais estão inseridas em projetos, redes locais e regionais.	<p><i>“Temos relação muito próxima com OCB, AMPA, APROSOJA, IMAmt, IAS, ABRAPA, Bettercotton, todos esses parceiros e órgãos de certificação e controle” (E1).</i></p> <p><i>“A AMPA, IMAmt e Comdeagro são interligados” (E2).</i></p> <p><i>“A importância da AMPA, IMAmt e o IAS” (E2).</i></p> <p><i>“Temos parceria com EMBRAPA, IFMT, UFMT e o Indea” (E5).</i></p>

		<i>“As entidades têm que se fortalecer, e tem que ter continuidade, para que os produtores estejam unidos, porque quando você precisar reivindicar alguma coisa, se não tiver força, você não consegue sindicatos, as entidades e os produtores aderindo a esses projetos” (E7).</i>
Capital Social	Características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a ação e a cooperação com vistas a um benefício mútuo	<i>“Muita confiança, principalmente Sorriso, Sapezal, Deciolândia, por causa da relação de confiança” (E2).</i> <i>“O relacionamento entre o produtor rural, cooperativa e grandes trading, grandes empresas consumidoras de algodão tanto no Brasil, tanto no exterior, esse relacionamento ficou mais próximo” (E7).</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

As principais contribuições da pesquisa empírica foram identificar a importância das relações de cooperação e interorganizacionais no desenvolvimento da cultura do algodão no Mato Grosso. A coordenação das instituições na cultura do algodão é realizada pela ABRAPA e o Mato Grosso tem sua participação ativa na entidade nacional, principalmente pela produção de 60% do algodão no Brasil. A AMPA, como instituição estadual, coordena todas as ações das entidades e organizações cooperativas filiadas. Há parcerias de cooperação, como o fórum estadual das cooperativas do agronegócio e a contribuição do IMAmt e do IAS no apoio aos produtores de algodão.

Outra contribuição foi identificar a respeito das relações de parcerias existentes entre entidades, organizações cooperativas e empresas, que se fortaleceram ao longo dos 20 anos da cultura de algodão do Mato Grosso. Essas parcerias são representadas por contratos entre as instituições, mas as evidências empíricas apontaram a contribuição das interdependências não tratadas, como normas, valores e regras estabelecidas pelos núcleos regionais de produção.

Assim como o capital social envolvido nas relações de cooperação na cultura de algodão de Mato Grosso foi importante no desenvolvimento da cultura, a confiança e o relacionamento entre produtor rural, cooperativa, empresas no mercado interno brasileiro e *trading* foram evidências constatadas na pesquisa empírica. As normas existentes entre entidades e organizações cooperativas através de atitudes democráticas foram apontadas pelos entrevistados. Há também reciprocidade entre produtores e instituições, sendo evidenciadas as facilidades na comunicação e a confiabilidade dos produtores com as organizações existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou o desenvolvimento da cultura do algodão em Mato Grosso segundo a abordagem teórica da economia relacional. Para Storper e Scott (2003), o desenvolvimento regional deve envolver a mobilização das instituições e do capital social envolvido nas relações. A cultura do algodão no período estudado entre 1991 e 2016 desenvolveu-se pela mobilização dos produtores na formação de instituições que atenderiam aos seus anseios. A AMPA, criada em 1997, foi o início do processo das relações de cooperação que foram formadas posteriormente, bem como o PROALMAT e o FACUAL, também criados em 1997, foram instrumentos públicos solicitados pelos produtores que geraram benefícios fiscais na industrialização do algodão e na pesquisa da cultura.

A partir da constituição da AMPA, os produtores tiveram apoio constante no desenvolvimento da cultura do algodão no Mato Grosso, assim como nas relações de cooperação e interorganizacionais estabelecidas nos mercados interno e externo. Essa afirmação estabelece relações com a economia relacional abordada na pesquisa por meio dos autores principais: Storper (1997); Storper e Scott (2003); Bathelt e Glückler (2003); Bathelt e Glückler (2011); Putnan (1996). Essas relações foram estabelecidas ao longo dos 20 anos da consolidação da cultura do algodão no Mato Grosso. As relações sociais estabelecidas pelas entidades e organização do setor algodoeiro foram importantes no relacionamento com os produtores, que gerou confiança nas instituições do Mato Grosso. As 16 organizações cooperativas do estado foram importantes para o fortalecimento das relações de cooperação no setor. Elas deram suporte aos produtores nos momentos de dificuldades pelos quais a cultura passou ao longo de sua produção e comercialização. Além disso, não se pode deixar de mencionar a ABRAPA, que foi importante instrumento de negociação do contencioso do algodão na OMC contra os Estados Unidos.

A ABRAPA através dos recursos gerados na negociação com os EUA, fez melhorias na infraestrutura técnica, produtiva, e na industrialização da cultura do algodão no Brasil. Mato Grosso, especificamente, foi beneficiado com a aplicação de recursos em laboratórios de classificação de algodão, construção da sede administrativa da AMPA e construção de cinco centros de treinamento e difusão tecnológica localizados nas regiões geográficas da cultura do algodão no estado.

Para compreensão do problema da pesquisa e dos objetivos, foram abordados os temas do desenvolvimento econômico regional e da economia relacional. No desenvolvimento econômico regional, os autores identificaram que as políticas de desenvolvimento regional

devem se alinhar às instituições locais, regionais e nacionais para potencialização de estratégias de crescimento. Muitas vezes, o fortalecimento de infraestrutura de capital em alguns centros regionais pode desfavorecer as regiões periféricas. Por isso, as instituições públicas devem procurar estabelecer um crescimento uniforme das diversas regiões possibilitando reversão das diferenças regionais. No desenvolvimento da cultura do algodão do Mato Grosso, identificamos, na pesquisa empírica, a contribuição das instituições no processo de desenvolvimento econômico do setor, bem como do estado.

A economia relacional, esta contribuiu para fortalecimento das relações de cooperação e interorganizacionais na produção da cultura do algodão do Mato Grosso. A construção coletiva das ações regionais possibilitou impactos positivos na economia regional e estadual. As relações interorganizacionais propiciaram diversas parceiras institucionais com organizações locais, regionais, nacionais e, principalmente, na cultura do algodão, as relações com instituições internacionais.

Como metodologia de pesquisa, foi empregada uma abordagem qualitativa sobre o desenvolvimento da cultura do algodão do Mato Grosso, em que estudamos as atividades desenvolvidas pelo setor na perspectiva da economia relacional. Essas atividades foram pesquisadas através de dados secundários e de entrevista semiestruturada, associada à utilização da descrição sobre a cultura do algodão no estado. Na análise dos resultados, utilizamos a TIC para confirmação dos incidentes críticos definidos preliminarmente na fase exploratória da pesquisa, na qual conhecemos as principais entidades e organizações de Mato Grosso. Após a realização da entrevista, confirmávamos os incidentes críticos nas cinco fases da evolução histórica do algodão no estado, que já haviam sido identificados nos dados secundários da pesquisa. Na discussão dos resultados da pesquisa empírica, o conteúdo das entrevistas foi tratado conforme as categorias de análise estabelecidas no referencial teórico. A análise dos resultados da pesquisa foi feita à luz da abordagem teórica da economia relacional com a base teórica, pesquisa empírica e análise do pesquisador.

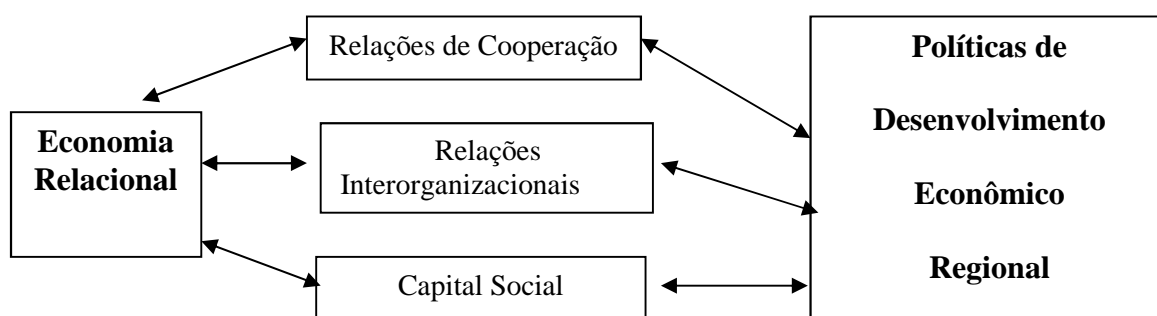
Na análise dos resultados, atendemos aos objetivos específicos da pesquisa sobre a identificação das categorias de análise do ponto de vista da economia relacional; identificamos as categorias de análise e fomos a campo conhecer nosso objeto de pesquisa; e posteriormente, na pesquisa empírica, foram definidas as principais categorias da economia relacional à luz do desenvolvimento da cultura do algodão do Mato Grosso.

Os principais resultados identificaram a contribuição das relações de cooperação e interorganizacionais no desenvolvimento da cultura do algodão no Mato Grosso. As instituições de Mato Grosso possuem convenções, regras e hábitos que estimulam os produtores em

momentos de incerteza. Os contratos existem nas relações interorganizacionais, porém, as organizações possuem convenções, hábitos e regras nas relações sociais que facilitam o capital social entre as instituições.

Como instrumentos de política de desenvolvimento regional baseada na economia relacional, sugerimos a seguinte figura para Mato Grosso:

Figura 6. Economia Relacional – Instrumento de Política de Desenvolvimento Regional



Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Na Figura 6, estão relacionadas as categorias de análise da economia relacional que possibilitam a formação de políticas de desenvolvimento econômico regional para Mato Grosso. Por meio das relações de cooperação entre organizações, entidades e o Estado, podem ser elaboradas políticas para os diferentes setores de produção. As relações de cooperação existentes na cultura do algodão poderiam ser expandidas para os outros setores da economia mato-grossense.

São diversos setores importantes no desenvolvimento econômico de Mato Grosso, como a produção da soja, do milho, da pecuária de corte e leite, avicultura, suinocultura, hortifrutigranjeiros e apicultura. Esses setores poderiam também estimular a implantação de agroindústrias e o desenvolvimento de outras atividades complementares à produção agroindustrial do estado, já que é importante a formação de relações interorganizacionais entre cada setor e também as relações de cooperação entre os diferentes setores. Tais relações poderiam estimular o desenvolvimento de novas tecnologias de produção com a implantação de parques agroindustriais de produção em determinadas regiões do Mato Grosso.

O capital social existente em cada setor da economia mato-grossense seria um estímulo para o desenvolvimento econômico e social do estado. A confiança, as normas e a reciprocidade nas relações existentes entre cada setor da economia poderiam refletir no desempenho das

instituições. O fortalecimento das relações de cooperação poderia ampliar a capacidade do estado no seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Um dos principais pontos de limitação do estudo foi na pesquisa empírica, quanto à discussão com os entrevistados sobre o capital social envolvido nas relações existentes na cultura do algodão. Pela observação do pesquisador, temos relações de confiança envolvida em todas as atividades das organizações e entidades do setor algodoeiro, entretanto, no momento de responder as perguntas, muitos entrevistados tinham dificuldade em responder os questionamentos.

Por sugestão da banca da tese, o tópico do capital social convida novas pesquisas, a fim de aprofundar a base teórica para aplicação nas instituições envolvidas na cultura do algodão de Mato Grosso. Diante da recomendação da banca, sugerimos novos estudos sobre o capital social no contexto de Mato Grosso com pesquisa empírica qualitativa ou quantitativa.

Um tópico para futuras pesquisas questionarem seria a estrutura de governança do setor. Por decisão, durante a elaboração do referencial teórico, deixamos a discussão para as próximas pesquisas. Além disso, outra questão seriam as relações de poder, assunto abrangente que poderia ser discutido em futuras pesquisas. As entidades e organizações da cultura do Mato Grosso possuem estruturas modernas de gestão que propiciam um amplo campo de pesquisa empírica e desenvolvem relações interorganizacionais com mercado interno e externo oportunizando diversas alternativas na consolidação e no desenvolvimento econômico da cultura. São essas possibilidades que tornam a cultura do algodão atrativa aos produtores do estado.

A cultura do algodão do Mato Grosso se consolidou, conforme dados da pesquisa empírica, nesses 20 anos de desenvolvimento. A partir de agora, novas possibilidades de agroindustrialização irão surgir, ampliando ainda mais o plantio da cultura e a geração de trabalho e renda para as regiões, os estados e o nosso país. Pela estrutura organizacional das entidades e organizações da cultura do algodão do Mato Grosso, observadas na pesquisa empírica, a economia relacional acontece no estado. Essa é nossa contribuição para a abordagem teórica da economia relacional.

REFERÊNCIAS

- ABRAPA - Associação Brasileira de Produtores de Algodão. Estatísticas da Produção de Algodão no Brasil e no Mundo. **ABRAPA - Associação Brasileira de Produtores de Algodão**. Brasília - DF, 2015. Disponível em: <<http://www.abrapa.com.br/estatisticas/Paginas/oferta-demanda-mundial.aspx>>. Acesso em: 10 jan. 2016
- _____. **Relatório de Gestão: Biênio 2013-2014**. Cromosete Gráfica e Editora, 2015.
- ABRAPA - Associação Brasileira de Produtores de Algodão. **Algodão no Cerrado do Brasil**. Editor técnico Eleusio Curvelo Freire. Brasília DF, 3. ed., 2015
- _____. Histórico, parcerias, atividades desenvolvidas. **AMPA**, 2015. Disponível em: <http://www.ampa.com.br/site/qs_historia.php>. Acesso em: 15 set. 2015.
- AMPA – Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão. Cooperativas. **AMPA**, 2016. Disponível em: <<http://www.ampa.com.br/site/cooperativas.php?inicio=0®pag=9&banner=&filtro=&marca=>>>. Acesso em: 14 nov.2016.
- AHUJA, Gautam. Collaboration networks, structural holes, and innovation: a longitudinal study. **Administrative Science Quarterly**, v. 45, n. 3, 2000.
- AHUJA, Gautam; SODA, Giuseppe; ZAHEER, Akbar. The Genesis and Dynamics of Organizational Networks. **Organization Science**, v. 23, n. 2, p. 434-448, 2012.
- _____. **ALVES, Lucir Reinaldo**. Indicadores de Localização, Especialização e Estruturação Regional. In: PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferreira de. **Análise Regional: metodologias e indicadores**. Curitiba – PR: Camões, 2012. p. 33-49
- BALESTRIN, Alsones; VERSCHOORE, Jorge. **Redes de Cooperação Empresarial: estratégias de gestão na nova economia**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. Diferenças Regionais quanto ao Capital Social e Crescimento Econômico no Rio Grande do Sul. **REDES**, Santa Cruz do Sul RS, v. 12, n. 1, p. 93-123, jan./abr. 2007.
- BARÇA, Fabrizio; McCANN, Philip; RODRÍGUES-POSE, Andrés. The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, p. 134-152, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70. São Paulo, 1979.
- BATHELT, Harald; GLÜCKLER, Johannes. Toward a relational economic geography. **Journal of Economic Geography**, v. 3, p. 117-144, 2003.

_____. **The relational economy: geographies of knowing and learning.** New York: Oxford University Press, 2011.

BECKER, Sascha O.; EGGER, Peter H.; Von EHRLICH, Maximilian. Too much of a good thing? On the growth effects of the EU's regional policy. **European Economic Review**, v.56, p. 648-668, 2012.

BOSCHMA, Ron A.; FRENKEN, Koen. Why is economic geography not an evolutionary science? Towards an evolutionary economic geography. **Journal of economic geography**, v. 6, n. 3, p. 273-302, 2006.

BOSCHMA, Ron; IAMMARINO, Simona. Related variety, trade linkages, and regional growth in Italy. **Economic geography**, v. 85, n. 3, p. 289-311, 2009.

BRAKMAN, Steven et al. The Border Population Effects of EU Integration. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, p. 40-59, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agenda Estratégica 2010 – 2015 - Algodão. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**. Secretaria Executiva. – Brasília: Mapa/ACS, 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/AGES/algodao.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2016.

BORTOLASO, Ingrid V.; VERSCHOORE, Jorge R.; ANTUNES JÚNIOR, José. O Desenvolvimento Estratégico de Redes Interorganizacionais: uma avaliação de Redes de Pequenas e Médias Empresas no Rio Grande do Sul. **ENEO 2012, VII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**, Curitiba, p. 1-16, maio/2012.

BRUNOZI JÚNIOR, Antônio C. et al. Fatores Institucionais Determinantes nas Relações Interorganizacionais: o Caso da Rede Educar. **Revista Estudo & Gestão**, Lajeado RS, v. 23, n.1, p. 97-120, 2016.

BUAINAIN, Antônio Márcio; BATALHA, Mário Otávio (Coords.). Cadeia produtiva do algodão / **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. – Brasília: IICA : MAPA/SPA, v. 4, 2007.

CAMPBELL, Ross. Social Capital and Political Support: A Reassessment of the Putnam Thesis in East and West Germany. **German Politics**. v.20, n. 4, p. 568-590, 2011.

CAPDEVIELLE, Julieta. Capital social: debates y reflexiones em torno a un concepto polémico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 51, p. 1-12, 2014.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará**, p. 35-50, 2003.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed, Porto Alegre –RS: Bookman, 2006.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Algodão Brasil - Série Histórica de Área Plantada Safras 1976/77 a 2015/16. **CONAB**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

_____. Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, Safra 2015/2016, Nono Levantamento, jun./2016. **CONAB**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_09_16_49_15_boletim_graos_junho__2016_-_final.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

_____. Série Histórica Área, Produção e Produtividade de Algodão. **CONAB**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

COSTA, Sérgio Rodrigues; BUENO, Miguel Garcia. A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC. Associação Brasileira dos Produtores de Algodão. Rio de Janeiro: **Insight Engenharia de Comunicação**, 2004. Disponível em: <www.abrapa.com.br/biblioteca/.../A%20Saga%20do%20Algodao.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CROPPER, Steve et al. Introduction. In: **The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations**. New York: Oxford Press, 2008. Cap. 27, p. 3-21

DICKEN, Peter et al. Chains and networks, territories and scales: towards a relational framework for analysing the global economy. **Global networks**, v. 1, n. 2, p. 89-112, 2001.

DZIALEK, Jaroslaw. Is social capital useful for explaining economic development in Polish regions? *Geografiska Annaler; Series B, Human Geography*, v. 96, n. 2, p. 177–193, 2014.

EDVARDSSON, Bo; ROOS, Inger. Critical Incident Techniques: Towards a framework for analyzing the criticality of critical incidents. **International Journal of Service Industry Management**, v. 12 n. 3, p. 251-268, 2006.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Algodão (Campina Grande, PB). Cultura do Algodão no cerrado, por Eleusio Curvelo Freire. Campina Grande - PB: **EMBRAPA-CNPA**, 2003. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Algodao/AlgodaoCerrado/index.htm>>. Acesso em: 12jan. 2016.

FINGLETON, Bernard; GARRETSEN, Harry; MARTIN, Ron. Recessionary Shocks and Regional Employment: Evidence on the Resilience of U.K. Regions. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, p. 109-133, 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa, 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLANAGAN, John C. The Critical Incident Technique. American Institute for Research and University of Pittsburg. **Psychological Bulletin**, v. 51, n. 4, p. 327-358, 1954.

_____. Incidentes Críticos. **Arquivo Brasileiro de Psicologia Aplicada**. Rio de Janeiro, v. 25. n. 2, p 99-141, 1973.

GÁKOVÁ, Zuzana; GRIGONYTÉ, Dalia; MONFORT, Philippe. A cross-country impact assessment of EU cohesion policy: applying the cohesion system of Hermin models. **European Union – Regional Policy**, n. 01, 2009.

GARRETSEN, Harry et al. The future of regional policy. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 6, p. 179-186, 2013.

GLÜCKLER, Johannes. Economic geography and the evolution of networks. **Journal of Economic Geography**, v. 7, p. 619-634, 2007.

GRAAFF, Thomas de; OORT, Frank G. van; FLORAX, Raymond J. G. M. Regional Population-Employment Dynamics Across Different Sectors of the Economy. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, p. 60-84, 2012.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**. v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

_____. Problems of explanation in economic sociology. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. **Networks and Organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, cap. 1, p. 25-53, 1992.

_____. The impact of social structure on economic outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

_____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**, v. 06, n. 1, p. 01-41, 2007.

GEDDES, Mike. Inter-Organizational Relationships in Local and Regional Development Partnerships. In: CROPPER, Steve; EBERS, Mark, HUXHAM, Chris; RING, Peter Smith. **The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations**. New York: Oxford Press, 2008. Cap. 8, p. 203-230.

GULATI, Ranjay. Social structure and alliance formation patterns: a longitudinal analysis. **Administrative Science Quarterly**, v. 40, n. 4, p. 619-652, 1995.

_____. Alliances and networks. **Strategic Management Journal**. v. 19, n.4, p. 293-317, 1998.

HUGHES, Alan. Choosing races and placing bets: UK national innovation policy and the globalization of innovation systems. In: GREENAWAY, David (ed.) **The UK in a global world. How can the UK focus on steps in global value chains that really add value?**BI'se-

book. CEPR and Department for Business, Innovation and Skills. p. 37-70, 2012.
Disponível em: <http://www.cepr.org/pubs/books/cepr/BIS_eBook.pdf. 22nd>. Acesso em: 20 abr. 2014.

IMAmt. Instituto Mato-grossense do Algodão. O bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis* BOH., 1843) nos cerrados brasileiros: biologia e medidas de controle. **Instituto Mato-grossense do Algodão - IMAmt**. Editor técnico: Jean Louis Belot - Cuiabá (MT), 2015.
Disponível em:
<http://www.imamt.com.br/system/anexos/arquivos/301/original/Boletim_Pesquisa_Bicudo_completo.pdf?1441842704>. Acesso em: 10 jan. 2016.

JANK, Marcos S.; NASSAR, André M.; TACHINARDI, Maria H. Agronegócio e Comércio Exterior Brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 14-27, dez./fev.2004-2005.

JONES, Andrew; MURPHY, James T. Theorizing practice in economic geography: Foundations, challenges, and possibilities. **Progress in Human Geography**, p. 1-27, 2011.

JONES, Andrew. Geographies of Production I: relationality revisited and the ‘practice shift’ in economic geography. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, p. 605-615, 2014.

KEMENY, Thomas; STORPER, Michael. The Sources of urban Development: Wages, Housing, and Amenity Gaps Across American Cities. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, p. 85-108, 2012.

LACERDA, Natalício Pereira. Políticas Públicas, Ocupação do Espaço e Desenvolvimento da Região Norte Mato-grossense: uma análise crítica dos municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde. Tese do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, **Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc**, Santa Cruz do Sul, 2013.

LAZERSON, Mark H.; LORENZONI, Gianni. Transforming Industrial Districts: how Leading Firms are escaping the Manufacturing Cage. In: CROPPER, Steve; EBERS, Mark, HUXHAM, Chris; RING, Peter Smith. **The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations**. New York: Oxford Press, 2008. Cap. 2, p. 31-60.

LEAMER, Edward E.; STORPER, Michael. The economic geography of the internet age. In: **Location of International Business Activities**. Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 63-93.

LIMA, Thiago. Desafios internacionais à política agrícola norte-americana: O contencioso do algodão entre Brasil e Estados Unidos e o CAFTA-DR. Dissertação de Mestrado, **Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – ‘San Tiago Dantas’-UNESP/UNICAMP/PUC-SP**, 2008. Disponível em:
https://alsafi.ead.unesp.br/bitstream/handle/11449/87030/silva_tl_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 jul. 2017.

MARTIN, Ron; SUNLEY, Peter. Path dependence and regional economic evolution. **Journal of economic geography**, v. 6, n. 4, p. 395-437, 2006.

McCANN, Philip; ORTEGA-ARGILÉS, Raquel. Smart specialisation, regional growth and applications to EU cohesion policy. **Institud’Economia de Barcelona**, p. 01-32, 2011.

_____. Modern regional innovation policy. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 6, p. 187-216, 2013.

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Balança Comercial Brasileira – Janeiro a Dezembro 2015, **MDIC**, 2016. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=1185>. Acesso em: 05 dez. 2016.

MI – Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR I. 2011. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

NAHAPIET, Janine; GHOSHAL, Sumatra. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. **The Academy of Management Review**, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998.

NAHAPIET, Janine; GHOSHAL, Sumatra. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. **The Academy of Management Review**, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998.

NAHAPIET, Janine. The role of social capital in interorganizational relationships. In: CROPPER, S. et al. **The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations**. New York: Oxford Press, 2008. Cap. 22, p. 580-606.

NELSON, Richard R.; WINTER, Sidney G. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica**. Editora Unicamp, 2005.

NEVES, Marcos Fava; PINTO, Mairun J. A. (Organ.). A Cadeia do Algodão Brasileiro: Desafios e Estratégias. **Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA**. Brasília, 2011. Disponível em: www.abrapa.com.br/.../Livro%20A%20Cadeia%20do%20Algodao%20>. Acesso em 12 jan. 2016.

_____. A Cadeia do Algodão Brasileiro - safra 2012/2013: Desafios e Estratégias. **Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.abrapa.com.br/noticias/Paginas/Abrapa-lanca-segunda-edicao-do-livro-Cadeia-do-Algodao-Brasileiro.aspx>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

NUNES, Oscar Manoel. O Processo de Desenvolvimento da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul no Período de 1980 a 2010. Tese do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, **Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc**, Santa Cruz do Sul, 2014.

OECD. OECD Regional Outlook: Building resilient regions for stronger economies. **Organisation for Economic Cooperation and Development – OECD**, 2011.

PARKER, Peter E.; EKELUND, Christer. A New Role for Government in Regional Development. In: JOHANSON, Martin; LUNDBERG, Heléne. **Network Strategies for Regional**. New York: Palgrave Macmillan, 2011. Cap. 2, p. 22-39.

PEREIRA, Keile Costa. Determinantes de Arranjos Institucionais (Integração Vertical e Contratos de Longo Prazo) na Cotonicultura Mato-Grossense. Dissertação de Mestrado. **Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional**. Cuiabá - MT, 2012. Disponível em: <www.ufmt.br/ufmt/site/.../file/.../Dissertação%20-%20Keile%20Costa.pdf>. Acesso em: 08 Jan. 2016.

PIACENTI, Carlos Alberto. Indicadores de Desenvolvimento Endógeno. In: PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferreira de. **Análise Regional: metodologias e indicadores**. Curitiba – PR: Camões, 2012. p. 63-94.

PILECEK, Jan; CHROMÝ, Pavel, JANCÁK, Vít. Social Capital and Local Socio-Economic Development: The Case of Czech Peripheries. **TijdschriftvoorEconomischeenSocialeGeografie**, v. 104, n. 5, p. 604-620, 2013.

PHILERENO, Deivis Cassiano. A Dinâmica de Longo Prazo e o Potencial Socioeconômico do Município de Taquara – RS. **Tese do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc**, 2014.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, v. 33, p. 133-158, 2000.

PORTES, Alejandro; VICKSTROM, Erik. Diversity, Social Capital and Cohesion. **AnnualReview of Sociology**, v. 17, p. 83-107, 2012.

POWELL, Walter W.; PACKALEN, Kelley; WHITTINGTON, Kjersten. Organizational and institutional genesis: the emergence of high-tech clusters in the Life Sciences. In: PADGETT, J.; POWELL, W. (eds.). **The Emergent of organizations and Markets**. Stanford: Stanford University Press, cap. 14, 2009.

PROVAN, Keith G.; FISH, Amy; SYDOW, Joerg. Interorganizational networks at the network level: a review of the empirical literature on whole networks. **Journal of Management**. v. 33, p. 479-516, 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 173-194, 1996.

PUTNAM, Robert; SUBIRATS, Joan. Como haver funcionar la democracia: capital social y tradiciones cívicas en la Italia moderna. **Cadernos Ebape.BR - Opinião**, v. 13, n. 1, p. 211-216, 2015.

REZENDE, Gervásio Castro de; NONNENBERG, Marcelo José Braga; MARQUES, Mariano Cesar. Abertura Comercial, Financiamento das Importações e o Impacto Sobre o Setor Agrícola. Texto para discussão nº 498. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, n. 498, 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3715>. Acesso em: 12 jan. 2016.

RODRIGUES, João Carlos Jacobsem. Algodão no Brasil: mudança, associativismo e crescimento. In: ABRAPA - Associação Brasileira de Produtores de Algodão. **Algodão no Cerrado do Brasil**. Editor técnico Eleusio Curvelo Freire. Brasília DF, 3. ed., p. 21-37, 2015.

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés. Do institutions matter for regional development in the EU? **Regional Studies**, v. 47, p. 1034-1047, 2013.

ROWLEY, Tim; BEHRENS, Dean; KRACKHARDT, David. Redundant governance structures: an analysis of structural and relational embeddedness in the steel and semiconductor industries. **Strategic Management Journal**, v. 21, p. 369–386, 2000.

SANTOS, Manoel Leonardo; ROCHA, Enivaldo Carvalho da. Capital social e democracia: a confiança realmente importa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 38, 2011.

SANTOS, José V. T. dos. Matuchos: exclusão e luta; do Sul para a Amazônia. Petrópolis: **Vozes**, 1993.

SCHIMANSKI, Silvana. O Contencioso sobre os subsídios ao algodão entre Brasil e Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (2002-2005). Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. **Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8448/000575961.pdf?>>. Acesso em: 14 jan.2016.

SCOTT, Allen J. Globalization and the rise of city-regions. **European planning studies**, v. 9, n. 7, p. 813-826, 2001.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. Regions, Globalization, Development. **Regional Studies**, v. 37, n. 6 e 7, p. 579-593, 2003.

_____. The Nature of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory. **International Journal of Urban and Regional Research**, p. 1-35, 2013.

SEFAZ - MT. Secretaria de Estado da Fazenda. Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso - PROALMAT e o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - FACUAL. **SEFAZ - MT. Secretaria de Estado da Fazenda**. Cuiabá - MT, 2015. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/0325677500623408/07FA81BED2760C6B84256710004D3940/8479794FFE57A452042567E0005F3CA5>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

_____. Programa de Incentivo ao Algodão de Mato Grosso - PROALMAT e o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - FACUAL. **SEFAZ - MT. Secretaria de Estado da Fazenda**. Cuiabá - MT, 2016. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/Sistema/legislacao/legislacaotribut.nsf/7c7b6a9347c50f55032569140065ebbf/9f383dd36bf06efb842580a0005fcedd?OpenDocument#_u9h2ki82eksg32c1e6gs3ib108h2i0chp_>. Acesso em: 06 fev. 2017.

SILVA, Paula Luciana da. A Produção de Algodão em Primavera do Leste e Campo Verde (MT): Uma Investigação dos Determinantes da Eficiência Técnica. Dissertação de Mestrado. **Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional**. Cuiabá - MT, 2009. Disponível em: <livros01.livrosgratis.com.br/cp128137.pdf>. Acesso em: 08 jan.2016.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony J. Buzz: the economic force of the city. **Conference on Industrial Dynamics of the New and Old Economy** – who is embracing whom? Copenhagen/Elsinore, p.1-44, 2002.

_____. Buzz: face-to-face contact and the urban economy. **Journal of economic geography**, v. 4, n. 4, p. 351-370, 2004.

STORPER, Michael; SCOTT, Allen J. Rethinking human capital, creativity and urban growth. **Journal of Economic Geography**, v. 9, p. 147-167, 2009.

STORPER, Michael. Territorial Development in the Global Learning economy: the challenge to developing countries. **Revue Région&Développement**, n. 1, p. 1-37, 1995.

_____. **The Regional World: Territorial Development in a Global Economy**. Guilford Press, New York, 1997.

_____. Agglomeration, trade, and spatial development: bringing dynamics back In. **Journal of Regional Science**, v. 50, n. 1, p. 313-342, 2010.

_____. Why do regions develop and change? The challenge for geography and economics. **Journal of Economic Geography**, v. 11, p. 333-346, 2011.

STORPER, Michael; MARREWIJK, Charles van; OORT, Frank G. Van. Introduction: processes of change in urban systems. **Journal of Regional Science**, v. 52, n. 1, p. 1-9, 2012.

SUNLEY, Peter. Relational Economic Geography: A Partial Understanding or a New Paradigm? **Economic Geography**, n. 84, p. 1-26, 2008.

TSAI, WenPin; GHOSHAL, Sumantra. Social capital and value creation: the role of intrafirm networks. **Academy of Management Journal**, v. 41, p. 464-476, 1998.

UNISINOS. Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos (artigo de periódico, dissertação, projeto, relatório técnico e/ou científico, trabalho de conclusão de curso e tese). **Biblioteca Unisinos**. São Leopoldo, RS, 2015.

URTEAGA, Eguzki. La teoría del capital social de Robert Putnam: originalidad y carencias. **Reflexión Política**, v. 15, n. 29, p. 44-60, 2013.

UZZI, Brian. The sources and consequences of embeddedness for the economic performance of organizations: the network effect. **American Sociological Review**, v. 62, n. 4, p. 674-698, 1996.

_____. Social structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**, v. 42. p. 35-67, 1997.

VERSCHOORE FILHO, Jorge Renato de Souza. Redes de cooperação interorganizacionais: a identificação de atributos e benefícios para um modelo de gestão. Tese de Doutorado. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**, 2006. p. 253

WEGNER, Douglas; WITTMANN, Milton Luiz; DOTTO, Dalva Maria Righi. Redes de Empresas no Rio Grande do Sul: uma análise de resultados competitivos e fatores de desenvolvimento. **Gestão Organizacional**, v. 4, n. 1, p. 74-90, jan./abr. 2006.

WEGNER, Douglas et al. Capital Social e a Construção da Confiança em Redes de Cooperação: mudando padrões de relacionamentos na pecuária de corte. **Revista de Administração Imed – RAIMED**, v. 1, n. 1, p. 72-96, dezembro/2011.

YEUNG, Henry Wai-chung. Rethinking relational economic geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**. v. 30, p. 37-51, 2005.

_____. Perspectives on Inter-Organizational Relations in Economic Geography. In: CROPPER, Steve; EBERS, Mark, HUXHAM, Chris; RING, Peter Smith. **The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations**. New York: Oxford Press, 2008. Cap. 18, p. 473-501.

APÊNDICE

APÊNDICEA – COOPERATIVAS DE ALGODÃO DE MATO GROSSO

	Sigla	Nome	Município
001	COPAC	Cooperativa dos Produtores de Algodão de Campo Novo do Parecis	Campo Novo do Parecis
002	CAAP	Cooperativa Aliança dos Produtores do Parecis	Campo Novo do Parecis
003	COOPERFIBRA	Cooperativa dos Cotonicultores de Campo Verde	Campo Verde
004	COOPERVERDE	Cooperativa dos Produtores de Campo Verde	Campo Verde
005	COOAMAT	Cooperativa Agroindustrial de MT	Cuiabá
006	COABRA	Cooperativa Agroindustrial do Centro Oeste do Brasil	Cuiabá - Matriz /Rondonópolis
007	COOPERCERRAD O	Cooperativa dos Produtores do Cerrado Sul de MT	Primavera do Leste
008	UNICOTTON	Cooperativas de Produtores de Algodão – Unicotton	Primavera do Leste
009	COOPERCOTTON	Cooperativa de Cotonicultores de Mato Grosso	Rondonópolis
010	COOPERSERRA	Cooperativa dos Produtores Rurais da Serra	Rondonópolis
011	COOPETROVINA	Cooperativa dos Produtores Rurais da Serra da Petrovina	Rondonópolis
012	COOMISA	Cooperativa Mista Sapezalense	Sapezal
013	COOAMI	Cooperativa Mercantil e Industrial dos Produtores de Sorriso	Sorriso
014	COOAD	Cooperativa Agroindustrial Deciolândia	Tangará da Serra
015	COPACIS	Cooperativa Agropecuária do Parecis	Tangará da Serra
016	CAPASPE	Cooperativa de Produtores Agrícolas da Serra Petrovina	Rondonópolis

Fonte: Elaborado pelo autor. Adaptado de AMPA (2016).

APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA – Entidades e Organizações Cooperativas

- 1) Apresentação do Pesquisador. Apresentação do objetivo da pesquisa: analisar a importância das categorias relacionais no processo de desenvolvimento da cultura do algodão – Mato Grosso, uma abordagem da economia relacional.
- 2) Apresentação da instituição (empresa, cooperativa ou indústria) com: dados sobre a área de atuação (regiões), armazenamento (capacidade), agroindústria (capacidade) produção anual, exportações (anual – mil ton.) e empresas vinculadas (ou parcerias). Início da atividade?
- 3) Quais os principais aspectos observados na produção de algodão no período em que está coordenando a instituição (fazer uma descrição histórica sobre os aspectos de expansão da cultura de algodão em Mato Grosso, observando o quadro síntese).
- 4) Houve aumento no número de empresas na sua região, ligadas ao setor algodoeiro? Poderia citar algum período de maior expansão de empresas?
- 5) Houve incentivos regionais para instalação de agroindústrias, nessa região? Em qual período?
- 6) As organizações do setor algodoeiro da sua região buscam interesses comuns (compra em conjunto, vendas mercado interno e externo, parcerias públicas)?
- 7) **Existem ações de interesses comuns entre organizações que são empresas concorrentes? Alguma empresa ou instituição de sua região coordena essas ações entre as empresas.**
- 8) **A cooperação entre as empresas (entidades) é estabelecida por contratos, ou alguma outra forma de cooperação nas relações de parcerias existentes na sua região?**
- 9) **As relações de parcerias do setor algodoeiro são de longo prazo ou algumas parcerias são mais recentes?**
- 10) Nas ações de coordenação do setor algodoeiro, as decisões são compartilhadas com todos os membros? As instituições existentes atendem as expectativas dos associados.
- 11) Como são estabelecidas as regras entre as entidades. São regras escritas ou geralmente são respeitadas as normas estabelecidas pela comunidade regional?
- 12) Poderia fazer um breve relato sobre as perspectivas futuras da cultura do algodão no Estado de Mato Grosso. E a influência das relações institucionais no desenvolvimento da cultura do algodão.

APÊNDICE C -RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – ABRAPA

Coordenação	Entidades
<u>ABRAPA</u>	ABAPA – Associação Baiana dos Produtores de Algodão
	ACOPAR – Associação dos Cotonicultores Paranaenses
	AGOPA – Associação Goiana dos Produtores de Algodão
	AMAPA – Associação Maranhense dos Produtores de Algodão
	AMIPA – Associação Mineira dos Produtores de Algodão
	AMPA – Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão
	AMPASUL – Associação Sul-Matogrossense dos Produtores de Algodão
	APIPA – Associação Piauiense dos Produtores de Algodão
	APPA – Associação Paulista dos Produtores de Algodão

Fonte: Elaborado pelo autor. Adaptado de ABRAPA (2016).

APÊNDICE D - ENTIDADES LIGADAS AO IBA

Coordenação	Entidades
<u>IBA</u>	ABRAPA – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
	ABAPA – Associação Baiana dos Produtores de Algodão
	ACOPAR – Associação dos Cotonicultores Paranaenses
	AGOPA – Associação Goiana dos Produtores de Algodão
	AMAPA – Associação Maranhense dos Produtores de Algodão
	AMIPA – Associação Mineira dos Produtores de Algodão
	AMPA – Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão
	AMPASUL – Associação Sul-Matogrossense dos Produtores de Algodão
	APIPA – Associação Piauiense dos Produtores de Algodão
	APPA – Associação Paulista dos Produtores de Algodão

Fonte: Elaborado pelo autor. Adaptado de IBA (2016).

APÊNDICE E – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS – ABRAPA

Período	Evento	País
Outubro/2013	ICA – International Cotton Association	Liverpool – Inglaterra
Outubro/2014	ICA – International Cotton Association	Dubai – Emirados Árabes
Setembro/2013	Icac – International Cotton Advisory Committee	Cartagena – Colômbia
Novembro/2014	Icac – International Cotton Advisory Committee	Tessalônica – Grécia
Setembro/2013	International Textile Manufacturers Federation	Bregenz – Áustria
Novembro/2013	Agro Invest Brasil 2013	Pequim e Shanghai
Fevereiro/2014	7º Encontro Empresarial Brasil – União Européia	Bruxelas – Bélgica
Março/2014	32ª Conferência de Bremen	Bremen – Alemanha

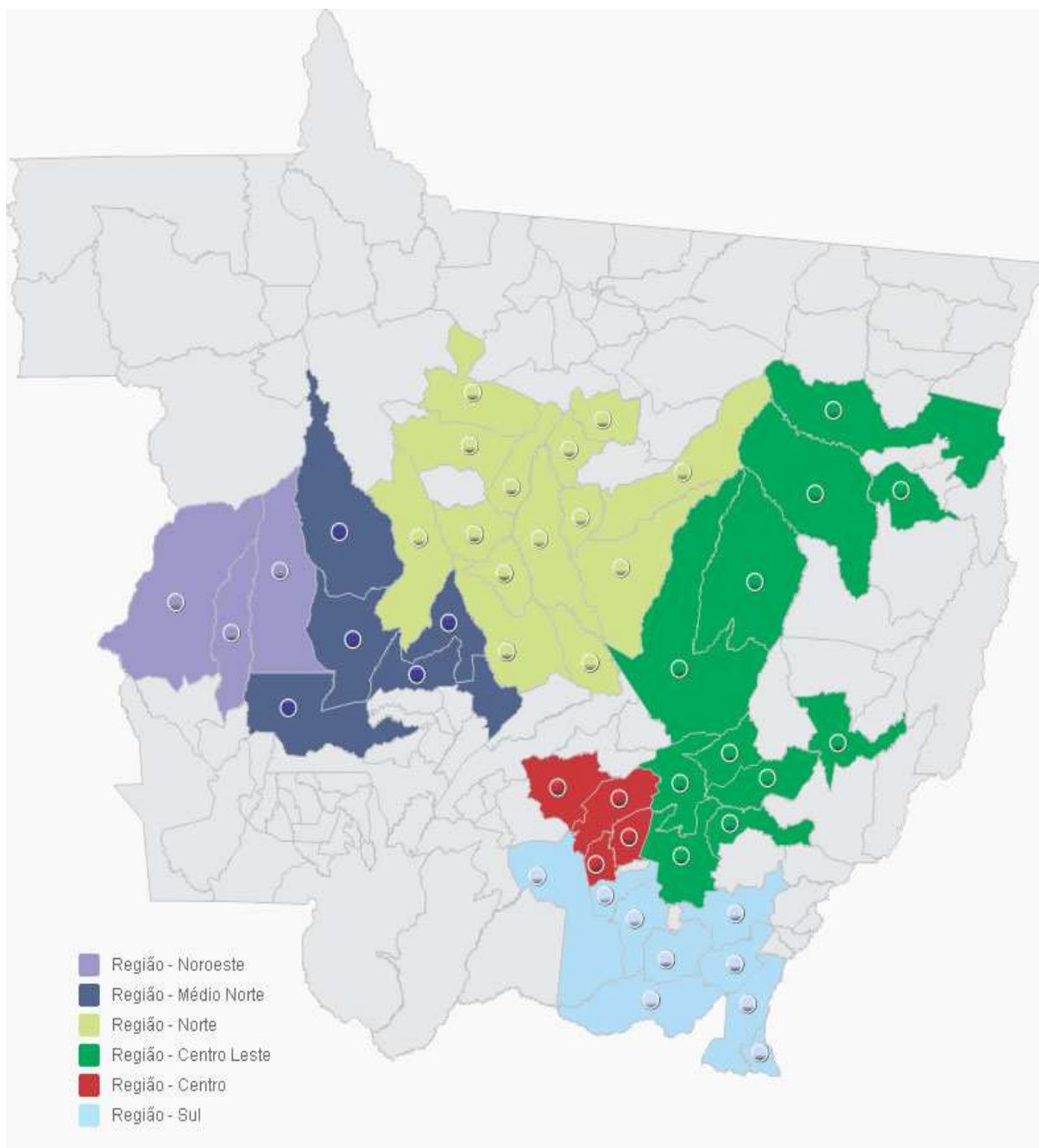
Fonte: Elaborado pelo autor. Adaptado de ABRAPA (2015).

APÊNDICE F–PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS – ABRAPA

Período	Evento	Local
Julho/2013	AneaCottonDinner – 12ª edição Associação Nacional dos Exportadores de Algodão “Qualidade do Algodão Brasileiro”	Comandatuba– Bahia
Julho/2014	Anea Cotton Dinner – 13ª edição “Networking”	Manaus – Amazonas
Agosto/2013	Clube da Fibra – 19ª edição “O Valor da União”	Guarujá – São Paulo
Agosto/2014	Clube da Fibra – 20ª edição e 15 anos de ABRAPA “Nossa Cultura, Nossa Paixão”	Buenos Aires – Argentina
Setembro/2013	9º Congresso Brasileiro do Algodão “Gestão e Otimização de Resultados”	Brasília – DF
Setembro/2015	10º Congresso Brasileiro do Algodão “Qualidade. Caminho para a Competitividade”.	Foz do Iguaçu – PR

Fonte: Elaborado pelo autor. Adaptado de ABRAPA(2015).

ANEXO

ANEXO A – MAPA DAS REGIÕES DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM MT

Fonte: AMPA (2016)